

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**GRAZIELLE DA SILVA DE SOUZA**

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: FUNCIONALIDADES,  
LIMITAÇÕES E PROPOSTAS PARA APRIMORAMENTOS**

**FLORIANÓPOLIS – SC, 2020**

**GRAZIELLE DA SILVA DE SOUZA**

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: FUNCIONALIDADES,  
LIMITAÇÕES E PROPOSTAS PARA APRIMORAMENTOS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Orion Augusto Platt Neto.

**FLORIANÓPOLIS - SC, 2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Grazielle da Silva de  
Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de  
Florianópolis : funcionalidades, limitações e propostas para  
aprimoramentos / Grazielle da Silva de Souza ; orientador,  
Orion Augusto Platt Neto, 2020.  
182 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em , Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. . 2. Transparência governamental. 3. Portal de  
transparência. 4. Governo eletrônico. I. Platt Neto, Orion  
Augusto. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em . III. Título.

**GRAZIELLE DA SILVA DE SOUZA**

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: FUNCIONALIDADES,  
LIMITAÇÕES E PROPOSTAS PARA APRIMORAMENTOS**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Contábeis Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9,60, atribuída pela Banca Examinadora presidida pelo Professor Orientador e composta pelos outros Membros abaixo indicados.

**17 de novembro de 2020**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane Theiss  
Coordenador de TCC

Componentes da Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Orion Augusto Platt Neto  
Presidente / Orientador, da UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabricia Silva da Rosa  
Membro, da UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> M.Sc. Andréia Cittadin  
Membro

**FLORIANÓPOLIS - SC, 2020**

## RESUMO

SOUZA, Grazielle da Silva de. **Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis: funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramentos**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2020. 183 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o acesso às informações públicas como um dos direitos e garantias fundamentais de todos. Em vista disto, para auxiliar na garantia deste direito fundamental, foram criadas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei de Transparência (LT) e a Lei de acesso à Informação (LAI), que estabelecem normas relativas à divulgação de dados e informações públicas, inclusive na internet. Visando cumprir as exigências estabelecidas na Constituição, na LRF, na LT e na LAI, foram criados portais de transparência referentes a entidades do setor público, que são sítios eletrônicos que servem como canais de divulgação de dados e informações de interesse público. Neste contexto, o objetivo deste artigo é identificar as funcionalidades e limitações do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), com vistas a propor sugestões para aprimoramentos. Esta pesquisa, classificada como descritiva, adota uma abordagem qualitativa do problema, com procedimentos documentais. Por meio de acessos e observações realizadas no PTPMF em 15 de julho de 2020, foi possível identificar e descrever as funcionalidades disponíveis, detectar as limitações existentes e, por fim, propor aprimoramentos. Foram encontradas 18 limitações no Portal, que podem dificultar e, em alguns casos, até mesmo impedir as consultas e o acesso às informações. Com intuito de minimizar ou extinguir as limitações encontradas, bem como aprimorar e incluir novas funcionalidades, foram propostas 25 sugestões de aprimoramentos ao Portal. De modo geral, o PTPMF mostrou-se um ambiente adequado para a divulgação das informações públicas, cabendo apenas observar de modo mais completo alguns pontos que podem ser corrigidos ou melhorados, conforme fundamentado na abordagem da presente pesquisa.

**Palavras-chave:** Transparência governamental. Portal de transparência. Governo eletrônico.

## **DECLARAÇÃO SOBRE A MONOGRAFIA SUBMETIDA**

SOUZA, Grazielle da Silva de. **Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis: funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramentos**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2020. 183 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

DECLARO QUE nesta monografia, de minha autoria, submetida à Banca Examinadora: (1) segui as regras da Coordenadoria de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as recomendações escritas e verbais do Professor Orientador; (2) não me apropriei de textos ou ideias de terceiros que possam representar plágio ou erro de citação e referência; (3) não omiti aspectos relevantes que possam alterar o julgamento sobre este Trabalho; e (4) possuo autorização para manuseio e divulgação de todos os dados utilizados no Trabalho – e por tal me responsabilizo integralmente.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Local e Data: Florianópolis - SC, 17 de novembro de 2020.

### **SOBRE O AUTOR**

**Grazielle da Silva de Souza**

Acadêmica de Graduação do Curso de Ciências Contábeis da UFSC.

*E-mail:* grazielle.silvasouza.96@gmail.com

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abordagem Sistemática para Avaliação dos Portais de Transparência (ASAPoT)	46
Figura 2 – Página inicial do sítio eletrônico da PMF (extrato)	48
Figura 3 – Página inicial “HOME” do PTPMF	50
Figura 4 – Subseção “Dispensas de Licitação na Íntegra” da seção “COVID19” (extrato)	51
Figura 5 – Subseção “Legislação” da seção “COVID19” (extrato)	52
Figura 6 – Subseção “Informações aos Gestores” da seção “COVID19” (extrato)	53
Figura 7 – Subseção “Downloads de Contratações e Aquisições” da seção “COVID19” (extrato)	54
Figura 8 – Subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19” (extrato)	54
Figura 9 – Pesquisa na subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19” (extrato)	55
Figura 10 – Acesso ao <i>link</i> “Contratação de empresa para o fornecimen...” na subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19” (extrato)	56
Figura 11 – Subseção “Consulta de Empenhos” da seção “COVID19” (extrato)	57
Figura 12 – Pesquisa na subseção “Consulta de Empenhos” da seção “COVID19” (extrato)	57
Figura 13 – Subseção “Consulta de Receitas” da seção “COVID19” (extrato)	58
Figura 14 – Pesquisa na subseção “Consulta de Receitas” da seção “COVID19” (extrato)	59
Figura 15 – Subseção “Consulta de Contratos” da seção “COVID19” (extrato)	59
Figura 16 – Pesquisa na subseção “Consulta de Contratos” da seção “COVID19” (extrato)	60
Figura 17 – Subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados” da seção “COVID19” (extrato)	61
Figura 18 – Acesso ao <i>link</i> “21/05/2020 18:00 - 241/SMA/DSLC/2020” na subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados” da seção “COVID19” (extrato)	62
Figura 19 – Acesso ao <i>link</i> “05/06/2020 16:00 - 260/SMA/DSLC/2020” na subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados” da seção “COVID19” (extrato)	63
Figura 20 – Seção “TELEFONES E ENDEREÇOS” (extrato)	64
Figura 21 – Pesquisa na seção “TELEFONES E ENDEREÇOS” (extrato)	64
Figura 22 – Subseção “Sobre o portal” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)	65
Figura 23 – Subseção “Gestão da transparência” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)	66
Figura 24 – Subseção “Perguntas e Respostas (FAQ)” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)	66
Figura 25 – Subseção “Legislação Federal” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)	67
Figura 26 – Subseção “Legislação Municipal” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)	68
Figura 27 – Item “Lei N°12.846/2013” referente à subseção “Lei Anticorrupção” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)	69
Figura 28 – Infográfico do Item “Entenda a Regulamentação” referente à subseção “Lei Anticorrupção” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)	69
Figura 29 – Subseção “Quadro Funcional” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)	70
Figura 30 – Acesso ao <i>link</i> “Lista de Detentores de Cargos em Comissão” na subseção “Quadro Funcional” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)	71
Figura 31 – Subseção “Tabela de Vencimentos Básicos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)	72
Figura 32 – Acesso ao <i>link</i> do cargo “Analista” na subseção “Tabela de Vencimentos Básicos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)	72
Figura 33 – Subseção “Remuneração dos Servidores” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)	73

Figura 34 – Pesquisa na subseção “Remuneração dos Servidores” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato) .....	74
Figura 35 – Acesso ao <i>link</i> com o nome do servidor na subseção "Remuneração dos Servidores" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato).....	74
Figura 36 – Acesso à opção “Remunerações” do <i>link</i> com o nome do servidor na subseção "Remuneração dos Servidores" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato).....	75
Figura 37 – Subseção “Administração Direta, Autarquias e Fundações” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato) .....	76
Figura 38 – Subseção “Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato) .....	76
Figura 39 – Acesso ao <i>link</i> “ABRIL - 2018” na subseção “Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato) .....	77
Figura 40 – Subseção "Agentes Políticos" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato).....	78
Figura 41 – Subseção "Organogramas" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato).....	78
Figura 42 – Acesso ao <i>link</i> “Gabinete do Prefeito” da subseção "Organogramas" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato).....	79
Figura 43 – Subseção “Balanco e Responsabilidade Fiscal” da seção “CONTAS PÚBLICAS” (extrato) .....	80
Figura 44 – Pesquisa “Anexo 4.320 - Balanço Financeiro” na subseção “Balanco e Responsabilidade Fiscal” da seção “CONTAS PÚBLICAS” (extrato) .....	81
Figura 45 – Pesquisa “GF – Demonstrativo Consolidado da Disp de Caixa” na subseção “Balanco e Responsabilidade Fiscal” da seção “CONTAS PÚBLICAS” (extrato).....	82
Figura 46 – Item “Despesa por Credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	85
Figura 47 – Pesquisa no item “Despesa por Credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	86
Figura 48 – Acesso ao <i>link</i> “360,00” de “Saldo de restos a pagar (d) (R\$)” do item “Despesa por Credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato) ...	86
Figura 49 – Item “Despesas com diárias e passagens” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	87
Figura 50 – Pesquisa no item “Despesas com diárias e passagens” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato) .....	88
Figura 51 – Item “Despesas com diárias e passagens por credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	89
Figura 52 – Item “Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	90
Figura 53 – Pesquisa no item “Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	91
Figura 54 – Último nível de acesso no item “Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	91
Figura 55 – Item “Ingresso de Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	92
Figura 56 – Pesquisa no item “Ingresso de Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	92
Figura 57 – Item “Contas correntes bancárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	93
Figura 58 – Pesquisa da entidade COMCAP no item “Contas correntes bancárias” referente a janeiro de 2020 referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato) .....	94



Figura 59 – Pesquisa da entidade COMCAP do ano de 2019 no item “Contas correntes bancárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).	94
Figura 60 – Item “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias” referente a subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	95
Figura 61 – Pesquisa no item “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	95
Figura 62 – Subseção “Valor do lançamento de receitas tributárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	96
Figura 63 – Subseção “Licitações” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato).....	98
Figura 64 – Pesquisa na subseção “Licitações” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato).....	98
Figura 65 – Subseção “Contratos” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato).....	99
Figura 66 – Pesquisa na subseção “Contratos” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato).....	100
Figura 67 – Página externa ao PTPMF referente à subseção “Sistema de Pregão Eletrônico” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato).....	101
Figura 68 – Subseção “Impressão Editais” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato).....	102
Figura 69 – Acesso ao <i>link</i> de “Nº Edital” na Subseção “Impressão Editais” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato).....	103
Figura 70 – Exemplo de subseções de convocação da seção “Licitações e contratos” (extrato).....	104
Figura 71 – Subseção “2018” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato).....	105
Figura 72 – Subseção “2019” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato).....	106
Figura 73 – Acesso ao <i>link</i> “Campanha de inverno 2019” na subseção “2019” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato).....	106
Figura 74 – Subseção “2020” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato).....	107
Figura 75 – Acesso ao <i>link</i> “Campanha de Material Escolar 2020” na subseção “2020” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato).....	108
Figura 76 – Subseção “Convênios” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato).....	109
Figura 77 – Pesquisa na subseção “Convênios” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato).....	109
Figura 78 – Subseção “Transferências entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato).....	110
Figura 79 – Pesquisa na subseção “Transferências entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato).....	111
Figura 80 – Acesso ao <i>link</i> “TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA PREFEITURA COMCAP” na subseção “Transferências entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato).....	111
Figura 81 – Seção “OBRAS PÚBLICAS” (extrato).....	112
Figura 82 – Pesquisa na seção “OBRAS PÚBLICAS” (extrato).....	113
Figura 83 – Seção “DIÁRIO OFICIAL” (extrato).....	114
Figura 84 – Subseção “Sites das Unidades Administrativas” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	115
Figura 85 – Subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	116

Figura 86 – Canais “DENÚNCIA”, “ELOGIO”, “RECLAMAÇÃO”, “SUGESTÃO” e “SOLICITAÇÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	117
Figura 87 – Canal “DENÚNCIA” e “RECLAMAÇÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	117
Figura 88 – Canal “ELOGIO”, “SOLICITAÇÃO” OU “SUGESTÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	118
Figura 89 – Canal “CONSULTE SUA MANIFESTAÇÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	118
Figura 90 – Canal “Perguntas Frequentes” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	119
Figura 91 – Item “FALE COM O OUVIDOR” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	120
Figura 92 – Item “CONSULTE REIVINDICAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	120
Figura 93 – Item “RELATÓRIOS” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	121
Figura 94 – Acesso ao <i>link</i> “Relatório de Ouvidoria Janeiro – 2020” do item “RELATÓRIOS” referentes à subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	121
Figura 95 – Item “Relatório de pedidos de informações atendidos” na subseção “e-OUV - Sistema de Ouvidorias de Florianópolis/SC” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	122
Figura 96 – Item “MANCHETES” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	123
Figura 97 – Item “ÚLTIMAS NOTÍCIAS” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	124
Figura 98 – Item “CALENDÁRIO” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	125
Figura 99 – Item “AGENDA DE EVENTOS” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	125
Figura 100 – Item “EDITORIA” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato).....	126
Figura 101 – Item “Empenhos a pagar por ordem cronológica” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	162
Figura 102 – Pesquisa no item “Empenhos a pagar por ordem cronológica” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	163
Figura 103 – Item “Execução de Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	163
Figura 104 – Pesquisa no item “Execução de Despesa” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	164
Figura 105 – Último nível de acesso no item “Execução de Despesa” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	164
Figura 106 – Item “Execução de Programas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	165
Figura 107 – Pesquisa no item “Execução de Programas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	165
Figura 108 – Último nível de acesso no item “Execução de Programas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	166
Figura 109 – Item “Gastos diretos por Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	167
Figura 110 – Pesquisa no item “Gastos diretos por Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	167

Figura 111 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	168
Figura 112 – Item “Gastos diretos por favorecido referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	169
Figura 113 – Pesquisa no item “Gastos diretos por favorecido” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	169
Figura 114 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por favorecido” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	170
Figura 115 – Item “Gastos diretos de Governo” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	170
Figura 116 – Pesquisa no item “Gastos diretos de Governo” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	171
Figura 117 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos de Governo” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	172
Figura 118 – Item “Gastos diretos por órgão” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	172
Figura 119 – Pesquisa no item “Gastos diretos por órgão” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	173
Figura 120 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por órgão” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	174
Figura 121 – Item “Gastos diretos por projeto/atividade” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	174
Figura 122 – Pesquisa no item “Gastos diretos por projeto/atividade” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	175
Figura 123 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por projeto/atividade” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	175
Figura 124 – Item “Relação das Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	176
Figura 125 – Pesquisa no item “Relação das Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	177
Figura 126 – Acesso ao <i>link</i> “786/2014” do número de licitação da Pesquisa no item “Relação das Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	177
Figura 127 – Item “Suprimento de fundos” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	178
Figura 128 – Pesquisa no item “Suprimento de fundos” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	178
Figura 129 – Último nível de acesso no item “Suprimento de fundos” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	179
Figura 130 – Item “Transferências financeiras” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	180
Figura 131 – Pesquisa no item “Transferências financeiras” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	180
Figura 132 – Item “Transferências voluntárias” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	181
Figura 133 – Pesquisa no item “Transferências voluntárias” referente a janeiro 2020 na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	181
Figura 134 – Pesquisa de todas as entidades no item “Transferências voluntárias” referente ao ano de 2019 na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato).....	182

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das pesquisas anteriores similares em abordagem.....	35
Quadro 2 – Objetivos de pesquisas anteriores com similaridade de tema central.....	37
Quadro 3 – Entidades disponíveis para pesquisa na subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19”.....	55
Quadro 4 – Relatórios disponíveis na subseção “Balanço e Responsabilidade Fiscal” da seção “CONTAS PÚBLICAS”.....	80
Quadro 5 – Entidades disponíveis para pesquisa na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”.....	83
Quadro 6 – Itens disponíveis para consulta na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”.....	84
Quadro 7 – Informações do código de pagamento “918” da pesquisa realizada no item “Despesas com diárias e passagens” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”.....	88
Quadro 8 – Informações do <i>link</i> “Detalhar documentos” do código de pagamento “918” da pesquisa no item “Despesas com diárias e passagens” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”.....	89
Quadro 9 – Demais subseções da seção “Licitações e contratos”.....	104
Quadro 10 – Detalhamento da obra “Anel viário para corredor de transporte público” da seção “OBRAS PÚBLICAS”.....	113
Quadro 11 – Locais do Portal sem possibilidade de exportação em formatos abertos.....	127
Quadro 12 – Locais do Portal com limitação temporal na pesquisa.....	128
Quadro 13 – Locais do Portal com impossibilidade de escolher data ou período para consulta.....	129
Quadro 14 – Locais do Portal com ausência de elementos complementares.....	129
Quadro 15 – Locais do Portal com ausência de referência temporal.....	130
Quadro 16 – Locais do Portal com ausência de ferramenta de alto contraste.....	130
Quadro 17 – Entidades com informação desatualizada.....	131
Quadro 18 – Locais do Portal que não retornam informações da pesquisa.....	133
Quadro 19 – Locais do Portal que possuem erros de escrita.....	133
Quadro 20 – Síntese das funcionalidades encontradas na análise comparativa entre o PTPMF e as pesquisas similares em abordagem.....	141
Quadro 21 Síntese das limitações encontradas na análise comparativa entre o PTPMF e as pesquisas similares em abordagem.....	143
Quadro 22 – Síntese das propostas de aprimoramento encontradas na análise comparativa entre o PTPMF e as pesquisas similares em abordagem.....	144

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§ – Parágrafo

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABL – Academia Brasileira de Letras

Art. – Artigo

ASAPot – Abordagem Sistemática para Avaliação dos Portais de Transparência

Bel. – Bacharel

CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas Suspensas

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGU – Controladoria Geral da União

CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas

COMCAP – Autarquia de Melhoramentos da Capital

CSV – *Comma-Separated Values*

CNM – Confederação Nacional de Municípios

Dr. – Doutor

Dr.<sup>a</sup> – Doutora

EGD – Estratégia de Governança Digital

Esp. – Especialista

EO – Extra Orçamentário

f. – Folhas

FAQ – *Frequently Asked Questions* (Perguntas Frequentes)

FUNCINE – Fundo Municipal de cinema

FUNDEB – Fundo de Educação Básica

FUNGEOF – Fundo Municipal Geração Oportunidade Florianópolis

GF – Gestão Fiscal

hab/km<sup>2</sup> – Habitantes por quilômetros quadrados

km<sup>2</sup> – Quilômetros quadrados

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IGEOF – Instituto de Geração de Oportunidade de Florianópolis

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

IQM – Índice de Qualidade dos Municípios

ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

LAI – Lei de Acesso à Informação

LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LC – Lei Complementar

LDO – Lei de diretrizes Orçamentárias

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LOA – Lei Orçamentaria Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LT – Lei da Transparência

MCI – Marco Civil da Internet

MPSC – Ministério Público de Santa Catarina

MPC-SC – Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina

NBC TSP – EC – Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Estrutura Conceitual  
n.º – Número  
ODT – *Open Document Text*  
ODS – *Open Document Spreadsheet*  
p. – Página  
Prof. – Professor  
Prof.<sup>a</sup> – Professora  
PTMBC – Portal da Transparência do Município de Balneário Camboriú  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIB *per capita* – Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país  
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PPA – Plano Plurianual  
PTGF – Portal da Transparência do Governo Federal  
PTMSS – Portal da Transparência do Município de Sapucaia do Sul  
PTPMF – Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis  
PTSF – Portal da Transparência do Senado Federal  
RCPGs – Relatórios Contábeis de Propósito Geral  
RJ – Rio de Janeiro  
RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
RGF – Relatório de Gestão Fiscal  
RH – Recursos Humanos  
RS – Rio Grande do Sul  
DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público  
SC – Santa Catarina  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação  
TCRS – Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos  
TLP – Taxa de Licença de Publicidade  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	19
1.2.1 Objetivo geral.....	19
1.2.2 Objetivos específicos .....	19
1.3 JUSTIFICATIVA .....	20
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	20
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	22
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	23
2.1 TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E <i>ACCOUNTABILITY</i> .....	23
2.2 GOVERNO ELETRÔNICO E O USO DA INTERNET .....	28
2.3 PESQUISAS ANTERIORES .....	34
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	41
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	41
3.1.1 Quanto aos objetivos.....	41
3.1.2 Quanto aos procedimentos.....	41
3.1.3 Quanto à abordagem do problema .....	42
3.2.1 Etapa de coleta de dados .....	43
3.2.2 Etapa de análise de dados .....	44
3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	44
3.4 CARACTERÍSTICAS E DADOS DA ENTIDADE.....	46
<b>4 RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	47
4.1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E DO PTPMF .....	47
4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES DO PTPMF .....	49
4.2.1 Página inicial “HOME” .....	49
4.2.2 Seção “COVID19” .....	50
4.2.3 Seção “TELEFONES E ENDEREÇOS” .....	63
4.2.4 Seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” .....	65
4.2.5 Seção “GESTÃO DE PESSOAS”.....	70
4.2.6 Seção “CONTAS PÚBLICAS”.....	79
4.2.7 Seção “RECEITAS E DESPESAS” .....	82
4.2.8 Seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” .....	97
4.2.9 Seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA”.....	105
4.2.10 Seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” .....	108
4.2.11 Seção “OBRAS PÚBLICAS”.....	112
4.2.12 Seção “DIÁRIO OFICIAL”.....	114
4.2.13 Seção “FALE CONOSCO”.....	114
4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS LIMITAÇÕES DO PTPMF .....	127
4.4 PROPOSTAS PARA APRIMORAMENTO DO PTPMF .....	134
4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	139
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	148
5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS.....	148
5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS .....	149
5.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	151

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>162</b>



# 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados os aspectos introdutórios referentes ao tema e problema da pesquisa. Adiante, são dispostos o objetivo geral e os objetivos específicos que direcionam o presente estudo. Em seguida, são expostas as justificativas, delimitações e a estrutura do Trabalho.

Esta pesquisa aborda a transparência governamental como parte do sistema de governança pública, de modo que fica pressuposto o estudo num ambiente democrático. As três principais teorias de base que estruturam o entendimento da governança pública, segundo Slomski (2009), são a Teoria da Firma, a Teoria dos Contratos e a Teoria da Agência. Nesta pesquisa, devido ao seu foco na divulgação ativa de informações do Estado para a sociedade, foi enfocada apenas a Teoria dos Contratos.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, “[...] constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]” (BRASIL, 1988, art. 1º).

Nesse contexto, conforme a Controladoria-Geral da União (CGU), o acesso a dados e informações “constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta” (BRASIL, 2011a, p. 8).

Neste sentido, a transparência na divulgação das contas públicas, que garantam o acesso da sociedade aos dados e informações, é fundamental para o exercício da cidadania, uma vez que a origem e destinação dos recursos públicos são de interesse comum da população.

No ano de 2000, foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu a transparência como um dos princípios da gestão fiscal responsável na administração pública (BRASIL, 2000a, art. 1º, § 1º). A LRF exige a divulgação de diversos instrumentos de transparência na internet.

As exigências de divulgação da LRF foram ampliadas em 2009 por meio da Lei da Transparência (LT). A principal novidade foi a exigência de “[...] disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2009b, ementa).

Segundo Platt Neto (2020), para que seja possível a divulgação das informações em tempo real, ou o mais brevemente possível, são necessários sistemas informatizados que se

comuniquem facilmente com as plataformas on-line de disponibilização de informações na internet, conhecidos como portais de transparência.

Visando assegurar o direito fundamental de acesso à informação, estabelecido na Carta Magna, foi criada a Lei n.º 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta “o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal” (BRASIL, 2011b, ementa).

Além de assegurar o direito de acesso à informação, a LAI institui a “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação” como uma das diretrizes a serem seguidas pela administração pública (BRASIL, 2011b, art. 3º, III).

As exigências estabelecidas na Constituição, na LRF, na LT e na LAI, reforçam a importância da interação das entidades do setor público com a sociedade, provendo informações, inclusive sobre os recursos públicos. Tais normas asseguram à sociedade o acesso às informações provenientes do Estado, de maneira facilitada mediante disponibilização transparente na internet, bem como em outros meios.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, 2011b, art. 5º).

Neste sentido, “Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar”, entre outros aspectos, a “gestão transparente da informação propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação” (BRASIL, 2011b, art. 6º, I).

Portanto, “[...] os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet)” (BRASIL, 2011b, art. 8º, §2).

A LAI determina ainda a “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” (BRASIL, 2011b, art. 3º, II). Com isso, caracteriza-se a exigência de uma transparência ativa por parte da administração pública. Além disso, referida Lei possibilita que qualquer interessado apresente pedido de acesso a informações (BRASIL, 2011b, art. 10). Deste modo, há também previsão para atendimento das demandas provenientes das necessidades específicas dos usuários, por meio da transparência passiva.

Segundo a Lei de Transparência (LT), a transparência será garantida por meio de “liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de

informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público” (BRASIL, 2009b, art. 1º, II).

A transparência requerida pela LT e pela LAI, quanto à disponibilização de informações em meios eletrônicos de acesso público, exige a iniciativa dos entes na divulgação. Desta forma, apesar de existir a possibilidade do requerimento de informações por meio de solicitações, é indispensável a disponibilização das informações de interesse público sem solicitação prévia.

Assim, com vista a cumprir as disposições da LT e da LAI, bem como facilitar o acesso da população às informações públicas, são utilizados sítios eletrônicos para divulgação das informações na internet, conhecidos como portais de transparência.

No âmbito do Município de Florianópolis, a LAI foi regulada por meio do Decreto n.º 9.988/2012. Somente dois anos depois, por meio da Lei n.º 9.447/2014, foi instituída a obrigatoriedade do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF). Conforme tal Lei, o acesso ao PTPMF “dar-se-á por meio de sítio de informação inserido no Portal Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis na internet” (FLORIANÓPOLIS, 2014, art. 1º, parágrafo único).

O PTPMF deve, portanto, disponibilizar na internet informações públicas, da execução orçamentária e financeira de Florianópolis, permitindo que a população faça o acompanhamento das receitas, despesas e ações do governo.

Além do cumprimento das leis e normas citadas, o setor público vem utilizando conceitos relacionados à governança corporativa, antes mais comuns apenas no ambiente empresarial. Entre os conceitos aplicados, encontra-se o termo *accountability*, entendido como a responsabilidade que o gestor profissional possui de prestar contas (IUDÍCIBUS; MARION; PEREIRA, 2003).

A escolha do tema abordado nesta monografia deriva da necessidade de saber se as ações realizadas pelo Município de Florianópolis estão sendo divulgadas na internet de maneira adequada, conforme é exigido pelas leis. Além disto, pretende-se incentivar o uso do PTPMF como ferramenta para auxiliar no controle da gestão governamental.

A abordagem utilizada na presente pesquisa segue a mesma linha aplicada por: Silva (2010), no Portal da Transparência do Senado Federal; Manoel (2010), no Portal da Transparência do Governo Federal; Santana (2014), no Portal da Transparência da Copa do Mundo de Futebol de 2014; Sebastião (2014), no Portal da Transparência do Estado de São Paulo; e outros autores, listados no Quadro 1 da seção de pesquisas anteriores.

Desta forma, a presente pesquisa busca explorar as funcionalidades existentes no Portal, verificar se há alguma limitação no acesso às informações e, se possível, propor sugestões para aprimoramentos da ferramenta.

Neste contexto, o ponto de partida da pesquisa baseia-se na seguinte pergunta:

*Quais as funcionalidades, limitações e possíveis aprimoramentos do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis?*

## 1.2 OBJETIVOS

A presente pesquisa possui um objetivo geral e, para alcance do mesmo, foram definidos objetivos específicos, conforme disposto a seguir.

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste Trabalho é identificar as funcionalidades e limitações do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), com vistas a propor sugestões para aprimoramentos.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para alcance do objetivo geral da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar a internet como recurso para favorecimento da transparência governamental no Brasil, utilizada para divulgação das contas públicas a partir das exigências legais e de iniciativas estatais;
- b) apresentar, em termos históricos e institucionais, o PTPMF;
- c) identificar as funcionalidades do PTPMF, em termos de conteúdos e de forma;
- d) identificar eventuais limitações do PTPMF, em termos de conteúdo e de forma; e
- e) propor sugestões para aprimoramentos, em termos de conteúdo e de forma, no PTPMF, a partir das potencialidades que complementaríamos as funcionalidades e reduziríamos as eventuais limitações identificadas.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O presente Trabalho monográfico justifica-se pela relevância nos âmbitos governamental, social e acadêmico, em temas de conhecimento sobre transparência com o uso da internet. Busca-se, a partir dos resultados da pesquisa, incentivar o interesse desses públicos para ampliar seus conhecimentos.

No âmbito governamental, o foco está em oferecer sugestões para aprimoramentos do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), com vistas a corrigir limitações e inovar em suas funcionalidades. Desta maneira, os gestores responsáveis à frente do governo podem aumentar a eficiência da sua gestão, reduzindo as limitações existentes e aprimorando a transparência do Município de Florianópolis.

No âmbito social, a pesquisa justifica-se pelas contribuições que as propostas de aprimoramentos podem trazer para a sociedade, visto que tendem a melhorar os recursos do Portal, tornando-o uma ferramenta mais atrativa e útil para o usuário da informação.

No âmbito acadêmico, a pesquisa justifica-se por dar continuidade a trabalhos anteriores com o mesmo propósito, bem como incentivar pesquisas futuras na área de Ciências Contábeis. Pretende-se, ainda, contribuir para a ampliação dos conhecimentos em relação à transparência governamental e difundir a importância do tema no meio acadêmico.

### 1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa delimita-se a atender os objetivos conforme especificado na seção 1.2. Desta maneira, o estudo fica adstrito à análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), com enfoque na descrição detalhada de suas funcionalidades e identificação de possíveis limitações, tais como erros, omissões, dificuldades ou restrições.

A partir da análise, pretende-se apresentar propostas de ações objetivas para aprimoramento do Portal, visando eliminar limitações e incorporar novas funcionalidades, usando como base outros portais, as normas aplicáveis e a visão da pesquisadora.

A pesquisa não busca encontrar fraudes na administração pública ou avaliar seu desempenho em perspectivas de eficiência, eficácia ou economicidade. O enfoque da pesquisa está apenas na verificação das funcionalidades do PTPMF, com vistas a detectar possíveis limitações e propor sugestões para aprimoramentos, visando auxiliar na melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

Apesar de buscar o aperfeiçoamento da transparência das contas públicas, com vistas a favorecer o controle social, não se pretende nesta pesquisa propor um modelo unificado, padronizado ou universal de portal, que seja perfeitamente compreensível por todos os cidadãos.

Desta forma, entende-se que os cidadãos, como usuários, são responsáveis, em parte, pela compreensão dos dados e informações, devendo procurar os conhecimentos necessários para entendimento das informações divulgadas.

Neste sentido, conforme a NBC TSP – Estrutura Conceitual, componente das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG) “devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada” (CFC, 2016, item 3.6). Todavia, os usuários possuem um papel na compreensão:

Espera-se que os usuários dos RCPGs tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona, além de serem capazes e preparados para lerem os RCPGs e revisar e analisar a informação apresentada com a diligência apropriada. Alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são particularmente complexos e difíceis de serem representados nos RCPGs, e alguns usuários podem precisar de ajuda de assistente para auxiliá-los em sua compreensão. Todos os esforços devem ser realizados para representar os fenômenos econômicos e de outra natureza incluídos nos RCPGs de maneira que seja compreensível para a grande quantidade de usuários. Contudo, a informação não deve ser excluída dos RCPGs somente pelo fato de ser muito complexa ou ser difícil para alguns usuários compreenderem sem a devida assistência. (CFC, 2016, item 3.7)

Deste modo, nem toda a complexidade da informação pode ser eliminada, visto que representam fenômenos complexos da realidade das entidades do setor público, que os serviços de informação não podem omitir.

É pressuposto que a abordagem empregada tem aplicabilidade em portais de quaisquer entes públicos. Isto fundamenta-se na compreensão de que os entes possuem portais de transparência em obediência a Lei da Transparência e, em virtude disto, podem ser avaliados pela mesma abordagem de pesquisa.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O Trabalho está estruturado em quatro capítulos, iniciando com a Introdução, seguido da Fundamentação Teórica, da Metodologia da Pesquisa, dos Resultados da Pesquisa e das Conclusões. Antes dos capítulos, constam o Resumo, a Lista de Siglas, a Lista de Figuras e o Sumário, entre outros elementos pré-textuais. Após o último capítulo, constam as Referências e o Apêndice, mencionado ao longo do desenvolvimento.

O capítulo 1, denominado Introdução, apresenta as finalidades e a abrangência da pesquisa, trazendo uma breve contextualização que aduz ao tema e problema tratados na pesquisa. Em seguida, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como a justificativa da pesquisa e a sua delimitação.

No capítulo 2, denominado Fundamentação Teórica, encontram-se conceitos e definições ligados à transparência governamental e *accountability*, servindo de base para tratar sobre a responsabilidade dos gestores na prestação de contas de forma transparente. São abordados também o governo eletrônico e a internet como ferramenta de acesso às informações estatais. Apresenta, ainda, as pesquisas anteriores relacionadas com o presente estudo.

O capítulo 3, denominado Metodologia da Pesquisa, apresenta as técnicas e instrumentos utilizados para coleta e análise de dados do Portal. Evidencia também os procedimentos metodológicos que foram seguidos e o objeto estudado.

O capítulo 4, denominado de Resultado da Pesquisa, apresenta a análise dos dados, abrangendo, inicialmente, a identificação das funcionalidades do Portal. Em seguida, são elencadas as limitações identificadas, e formuladas propostas para aprimoramento do Portal. Apresenta, ainda, a discussão dos resultados, por meio de uma análise comparativa dos resultados encontrados nesta pesquisa com os de estudos anteriores similares em abordagem e tema central.

Por fim, no último capítulo, intitulado de Conclusões, é avaliado, inicialmente, o cumprimento dos objetivos da pesquisa. Em seguida, é apresentada uma síntese dos principais resultados a que se chegou a partir da análise dos dados. Ao final, são apresentadas algumas sugestões para trabalhos futuros.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo expõe a fundamentação teórica desta pesquisa, abordando o tema de transparência governamental e *accountability*, governo eletrônico e o uso da internet, bem como apresentação de pesquisas anteriores.

### 2.1 TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E *ACCOUNTABILITY*

A Teoria dos Contratos (*Contract Theory*), desenvolvida por Alchian e Demsetz (1972), se originou da união de conceitos da Economia e do Direito. Esta Teoria estuda arranjos contratuais que os agentes da sociedade estipulam com vistas a reduzir as incertezas e firmar compromissos que possam ser confiáveis.

No Brasil, como Estado democrático, as relações contratuais entre o Estado e a sociedade são derivadas da Constituição Federal de 1988, que caracteriza o acesso à informação pública como um dos direitos e garantias fundamentais de todos.

O texto constitucional estabelece que todos possuem o direito de "receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (BRASIL, 1988, art. 5º, XXXIII).

Em vista disso, as informações de interesse coletivo que se encontram sob a guarda do Estado são, como regra geral, públicas. Neste contexto, o livre acesso à informação é essencial para o funcionamento da democracia. Por outro lado, existem informações caracterizadas como sigilosas, se consideradas imprescindíveis para preservar a segurança da sociedade e do Estado – ou seja, representando a exceção.

A Constituição também estabelece o princípio da publicidade, determinando que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social [...]” (BRASIL, 1988, art. 37, § 1º).

O princípio da Publicidade, segundo Allegretti e Platt Neto (2010, p. 81), “garante aos cidadãos o direito de conhecer os atos praticados na gestão pública e, além disso, garante a compreensibilidade das informações, já que a publicidade deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social”.



Assim, por meio do princípio da publicidade, é garantido à sociedade o acesso inclusive às informações relativas à gestão governamental, possibilitando a obtenção de conhecimento sobre os atos praticados na administração pública.

A prestação de contas à sociedade, incluindo informações relativas à utilização dos recursos públicos, deve ser feita por “qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária” (BRASIL, 1988, art. 70, parágrafo único). Assim, “cabe aos Chefes de Poderes e aos titulares dos respectivos órgãos, a prestação de contas de todos os seus atos [...]” (CRUZ *et al.*, 2011, p. 189).

Com o propósito de dispor sobre normas de finanças públicas, conforme estabelecido no art. 163 da Constituição, foi sancionada a Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A referida Lei pode ser entendida como “um código de conduta para os administradores públicos” que passaram a “obedecer as normas e limites para administrar as finanças, prestando contas sobre quanto e como gastam os recursos da sociedade” (BRASIL, 2017a).

A LRF aborda a responsabilidade na gestão fiscal, pressupondo esta pela “ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]” (BRASIL, 2000a, art. 1º, § 1º). Observam-se assim, o planejamento e a transparência como princípios da gestão fiscal responsável.

Dentre os instrumentos de transparência da gestão fiscal definidos pela LRF estão “[...] os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos” (BRASIL, 2000a, art. 48). De acordo com Silva (2011), esses são os instrumentos da gestão fiscal, que materializam a transparência governamental.

A LRF, além de tornar a ação planejada e transparente um dos elementos fundamentais para prevenção de riscos na gestão fiscal, obriga os gestores públicos a divulgarem determinadas informações por meio dos instrumentos de transparência definidos. Deste modo, a referida Lei visa “conduzir os órgãos e entes da Administração Pública à uma Gestão Fiscal Responsável” (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009, p. 104).

Os estudos dos ciclos políticos de curto prazo revelam que “a transparência tem fortes ligações com a responsabilidade fiscal” (SILVA, 2011, p. 352). Desta forma, a associação da transparência com a responsabilidade fiscal representa “a capacidade de resposta dos governos

aos cidadãos, ou seja, obrigação de informar e explicar seus atos na gestão pública [...]” (SILVA, 2011, p. 352).

Com o intuito de acrescer à LRF novos dispositivos relacionados à transparência governamental, em 2009 foi sancionada a Lei Complementar n.º 131, conhecida como Lei da Transparência (LT). Por meio desta, foi adicionada à LRF a exigência da disponibilização de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira em tempo real na internet (BRASIL, 2009b, art. 1º; 2000a, art. 48, II).

O dever da divulgação de informações pelo Estado tornou-se mais rigoroso a partir da publicação da Lei n.º 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). A referida Lei regulamenta o acesso à informação previsto nos artigos 5º, 37 e 216 da Constituição Federal (BRASIL, 2011b, ementa).

Além de dispor sobre procedimentos a serem observados pelos entes para tornar efetivo o direito à informação previsto na Constituição, a LAI estabelece como dever do Estado garantir tal direito. Assim, o Estado deve franquear o acesso à informação, por meio de procedimentos práticos e eficientes, de maneira transparente, clara e utilizando linguagem de fácil entendimento (BRASIL, 2011b, art. 5º).

O acesso à informação que a LAI trata, abrange, entre outros, os direitos de obter “informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos” (BRASIL, 2011b, art. 7º, VI).

Pode-se, desta maneira, concluir que a LAI abrange também informações relativas às contas públicas, apesar de não utilizar em seu texto especificamente este termo, visto que garante o direito às informações relativas à administração do patrimônio público e da utilização dos recursos públicos.

O alcance da LAI, de acordo com Campos (2017, p. 260), “facilita a aproximação entre a população e o Poder Público, nas mais diversas manifestações da atividade estatal, funcionando como um instrumento de redução da burocracia e auxiliando no combate à corrupção”.

Para aproximar a sociedade e o Estado de maneira mais efetiva, gerando maior confiabilidade, o setor público vem aplicando conceitos de governança corporativa, antes restritos ao setor privado. O principal fomentador das práticas e discussões sobre o tema no Brasil é o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que se dedica exclusivamente à promoção da governança corporativa no país, tendo alcançado reconhecimento nacional e internacional (IBGC, 2015).

Segundo Slomski (2009), os quatro princípios básicos que inspiram o Código do IBGC são a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa. De acordo com tal autor (2009, p. 132), “todos esses princípios são aplicáveis às entidades públicas governamentais”.

No contexto do setor privado, a obra de Iudícibus, Marion e Pereira (2003, p. 118) retrata a governança corporativa como um “sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas, que assegura aos proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva”. Assim, a relação entre propriedade e controle “ocorre por meio do conselho de administração, da auditoria independente e do conselho fiscal, que devem assegurar aos proprietários a equidade (*fairness*), a transparência (*disclosure*), a responsabilidade pelos resultados (*accountability*) e o cumprimento de leis e normas (*compliance*)” (IUDÍCIBUS; MARION; PEREIRA, 2003, p. 118).

Desta forma, estendendo tal conceito à administração pública, tem-se que é dever dos gestores públicos assegurar à sociedade a equidade, a transparência, o cumprimento das leis e normas, bem como a responsabilidade pelos resultados apresentados durante a sua gestão.

O termo *disclosure*, utilizado para fazer referência à transparência, pode ser traduzido, segundo Iudícibus, Marion e Pereira (2003, p. 86), como “evidenciação”. A evidenciação é entendida como “o processo pelo qual a empresa apresenta todas as informações que permitam a avaliação de sua situação patrimonial e das mutações de seu patrimônio e, além disso, possibilitem a realização de inferências perante o futuro” (IUDÍCIBUS; MARION; PEREIRA, 2003, p. 102). Apesar de a obra dos referidos autores estar no contexto do setor privado, entende-se que é possível expandir o entendimento à administração pública.

Desta maneira, a evidenciação das informações públicas de maneira transparente, para que a sociedade possa tomar conhecimento e assim realizar avaliações pertinentes, é um processo indispensável para o controle da utilização dos recursos públicos.

Diferentemente do termo *disclosure*, anteriormente apresentado, o termo *accountability* não pode ser traduzido em uma única palavra. *Accountability* pode ser entendida como a “responsabilidade do gestor profissional de prestar contas” (IUDÍCIBUS; MARION; PEREIRA, 2003, p. 10). Complementa-se ainda que *accountability* significa “a obrigação de prestar contas dos resultados conseguidos em função da posição que o indivíduo assume e do poder que detém” (PEIXE, 2010, p. 149).

Desta forma, a *accountability* pode ser considerada uma obrigação fundamental para que os gestores assumam uma postura responsável diante da posição que ocupam e dos poderes de decisão que detêm.

No âmbito governamental, pode-se citar o entendimento da NBC TSP – Estrutura Conceitual (EC), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para aplicação a partir de 2017, referente à Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Segundo esta norma, o atendimento das obrigações relacionadas a *accountability* “requer o fornecimento de informações sobre a gestão dos recursos da entidade confiados com a finalidade de prestação de serviços aos cidadãos e aos outros indivíduos [...]” (CFC, 2016, item 2.8).

A referida Norma dispõe que os "governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados [...]” (CFC, 2016, item 2.8).

Desta forma, os gestores públicos têm o dever de fornecer informações relativas à gestão dos recursos públicos que lhe foram atribuídos para prestação de serviços aos cidadãos e outros indivíduos, pois estas informações são de interesse de toda a sociedade.

Ainda utilizando uma visão governamental, tem-se o entendimento para efeitos de controle da Controladoria-Geral da União (CGU). Por meio do glossário do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, a CGU esclarece que *accountability* é a “obrigação dos agentes e das organizações que gerenciam recursos públicos de assumir integralmente as responsabilidades por suas decisões e pela prestação de contas de sua atuação de forma voluntária, inclusive sobre as consequências de seus atos e omissões” (BRASIL, 2017b, glossário).

A mesma linha de pensamento é exposta por Slomski (2009, p. 133), que afirma que em cumprimento com a chamada *accountability*, “os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos”.

Desta maneira, a responsabilidade com ética (*accountability*), pode ser entendida como um constante processo avaliativo e responsivo dos gestores públicos em razão dos atos por eles praticados em decorrência do uso do poder que lhes é concedido pela sociedade (ROCHA, 2009).

Assim, o cumprimento da *accountability* é fundamental e vai além dos relatórios exigidos pela legislação, sendo necessária a utilização de “instrumentos que facilitem a transparência dos atos, de maneira espontânea, com relatórios que façam com que o cidadão possa fazer comparações com resultados privados e, assim, sentir-se confortável ao ver que a gestão pública está sendo eficiente [...]” (SLOMSKI, 2009, p. 133).

Desta forma, a *accountability* é indispensável para garantir a democracia e o controle social, visto que por meio da prestação de contas dos agentes públicos a sociedade consegue tomar conhecimento das ações desenvolvidas e executadas.

A *accountability* governamental é conceituada por Ackerman (2005 *apud* SUZART; ROCHA; ZUCCOLOTTO, 2019, p. 24) como “um processo proativo no qual agentes públicos (eleitos e não eleitos) informam e justificam seus planos de ação, seu comportamento e resultados atingidos e são sancionados adequadamente (tradução livre)”.

Assim, por meio da *accountability* é possível assegurar que os serviços públicos sejam prestados com qualidade, visto que os gestores possuem responsabilidade sobre os resultados atingidos e são cobrados por seus atos e inclusive por suas omissões.

Para Ackerman (2005 *apud* SUZART; ROCHA; ZUCCOLOTTO, 2019, p. 24), “[...] ser responsável (*accountable*) é estar em movimento e não apenas estar aberto a críticas, é trabalhar com a sociedade e com os órgãos de controle (*accounting agencies*) para melhorar a honestidade e o desempenho do governo”. Desta forma é necessário haver “diálogo, explicação e justificação (*pro-active process*)” (ACKERMAN, 2005 *apud* SUZART; ROCHA; ZUCCOLOTTO, 2019, p. 24).

Neste contexto, o gestor público responsável deve ir além das responsabilidades de divulgar as informações. É importante que os gestores estejam em constante movimento, trabalhando em conjunto com os órgãos de controle e com a sociedade com intuito de melhorar cada vez mais a prestação de contas.

Tem-se, portanto, após análise das normas vigentes e dos autores abordados, que se faz necessário garantir o acesso da sociedade às informações públicas e assim assegurar a concretização da transparência na gestão governamental e aperfeiçoar a prestação de contas (*accountability*), propiciando o aprimoramento das relações entre governo e sociedade.

## 2.2 GOVERNO ELETRÔNICO E O USO DA INTERNET

Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o crescimento do acesso à rede mundial de computadores, surge a necessidade de adequação da prestação de serviços públicos aos novos padrões tecnológicos, oferecendo aos cidadãos inclusive novos meios de obter informações relativas à gestão pública.

A primeira exigência normativa a mencionar os meios eletrônicos como forma de divulgação de informações da gestão pública, foi a Lei n.º 9.755, de 16 de dezembro de 1998,

que exigiu “a criação de ‘homepage’ na ‘Internet’, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações [...]” (BRASIL, 1998, ementa).

Assim, surgiu a página na internet denominada de *Homepage* Contas Públicas, por meio da qual “todos os municípios são obrigados a, mensalmente, disponibilizar as principais informações relativas à execução orçamentária e financeira” (CRUZ *et al.*, 2011, p. 186).

Contudo, as exigências da Lei n.º 9.755 em relação à obrigação da disponibilização de informações não foram seguidas de forma efetiva pelos entes, como demonstraram Platt Neto, Cruz, Ensslin e Ensslin (2007), por meio de uma consulta à página *Homepage* Contas Públicas. De acordo com os autores (2007, p. 90), verificou-se ser comum “a ausência dos dados exigidos, enquanto outros apresentam informações incompletas”.

Decorrente da necessidade de adequação dos serviços públicos aos novos padrões tecnológicos no Brasil, surgiu o programa governo eletrônico, com o Decreto de 3 de abril de 2000<sup>1</sup>, que instituiu o "Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação" (BRASIL, 2000b, ementa). Tal Decreto vigorou até 06/11/2019, quando foi revogado pelo Decreto n.º 10.087/2019 (BRASIL, 2019, art. 1º, CXLII).

De acordo com o relatório “2 Anos de Governo Eletrônico: Balanço de Realizações e Desafios Futuros”, do Comitê Executivo do Governo Eletrônico da Presidência da República, os trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Interministerial “possibilitaram o estabelecimento de um modelo conceitual de Governo Eletrônico, com ênfase na proposição de medidas para a promoção das novas formas eletrônicas de interação entre o governo e o cidadão” (BRASIL, 2002, p. 5).

O desenvolvimento do governo eletrônico “visa promover a universalização do acesso do cidadão aos serviços prestados pelo Governo, a integração entre os sistemas, redes e bancos de dados da administração pública e a abertura de informações à sociedade, por meio da Internet” (BRASIL, 2002, p. 8).

Diversos fatores podem comprovar os efeitos positivos do governo eletrônico, entre os quais podem ser citados: “a melhoria da qualidade, a rapidez e segurança dos serviços para o cidadão, a simplificação da maneira de contato entre o cidadão e o Estado e, especialmente, a diminuição da burocracia” (CASTRO, 2006, p. 325).

---

<sup>1</sup> Decreto não numerado de 2000. Os decretos não numerados são “editados pelo Presidente da República, possuem objeto concreto, específico e sem caráter normativo. Os temas mais comuns são a abertura de créditos, a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, a concessão de serviços públicos e a criação de grupos de trabalho” (BRASIL, 2020d). Os Decretos não numerados deixaram de ser editados em 1º de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2020d).

Pode-se associar também temas como "desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas, relacionados ao processo de modernização da gestão pública [...]" (DINIZ; BARBOSA; JUNQUEIRA; PRADO, 2009, p. 25).

O governo eletrônico, embora associado ao uso de tecnologia de informação no setor público, ultrapassa essa perspectiva, podendo ser “[...] compreendido como a renovação dos sistemas democráticos e de participação política” (CASTRO, 2006, p. 328).

Segundo Diniz, Barbosa, Junqueira e Prado (2009, p. 27), "além de ser uma das principais formas de modernização do Estado, o governo eletrônico está fortemente apoiado numa nova visão do uso das tecnologias para a prestação de serviços públicos, mudando a maneira pela qual o governo interage com o cidadão, empresas e outros governos”.

Desta forma, pode-se afirmar que o governo eletrônico não se resume apenas na utilização de recursos viabilizados pelas TICs na modernização do Estado para prestação de serviços públicos, pois proporciona maior interação da sociedade com o governo e possibilita o exercício da participação política por meio do acesso à informação.

Segundo Agune e Carlos (2010, p. 309), o governo eletrônico “deve ser encarado como a transição entre uma forma de governar fortemente segmentada, hierarquizada e burocrática, que ainda caracteriza o dia-a-dia da imensa maioria das organizações públicas e privadas, para um Estado mais horizontal, colaborativo, flexível e inovador”.

O governo eletrônico prioriza “o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para democratizar o acesso à informação, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, e também aprimorar a qualidade e a efetividade dos serviços e informações” (BRASIL, 2018a, p. 13).

Desta maneira, ao priorizar o uso das TICs para democratização do acesso à informação, o governo eletrônico possibilita o alargamento do espaço público, propiciando maior participação popular e, portanto, tornando o Estado mais acessível ao cidadão.

No Brasil, a política de governo eletrônico “segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores” (BRASIL, 2020a).

Em relação à participação cidadã, difundiram-se os portais da transparência, que são “portais na Internet que funcionam como balcões virtuais de informação e de atendimento para a prestação de serviços” (BRASIL, 2002, p. 9). Com a utilização dos portais, é possível proporcionar o alargamento do espaço público e fomentar a participação popular.

A exigência da utilização da internet como ferramenta para divulgação de informações de interesse público foi reforçada a partir de 2009 por meio da Lei da Transparência (LT), que determinou a disponibilização de informações orçamentárias em tempo real pelos entes públicos (BRASIL, 2009b, ementa).

A utilização de meios de comunicação que são viabilizados pelas TICs é determinada como uma das diretrizes a ser seguida pelos entes públicos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011b, art. 3º, III). A referida Lei exige que os entes públicos utilizem para divulgação das informações de interesse coletivo ou geral todos os meios e instrumentos legítimos que possuem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais na internet (BRASIL, 2011b, art. 8º, §2). Todos os procedimentos previstos na LAI se destinam a “[...] assegurar o direito fundamental de acesso à informação [...]” (BRASIL, 2011b, art. 3º).

Segundo Ricas e Alves (2017, p. 144) considerando “que os governos democráticos são eleitos pelo povo e, portanto, devem ao povo satisfação sobre seus atos, a publicização dos atos, notadamente, no que tange ao gasto dos recursos públicos, deixa de ser uma faculdade, para se tornar uma obrigação [...]”. De acordo com Campos (2017, p. 260), “a transparência dos atos fortalece o controle social, possibilitando à população acompanhar a destinação dos recursos públicos”.

A LAI tornou dever dos órgãos e entidades públicas “promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011b, art. 8º). Portanto, “não é suficiente que as informações sejam disponibilizadas apenas aos que as requererem (transparência passiva), sendo importante destacar a chamada transparência ativa, com a previsão de divulgação de informações de interesse público independente de requerimento” (CAMPOS, 2017, p. 260).

De acordo com Wiedemann Neto (2017), a transparência ativa ocorre por meio da divulgação de informações por iniciativa da própria administração, utilizando meios acessíveis aos cidadãos, enquanto a transparência passiva decorre do atendimento às demandas específicas dos usuários.

Deste modo, o atendimento às demandas informacionais previsíveis da sociedade deve ser efetuado de maneira ativa, por meio das plataformas de divulgação na internet, em atendimento à LAI, que exige a divulgação das informações independentemente de solicitações por parte dos usuários. Por outro lado, a transparência passiva é destinada ao atendimento de demandas mais específicas de determinados usuários.



Em vista disso, para proporcionar uma gestão mais proativa e transparente, promovendo amplo acesso à informação, é necessário cumprir as exigências estabelecidas na LRF, na LT e na LAI. Assim, as informações de interesse coletivo sobre a gestão pública devem ser divulgadas pelos gestores de maneira proativa na internet, por meio de plataformas digitais de acesso público, conhecidas como portais da transparência.

Os portais da transparência, segundo Ricas e Alves (2017, p. 143) “têm realizado importante papel, no sentido de permitir, ao cidadão, verdadeiro controle sobre os diversos atos públicos que são do interesse da sociedade”. De acordo com tais autores (2017, p. 143), os portais fomentam a “participação social, socialização das informações públicas e melhoria da gestão e dos gastos públicos”.

Assim, por meio da transparência ativa é possível reforçar a interação entre o governo e o povo, fomentando a cultura da transparência governamental por meio de canais práticos de divulgação de dados e informações, como os portais da transparência. Para tanto, é necessário que os portais possuam funcionalidades adequadas, capazes de fornecer aos cidadãos as informações e os recursos necessários para análise.

De acordo com Cyrillo, Alegria e Dorneles (2017), a tendência é reduzir os custos de processos de trabalho gerados pela transparência passiva, à proporção que os entes públicos reforçarem a transparência ativa, por meio de investimentos em portais da transparência mais completos e de fácil consulta, que gerem uma maior satisfação para os usuários que buscam a informação.

Por meio da internet, é possível atender às demandas informacionais da população de maneira mais proativa, promovendo a chamada transparência ativa, por intermédio dos portais da transparência. Desta forma, é possível manter as informações disponíveis nos portais e diminuir os custos e processos de trabalho requeridos pela transparência passiva.

Nota-se, portanto, que os portais da transparência possuem papel importante na difusão das informações de interesse público. Porém, para funcionamento deste recurso, é necessário que a sociedade possua acesso à internet.

O acesso à internet nos domicílios do país tem crescido no decorrer dos anos, conforme apontado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As pesquisas do IBGE, realizadas de 2004 a 2018, demonstram um crescimento contínuo na utilização da internet nos domicílios permanentes do país. Em 2004, apenas 12,2% tinham acesso à internet, enquanto em 2018 este número chegou a 79,1% dos domicílios

brasileiros, representando aproximadamente 6,5 vezes mais que o percentual registrado no início da série (IBGE, 2016; 2020b).

O crescimento contínuo indica que cada vez mais brasileiros possuem acesso à internet, sendo possível compreender que a universalização do acesso às informações públicas, por meio das ferramentas da tecnologia da informação, é fundamental para promover agilidade e possibilitar uma gestão pública mais transparente.

Com o propósito de estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres do uso da Internet do Brasil, foi sancionada a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet (MCI). O objetivo de disciplinar o uso da internet é a promoção (BRASIL, 2014, art. 4º):

- I - do direito de acesso à internet a todos;
- II - do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos;
- III- da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e
- IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.

O MCI também estabelece que “as iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social devem” (BRASIL, art. 27):

- I - promover a inclusão digital;
- II - buscar reduzir as desigualdades, sobretudo entre as diferentes regiões do País, no acesso às tecnologias da informação e comunicação e no seu uso; e
- III - fomentar a produção e circulação de conteúdo nacional

Desta forma, o MCI exige a viabilização da inclusão digital, a redução das desigualdades no acesso à internet e no uso das TICs, bem como o estímulo da produção e circulação de informação pelo país.

A proteção de dados e a responsabilização das entidades do setor público pela segurança dos sistemas informacionais que utilizam é estabelecido pela Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Apesar de a LGPD estar em vigor, a grande maioria das suas disposições entra em vigor a partir do ano de 2021, conforme estabelecido no art. 65 da LGPD, alterado pela Medida Provisória n.º 959/2020 (BRASIL, 2020b), em abril de 2020, e pela Lei n.º 14.010, em junho de 2020 (BRASIL, 2020c)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A Lei n.º 14.010/2020 “institui normas de caráter transitório e emergencial para a regulação de relações jurídicas de Direito Privado em virtude da pandemia do coronavírus (Covid-19)” (BRASIL, 2020c, art. 1º).

As disposições da LGPD incluem o tratamento de dados pessoais nos meios digitais “[...] com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (BRASIL, 2018b, art. 1º).

A proteção de dados pessoais é de interesse nacional, portanto é um assunto que deve ser observado por todos os entes públicos que mantêm sistemas de informação. Assim, é dever das entidades governamentais seguirem as exigências da LGPD para assegurar a proteção de dados.

### 2.3 PESQUISAS ANTERIORES

Esta seção apresenta as pesquisas anteriores encontradas que possuem relação com o presente Trabalho. São apresentadas pesquisas similares à presente em abordagem e em tema central.

Foram buscados artigos técnico-científicos publicados em periódicos e em eventos, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Na referida busca, foram utilizados as técnicas e instrumentos descritos adiante na seção 3.2 do capítulo de metodologia da pesquisa. O âmbito da pesquisa foi apenas nacional. O marco de horizonte temporal para a pesquisa de publicações foi a partir do ano de edição da Lei da Transparência (LT), em 2009.

No Quadro 1 estão relacionadas, em ordem cronológica, as pesquisas anteriores similares em abordagem com o presente estudo. São apresentados os autores, os títulos, tipos de publicações, objetivos e resultados das pesquisas.

**Quadro 1 – Síntese das pesquisas anteriores similares em abordagem**

Autores <sup>[1]</sup>	Títulos / Tipos de publicações <sup>[2]</sup>	Temáticas abordadas e resultados encontrados
Manoel (2010)	“Portal da Transparência do Governo Federal: Funcionalidades, limitações e potencialidades” / TCC	O objetivo da pesquisa é “identificar as funcionalidades e limitações no Portal da Transparência do Governo Federal (PTGF), com vistas a propor aprimoramentos”. O resultado da pesquisa aponta 14 funcionalidades e 10 limitações presentes no Portal e por fim sugere 11 aprimoramentos. Dentre as funcionalidades estão: dados relativos ao bolsa família e consulta de transferências do Fundo de Participação Municipal, do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundeb. Entre as limitações encontradas estão: ausência de séries históricas uniformes, falta de detalhamento de gastos realizados e impossibilidade de geração de planilhas. Entre os aprimoramentos sugere-se disponibilizar informações sobre o Plano Plurianual, a ativação de ajuste monetário por índice de preços para possibilitar comparações de séries históricas e um vídeo explicativo sobre as modalidades de acessos à informação do Portal.
Silva (2010)	“Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Senado Federal” / TCC	O objetivo da pesquisa é “identificar as funcionalidades e limitações no Portal da Transparência do Senado Federal, com vistas a propor aprimoramentos”. O resultado da pesquisa aponta 8 funcionalidades, 8 limitações e sugere 12 formas de aprimoramentos para o Portal. Dentre as funcionalidades estão o acompanhamento de informações relativas aos recursos humanos, verbas indenizatórias, licitações e contratos, contratos de mão-de-obra, execução orçamentária, suprimento de fundo, tomadas de contas e relatórios de gestão fiscal. Entre as limitações foi citada a falta de detalhamento sobre: os gastos dos senadores, as classificações dos recursos humanos, a execução orçamentária e as licitações e contratos. Também foi citada como limitação a divulgação de informações em arquivos extensos sem utilização de recursos gráficos. Entre os aprimoramentos sugeridos estão: inclusão de <i>hiperlinks</i> para comprovantes; utilização de quadros, gráficos e ilustrações para dinamizar relatórios; e inserção de maiores detalhamentos das informações divulgadas.
Allegretti e Platt Neto (2010)	“Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul” / Periódico	O estudo tem como objetivo “identificar as funcionalidades e limitações no Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul” com intuito de propor aprimoramentos. O Resultado da pesquisa identificou entre as funcionalidades a possibilidade de baixar ou copiar as informações. Entre as limitações foram citadas a dispersão das informações em diferentes sítios eletrônicos e a linguagem não acessível. Entre as propostas para aprimoramentos estão a organização do conteúdo, a utilização de gráficos para facilitar a visualização e compreensão das informações e o uso de linguagem mais acessível.
Sebastião (2014)	“Portal da Transparência do Estado de São Paulo: Funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramentos” / TCC	O objetivo da pesquisa é “identificar as funcionalidades e eventuais limitações do Portal da Transparência do Estado de São Paulo (PTESP) com vista a propor aprimoramentos”. O resultado da pesquisa apresenta 16 funcionalidades, 6 limitações e propõe 6 aprimoramentos. As funcionalidades disponibilizadas no Portal são variadas e entre as possibilidades de consulta encontram-se: informações e gráficos sobre a receita e a despesa; dados sobre as remunerações dos servidores; demonstrativos contábeis do estado; e área de “perguntas frequentes” e “fale conosco”. Dentre as limitações do portal tem-se a impossibilidade de consultas por séries históricas da receita e inexistência de ferramenta para auxílio de pessoas com deficiência. Com intuito de aprimorar o Portal, foram citadas entre as propostas as seguintes sugestões: incluir as séries históricas e disponibilizar ferramentas que possibilitem a navegação de pessoa com deficiência.

Continua...

Continuação...

Autores <sup>[1]</sup>	Títulos / Tipos de publicações <sup>[2]</sup>	Temáticas abordadas e resultados encontrados
Santana (2014)	“Transparência da Internet das despesas federais, estaduais e municipais na cidade de São Paulo com a Copa do Mundo de 2014” / TCC	O objetivo da pesquisa é “apresentar as abordagens (com funcionalidades e limitações) que os entes adotaram nas três esferas de governo para divulgação na internet das despesas com a Copa do Mundo de 2014 na Cidade de São Paulo, com vistas a propor aprimoramentos na transparência”. O resultado da pesquisa evidencia diversas funcionalidades identificadas. Foram encontradas 18 limitações e propostos 17 aprimoramentos. Entre as funcionalidades do Portal destacam-se o acesso a matriz de responsabilidade de cada cidade-sede, informações relativas aos gastos realizados e detalhamentos da previsão e execução dos recursos utilizados. O portal apresentou entre as limitações a forma de divulgação e acesso das informações, indisponibilidade de acesso aos Portais da Prefeitura e do Estado de São Paulo, inexistência de campo para busca rápida e ferramenta que auxilie o acesso de pessoas com deficiência. Entre as propostas tem-se a correção do erro de acesso aos portais da Prefeitura e do Estado de São Paulo, disponibilização de campo para buscas rápidas e criação de ferramentas para auxiliar portadores de deficiência em suas pesquisas.
Moraes (2015)	“Portal da Transparência do Senado Federal: funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento” / TCC	O objetivo da pesquisa é analisar o Portal da transparência do Senado Federal para identificar as funcionalidades e limitações com intuito de propor aprimoramentos. O resultado da pesquisa destaca 12 funcionalidades e 22 limitações encontradas no Portal. Além disso são propostas 28 ideias para aprimoramento. Entre as funcionalidades do Portal destacam-se a disponibilização de consulta de “licitações e contratos” e “orçamento e finanças”. A limitação que mais chamou a atenção, entre as 22 citadas, é a necessidade de identificação do usuário para ter acesso aos valores pagos à servidores e senadores. Entre outras limitações encontradas estão: falta de identificação de colunas com valores na parte de “receitas anuais” e inexistência de campo de busca rápida. Entre as propostas para aprimorar o portal estão: a permissão de livre acesso a qualquer informação do portal sem necessidade de identificação do usuário e criação de recursos para o acesso de pessoas com deficiência ao Portal.
Lopes e Platt Neto (2015)	“Funcionalidades, Limitações e Propostas para Aprimoramento do Portal da Transparência do Município de Balneário Camboriú” / Evento	O objetivo do artigo é “identificar as funcionalidades e as limitações do Portal da Transparência do Município de Balneário Camboriú (PTMBC), com vistas a propor aprimoramentos”. O resultado da pesquisa evidencia 7 funcionalidades e 8 limitações encontradas no Portal e apresenta 11 propostas objetivas para aprimoramentos. Entre as funcionalidades evidenciadas estão as seções de receita, despesa, busca específica, contas públicas, diário oficial, atos jurídicos e gestão de pessoas. O Portal apresentou entre as limitações a impossibilidade de criação de séries históricas, erros nos <i>links</i> de algumas seções, ausência de informações relativas ao Plano Plurianual (PPA), inexistência de campo para buscas rápidas, impossibilidade de salvar os dados em planilhas, ausência de canal para esclarecimento de dúvidas e falta de orientações sobre a navegação no Portal. Além disso o Município apresenta dois portais que não se conectam um com o outro. Entre as formas de melhorias foram propostas os seguintes aprimoramentos: permissão de criação de séries históricas; demonstrar composição do orçamento total; disponibilizar o PPA; opção de ordenar por valor; disponibilizar cartilha ou vídeo de apresentação; opção de salvar os dados em planilhas; página para atendimento de dúvidas, exposição de críticas e elogios; cadastro para receber informativos por <i>e-mail</i> ; criar campo de busca rápida; corrigir erros nos <i>links</i> ; interligar os dois portais que o município possui para melhorar a consulta das informações.

Continua...

Continuação...

Autores <sup>[1]</sup>	Títulos / Tipos de publicações <sup>[2]</sup>	Temáticas abordadas e resultados encontrados
Santos (2018)	“Funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento do Portal da Transparência do Município de Sapucaia do Sul – RS” / TCC	O objetivo do trabalho é “identificar as funcionalidades e as limitações do Portal da Transparência do Município de Sapucaia do Sul (PTMSS), com vistas a propor aprimoramentos”. O resultado da pesquisa evidenciou 28 funcionalidades no Portal, entre elas: Opção de auto contraste e aproximação; campo de busca rápida; seção “fale conosco”; glossário; e <i>links</i> para as seções onde são divulgadas as informações no Portal. Encontrou-se 12 limitações no PTMSS, entre elas: falta de legislação própria para o Portal; páginas exibidas em branco; mensagens de erro; impossibilidade de criação de planilhas; e demora no fornecimento de informações solicitadas. Como forma de aprimoramento foram feitas 10 propostas, entre elas: a normatização do Portal; criação de um vídeo para apresentação da página; transformação das informações em planilhas; eliminação de páginas em branco e com erros; e melhoramento no tempo de resposta das solicitações das informações.
<p>Notas:</p> <p>[1] Autores dispostos em ordem cronológica das publicações citadas.</p> <p>[2] Os tipos de publicações, sinteticamente, são: TCC, Dissertação; Tese; Periódico; e Evento. Detalhadamente, são: TCC – Monografias e artigos apresentados como Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação ou de especialização (<i>latu sensu</i>). Dissertação – Dissertações de mestrado (<i>strictu sensu</i>). Tese – Teses de doutorado (<i>strictu sensu</i>). Periódico – Artigos técnico-científicos publicados em periódicos (revistas, boletins, etc.). Evento – Artigos técnico-científicos publicados em anais de eventos (congressos, encontros, etc.).</p>		

Fonte: Elaborado pela autora a partir das pesquisas citadas.

As pesquisas constantes no Quadro 1, são semelhantes em abordagem metodológica com o presente estudo. Tais pesquisas analisaram diferentes portais de transparência para verificar suas funcionalidades, investigar a existência de limitações e apresentar propostas para aprimoramentos.

O Quadro 2 apresenta outras pesquisas que possuem similaridade com o tema central do presente estudo, embora com abordagens metodológicas diferentes. São apresentados os autores, títulos, tipos das publicações e os objetivos a que se propuseram.

**Quadro 2 – Objetivos de pesquisas anteriores com similaridade de tema central**

Autores <sup>[1]</sup>	Títulos / Tipos de publicações <sup>[2]</sup>	Objetivos a que se propuseram
Cruz, Silva e Santos (2009)	“Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro” / Periódico	A pesquisa se propõe a “verificar o nível de transparência fiscal eletrônica nos sites dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro, bem como os fatores que, possivelmente, influenciam a transparência eletrônica da gestão fiscal (população, receita orçamentária, PIB per capita, taxa de alfabetização, IDH-M, IQM e estágio do site)”.
Raupp e Pinho (2011)	“Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei da transparência” / Tese	O objetivo da pesquisa “é investigar as condições de prestação de contas nos portais eletrônicos de Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina antes e após a Lei da Transparência”.

Continua...

Continuação...

Autores [1]	Títulos / Tipos de publicações [2]	Objetivos a que se propuseram
Mattei e Platt Neto (2011)	“As práticas de Transparência Governamental sobre as Contas Públicas do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC)” / Evento	Objetivo da pesquisa é “identificar e apresentar considerações sobre as práticas de transparência governamental que o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) realiza sobre as suas contas públicas. Neste sentido, estuda-se a maneira como o MPSC utiliza para divulgar informações das contas públicas e formas existentes para atender o cidadão que se mostra interessado no tema”.
Nazário, Silva e Rover. (2012)	“Avaliação da qualidade da informação disponibilizada no portal da transparência do Governo Federal” / Periódico	O objetivo da pesquisa é “elaborar uma análise da qualidade da informação do Portal da Transparência utilizando os dezesseis critérios elaborados por Eppler (2016) em seu <i>framework</i> ”.
Campos, Paiva e Gomes (2012)	“Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás” / Periódico	A pesquisa tem o objetivo de verificar, a partir da Lei Complementar (LC) 131/2009, a forma que o Governo de Goiás trabalha para tornar a gestão das suas ações mais transparentes por meio da divulgação eletrônica no Portal da transparência de Goiás.
Sales (2012)	“Acesso à Informação, Controle Social das Finanças Públicas e Democracia: Análise dos Portais da Transparência dos Estados Brasileiros Antes e Após o Advento da Lei nº 12.527/2011” / Periódico	“O presente trabalho visa à análise dos Portais da Transparência dos Estados brasileiros e do Distrito Federal, a fim de verificar se estes podem ser considerados importantes instrumentos de controle social das finanças públicas e se atendem às normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso à informação”.
Raupp e Pinho (2012)	“A Voz de Presidentes de Câmaras Municipais sobre Prestação de Contas, Transparência e Participação em Portais Eletrônicos” / Periódico	“O artigo tem por objetivo comparar a percepção de presidentes de câmaras municipais sobre o uso dos portais eletrônicos para prestação de contas, transparência e participação com os dados obtidos a partir de observação direta nos portais destas câmaras”.
Pires, Scherer, Santos e Carpes (2013)	“Transparência da gestão pública municipal: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo / RS” / Periódico	O objetivo da pesquisa é analisar a transparência das ações da gestão pública dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul) por meio da análise dos seus portais eletrônicos, em especial no que diz respeito ao cumprimento às exigências da Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação Pública”.
Muniz Filho e Pontes (2014)	“Aderência dos municípios cearenses à lei da transparência” / Periódico	“Esta pesquisa objetivou analisar a aderência dos municípios cearenses às exigências contidas na Lei da Transparência, quanto à divulgação, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; divulgar a adesão desses municípios à utilização dos Portais da Transparência; e apresentar as principais irregularidades relacionadas ao descumprimento da referida lei”.
Staroscky, Lyrio e Lunkes (2014)	“Análise do nível de transparência dos portais eletrônicos das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville (SC) com base em um modelo multicritério de apoio à decisão” / Evento	O objetivo do estudo é “avaliar o nível de transparência dos portais municipais das prefeituras que fazem parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR – de Joinville, no Estado de Santa Catarina/Brasil, se utilizando de uma abordagem quali-quantitativa para analisar o problema”.

Continua...

Continuação...

Autores [1]	Títulos / Tipos de publicações [2]	Objetivos a que se propuseram
Pinheiro (2014)	“Análise da Lei de Acesso à Informação: controle social da administração pública e o Portal da Transparência” / TCC	O presente trabalho “faz uma análise da Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527/2011, a sua importância como forma de controle social, a sua aplicabilidade e eficácia no que se refere ao Portal de Transparência no âmbito dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul”.
Leite Filho, Colares e Andrade (2015)	“Transparência da Gestão Fiscal Pública: um Estudo a Partir dos Portais Eletrônicos dos maiores Municípios do Estado de Minas Gerais” / Periódico	O objetivo principal da pesquisa é “verificar se os maiores municípios mineiros estão cumprindo a LC 131/09 no que diz respeito à disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do município, indagando assim qual o nível de transparência da gestão fiscal pública municipal nestes municípios”.
Hosser, Cruz, Machado e Quintana (2015)	“Portal da transparência: um estudo comparativo entre os municípios de Porto Alegre e Pelotas” / Periódico	A pesquisa tem como foco “analisar os Portais de Transparência dos Municípios gaúchos de Pelotas e Porto Alegre com intuito de analisar o conteúdo disponibilizado nos portais de transparência de tais municípios”.
Resende e Nassif (2015)	“Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros” / Periódico	O principal objetivo da pesquisa é identificar se os 27 portais de transparência pública dos governos executivos estaduais brasileiros estão seguindo as normas e recomendações da Controladoria-Geral da União.
Ceolin, Almeida e Alves (2015)	“Portal da Transparência e o acesso à informação: um estudo do portal da transparência e o controle social em três municípios do estado de Pernambuco” / Periódico	O objetivo da pesquisa é “analisar conteúdo e <i>layout</i> de apresentação das informações do <i>site</i> Portal da Transparência, nos municípios pernambucanos de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes”.
Silva, Segatto e Silva (2016)	“Disclosure no serviço público: análise da aplicabilidade da lei de transparência em municípios mineiros” / Evento	A pesquisa objetiva verificar a eficácia da aplicação da LC n.º 131/2009 (Lei da Transparência) e o <i>disclosure</i> nos portais de municípios mineiros.
Freire e Rego (2016)	“Política de Informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros” / Periódico	“Apresenta resultados de exercício teórico sobre portais de transparência brasileiros na perspectiva de políticas públicas de informação para cidadania. Discorre sobre a distribuição do ranking dos portais de transparência das capitais brasileiras”.
Jahns e Raupp (2016)	“Transparência de informações do executivo estadual: proposta de ações de melhoria para o portal de Santa Catarina” / Periódico	“O objetivo do estudo consistiu em propor ações de melhoria para o portal eletrônico do Estado de Santa Catarina em termos de transparência das informações públicas”.
Abdala e Torres (2016)	“A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros.” / Periódico	O objetivo da pesquisa é “avaliar a funcionalidade dos portais de transparência dos estados como fonte de acesso à informação e espaços de fortalecimento da participação e do controle social”.
Caleffi e Raupp (2017)	“Avaliação da Transparência Fiscal e do Acesso à Informação nos Portais das Assembleias Legislativas Brasileiras” / Periódico	O objetivo da pesquisa é avaliar, por meio de um protocolo de observação, o nível de transparência das Assembleias Legislativas Brasileiras e verificar se atendem as obrigações previstas em leis relacionadas com a transparência fiscal e com o acesso a informação.
Coelho, Silva, Cunha e Teixeira (2018)	“Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma dança dos sete véus” incompleta?” / Periódico	O objetivo da pesquisa é “examinar a transparência do Poder Executivo nos Estados e grandes municípios brasileiros, com o objetivo de mostrar um panorama desse aspecto nos portais governamentais”.

Continua...



Continuação...

Autores [1]	Títulos / Tipos de publicações [2]	Objetivos a que se propuseram
Bittencourt e Reck (2018)	“Interações entre direito fundamental à informação e democracia para o controle social: uma leitura crítica da LAI a partir da experiência dos portais de transparência dos municípios do Rio Grande do Sul” / Periódico	O objetivo do artigo é “demonstrar que os portais não atendem satisfatoriamente um conceito rigoroso de democracia, e que parcial responsabilidade pode ser atribuída à Lei de Acesso à Informação”.
<p>Notas:</p> <p>[1] Autores dispostos em ordem cronológica das publicações citadas.</p> <p>[2] Os tipos de publicações, sinteticamente, são: TCC, Dissertação; Tese; Periódico; e Evento. Detalhadamente, são: TCC – Monografias e artigos apresentados como Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação ou de especialização (<i>latu sensu</i>). Dissertação – Dissertações de mestrado (<i>strictu sensu</i>). Tese – Teses de doutorado (<i>strictu sensu</i>). Periódico – Artigos técnico-científicos publicados em periódicos (revistas, boletins, etc.). Evento – Artigos técnico-científicos publicados em anais de eventos (congressos, encontros, etc.).</p>		

Fonte: Elaborado pela autora a partir das pesquisas citadas.

Observa-se que as pesquisas constantes no Quadro 2 são também pertinentes para consulta, visto que tratam de temas próximos. As publicações apresentadas analisam portais de transparência de maneiras distintas, embora com objetivos muito próximos, pois visam verificar se os portais cumprem seu papel de divulgadores de informação de modo adequado.

No próximo capítulo é apresentada a metodologia da pesquisa, abrangendo as classificações, as técnicas e instrumentos utilizados, os procedimentos aplicados e as características e dados da entidade estudada.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Com o propósito de atingir os objetivos desta pesquisa e responder à pergunta inicial, o Trabalho segue uma abordagem metodológica. A tipologia da pesquisa é apresentada inicialmente, indicando como ela pode ser classificada, conforme algumas categorias. Na sequência, são dispostas as técnicas e os instrumentos empregados na coleta e na análise dos dados. Em seguida, são expostos os procedimentos metodológicos específicos realizados e a ordem de cada um deles. Por fim, é apresentada a entidade estudada, a obtenção, coleta e ajuste de dados.

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Segundo Gil (2010), classificar as pesquisas é importante, pois possibilita que os fatos sejam organizados da melhor forma e, conseqüentemente, se obtenha melhor compreensão. Assim, de acordo com Raupp e Beuren (2010), acredita-se que as tipologias mais adequadas para a área da Contabilidade são quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema. Desta forma, segue as características de cada tipificação.

##### **3.1.1 Quanto aos objetivos**

De acordo com Gil (2010, p. 27), “em relação aos objetivos mais gerais, ou propósitos, as pesquisas podem ser classificadas em exploratórias, descritivas e explicativas”. Segundo o mesmo autor (2010, p. 27) “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população”. Esta pesquisa é classificada como descritiva, pois visa à descrição minuciosa de um portal de transparência.

##### **3.1.2 Quanto aos procedimentos**

A pesquisa científica possui tipologias quanto aos procedimentos, que “referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados” (RAUPP; BEUREN, 2010, p. 83). As tipologias, de acordo com Raupp e Beuren (2010), são divididas em pesquisa bibliográfica, levantamento, documental, participante, experimental e estudo de caso. Esta

pesquisa pode ser classificada como documental, predominantemente, e bibliográfica, acessoriamente.

De acordo com Marconi e Lakatos (2015, p. 48) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Considera-se, segundo Gil (2010, p. 30), que “a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc”. O procedimento documental do presente estudo deu-se a partir de pesquisas em normas e num portal de transparência.

A pesquisa do tipo bibliográfica, denominada também pesquisa de fontes secundárias, realiza um levantamento da bibliografia publicada “em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (MARCONI; LAKATOS; 2014, p. 44).

O procedimento bibliográfico foi utilizado para embasamento dos temas centrais da pesquisa, que abordam a transparência governamental, *accountability*, governo eletrônico e uso da internet. Os resultados dessa pesquisa, realizada em livros, cartilhas, monografias, artigos científicos, dissertações e teses, encontram-se principalmente no capítulo de fundamentação teórica.

### **3.1.3 Quanto à abordagem do problema**

Quanto à abordagem do problema, “destacam-se as pesquisas qualitativas e quantitativas” (RAUPP E BEUREN, 2010, p. 91). Existe também a abordagem mista, que é a pesquisa considerada qualitativa e quantitativa. O presente estudo é classificado como qualitativo.

De acordo com Richardson (1999, p. 79) “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema”. Desta forma, “a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último” (RAUPP, BEUREN, 2010, p. 92).

Considera-se esta pesquisa qualitativa, pois se trata da análise de um portal de transparência para descrever características e recursos, indicar possíveis erros, omissões ou ausências de funcionalidades, bem como propor soluções para aprimoramento do portal.

## 3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A seleção das técnicas e instrumentos metodológicos de pesquisa, segundo Marconi e Lakatos (2015, p. 17), “está diretamente relacionada com o problema a ser estudado”. Desta maneira, “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (MARCONI; LAKATOS; 2015, p. 17).

Nas próximas subseções são descritas as técnicas e instrumentos de pesquisa que foram utilizados. Na subseção seguinte, é apresentada a aplicação dos instrumentos por meio de um conjunto de procedimentos.

### 3.2.1 Etapa de coleta de dados

Para a etapa de coleta de dados, foram realizados procedimentos diversificados que, segundo Marconi e Lakatos (2015), variam de acordo com circunstâncias ou tipo de investigação.

De acordo com Colauto e Beuren (2010, p. 128), “entende-se que os instrumentos de dados mais abordados pelas ciências sociais no campo da Contabilidade sejam a observação, os questionários, as entrevistas, os *checklists* e a pesquisa documental”. Este estudo utilizou a pesquisa documental. Os dados coletados foram analisados no capítulo de resultado.

Segundo Colauto e Beuren (2010, p. 134), “a coleta de dados em documentos pode ser dividida em: pesquisa documental ou de fontes primárias e pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias”. Foi empregada a pesquisa bibliográfica na busca de fontes para o capítulo de fundamentação teórica, enquanto para a coleta de dados do capítulo de resultado foi empregada a pesquisa documental.

A pesquisa documental “trabalha com informações que não receberam tratamento analítico” (COLAUTO; BEUREN, 2010, p. 134). Tais informações (dados) podem ser encontradas em “diversas fontes de documentos escritos, como: arquivos públicos, publicações parlamentares, jurídicas e administrativas, censos estatísticos, documentos de arquivos privados, cartas, contratos [...]” (COLAUTO; BEUREN, 2010, p. 135). Segundo os mesmos autores (2010), este tipo de pesquisa necessita que o pesquisador reúna e compile dados, pois as fontes de coleta são diversificadas e dispersas.

As pesquisas bibliográficas ou de fontes secundárias, segundo Colauto e Beuren (2010, p.135), “utilizam, fundamentalmente, contribuições já publicadas sobre o tema estudado”.

Desta forma, pode-se considerar que são tipos de pesquisa de fonte secundária as “teses, dissertações, monografias, artigos de anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas, os boletins de jornais” (COLAUTO; BEUREN, 2010, p. 135).

Na pesquisa documental, utilizou-se: a) consulta a normas diversas emitidas para as entidades do setor público, aplicáveis aos temas centrais no capítulo de fundamentação teórica; e b) dados provenientes do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), para contribuir com o capítulo de resultados da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, foram consultados: livros, teses, dissertações, artigos científicos e monografias, com objetivo de subsidiar a seção de fundamentação teórica.

### **3.2.2 Etapa de análise de dados**

Para atingir os objetivos da pesquisa, após a coleta de dados, é feita a análise empregando uma organização sistemática, pois “analisar dados significa trabalhar com todo material obtido durante o processo de investigação [...]” (COLAUTO; BEUREN, 2010, p. 136).

De acordo com Colauto e Beuren (2010, p. 137), “o processo de análise de dados varia em função do plano estabelecido para a pesquisa, o qual é dividido nas categorias: análise de conteúdo, análise descritiva e análise documental”.

Esta pesquisa inclui-se na categoria de análise documental. Este tipo de análise, segundo Colauto e Beuren (2010, p. 140) “configura-se com uma notável técnica para abordar dados qualitativos e quantitativos”. De acordo com os mesmos autores (2010, p. 140) “utiliza como suporte subsidiário a construção do diagnóstico de uma pesquisa, informações coletadas em documentos materiais escritos”.

A presente pesquisa utilizou-se de análise documental, pois buscou informações em um portal da transparência, a fim de comparar as suas funcionalidades com as exigências dos normativos aplicáveis. Desta forma, existe a possibilidade de identificar eventuais limitações e propor aprimoramentos.

## **3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA**

O estudo aplicou uma sequência de procedimentos para alcançar o objetivo da pesquisa, utilizando uma abordagem similar à de Silva (2010), Manoel (2010), Santana (2012), Sebastião (2014) e Santos (2018).

Desta maneira, esta pesquisa é uma continuação de trabalhos anteriores, porém utilizando outro portal da transparência como objeto de estudo para aplicação dos procedimentos.

Foram utilizados seis passos para realização desta pesquisa:

1º passo: Realizar uma pesquisa bibliográfica, a fim de obter materiais referentes à transparência governamental e o uso da internet para divulgação de informações públicas, abrangendo temas como *accountability* e governo eletrônico, entre outros. Para isso, foram consultados livros, artigos e outros documentos disponíveis em meio eletrônico.

2º passo: Apresentar o Município de Florianópolis e seu Portal da Transparência, em termos constitucionais e históricos.

3º passo: Acessar o Portal estudado para observação e identificação dos dados a serem coletados.

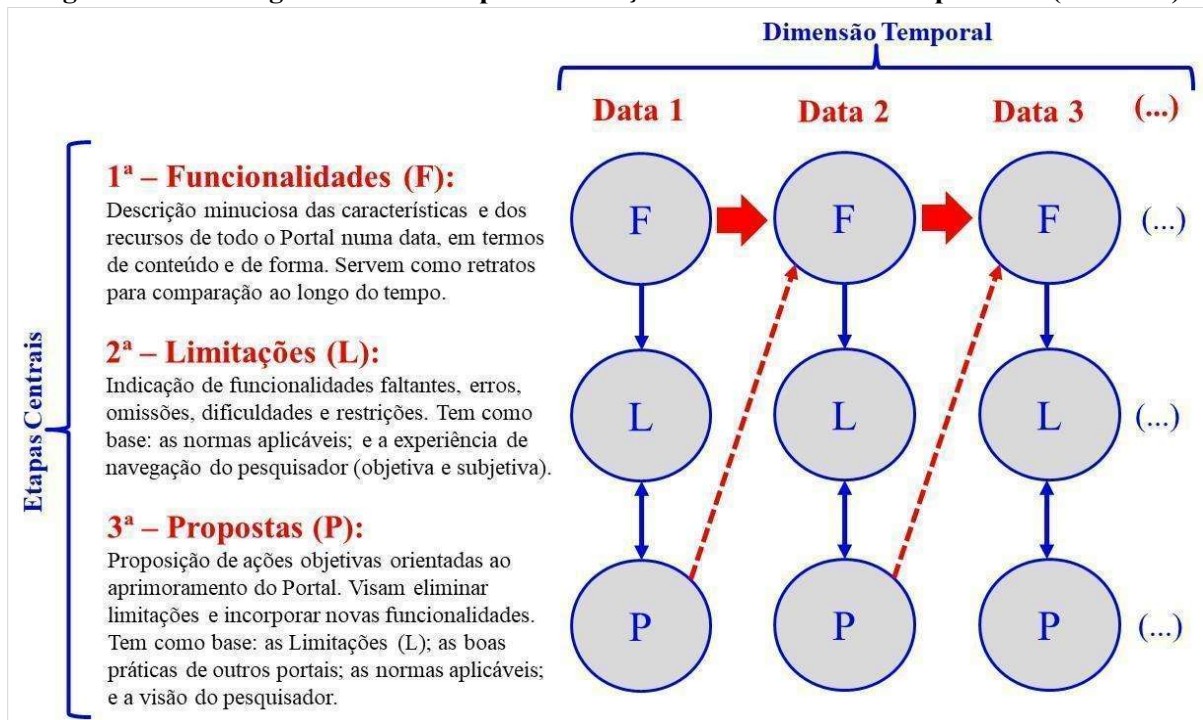
4º passo: Descrever detalhadamente as funcionalidades encontradas no Portal, as formas de acesso e o tipo de dados que são disponibilizados aos usuários. Esta análise foi realizada 15 de julho de 2020.

5º passo: Identificar possíveis limitações no Portal, quanto ao acesso e forma de divulgação, assim como os conteúdos disponíveis. Nesta etapa, foram considerados os conhecimentos da pesquisadora, as normas aplicáveis e outros trabalhos sobre o mesmo tema.

6º passo: Apresentar propostas para aprimoramento do Portal, visando eliminar as suas limitações e aprimorar suas funcionalidades, a partir da visão da pesquisadora, das normas aplicáveis, das limitações encontradas no passo anterior e das boas práticas de outros portais.

Esses procedimentos alinham-se com a Abordagem Sistemática para Avaliação dos Portais de Transparência (ASAPoT) desenvolvida por Platt Neto (2020), conforme sintetizado na Figura 1.

**Figura 1 – Abordagem Sistemática para Avaliação dos Portais de Transparência (ASAPoT)**



Fonte: Platt Neto (2020, p. 60).

### 3.4 CARACTERÍSTICAS E DADOS DA ENTIDADE

A pesquisa é focalizada em apenas um portal de transparência, dentre vários outros existentes no Brasil. Não houve um critério pré-definido para escolha do Portal, apenas a preferência da autora sem utilizar-se de nenhum método estatístico ou outro critério objetivo de seleção.

A preferência da autora na seleção do Portal provém da sua afinidade com o Município, em virtude de ser o lugar onde nasceu. Também influenciou na escolha a relevância da cidade para Santa Catarina, visto que é a capital do Estado. Outro ponto que motivou a seleção foi a questão de o Portal ainda não ter sido analisado por nenhum outro autor sob a ótica da ASAPoT.

Desta forma, devido à ausência de procedimentos de amostragem, não se pode estender o estudo de apenas um caso específico para todos os portais similares existentes. A entidade escolhida para o estudo foi o Município de Florianópolis e o objeto estudado foi o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF).

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, inicialmente é feita a apresentação do Município de Florianópolis e do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF). Em seguida, são apresentadas as funcionalidades identificadas e limitações encontradas, bem como as propostas para aprimoramentos.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E DO PTPMF

O Município de Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina, que se localiza na Região Sul do Brasil. A cidade possui uma extensão territorial de 674,8 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020a) e situa-se no litoral, sendo composta por uma parte insular (Ilha de Santa Catarina) e outra continental, que foi anexada à cidade em 1927 (SANTA CATARINA, 2020).

Os primeiros habitantes de Florianópolis foram os índios tupis-guaranis, sendo que os indícios de sua existência encontram-se nos sambaquis e sítios arqueológicos, datados por volta de 4.800 a.C. (FLORIANÓPOLIS, 2020a). Os índios tupis-guaranis "praticavam a agricultura, mas tinham na pesca e coleta de moluscos as atividades básicas para sua subsistência" (FLORIANÓPOLIS, 2020a).

A povoação da Ilha iniciou por volta de 1675 por “Francisco Dias Velho, junto com sua família e agregados, com a fundação de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) - segundo núcleo de povoamento mais antigo do Estado” (FLORIANÓPOLIS, 2020a).

No último censo, realizado em 2010, o Município possuía cerca de 421,2 mil habitantes e densidade demográfica de 623,68 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2020a). Em 2020, estimou-se a população de Florianópolis em 508,8 mil habitantes (IBGE, 2020a).

A economia do Município é baseada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos, indústria de transformação e turismo (FLORIANÓPOLIS, 2020a). Entre os pontos turísticos da cidade, destacam-se as praias e as regiões onde se instalaram as primeiras comunidades de imigrantes açorianos, como o Ribeirão da Ilha, a Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e o centro histórico (FLORIANÓPOLIS, 2020a).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Florianópolis, referente a 2010 era de 0,847 (IBGE, 2020a). O Produto Interno Bruto (PIB), referente a 2017, em preços correntes, ocupava a 2<sup>a</sup> posição no *ranking* estadual e 47<sup>a</sup> posição no *ranking* nacional,



enquanto as posições do PIB per capita foram 57ª e 597ª respectivamente (IBGE, 2020a). Cerca de 91% do PIB da cidade é gerado pelo setor de serviços (IBGE, 2020a).

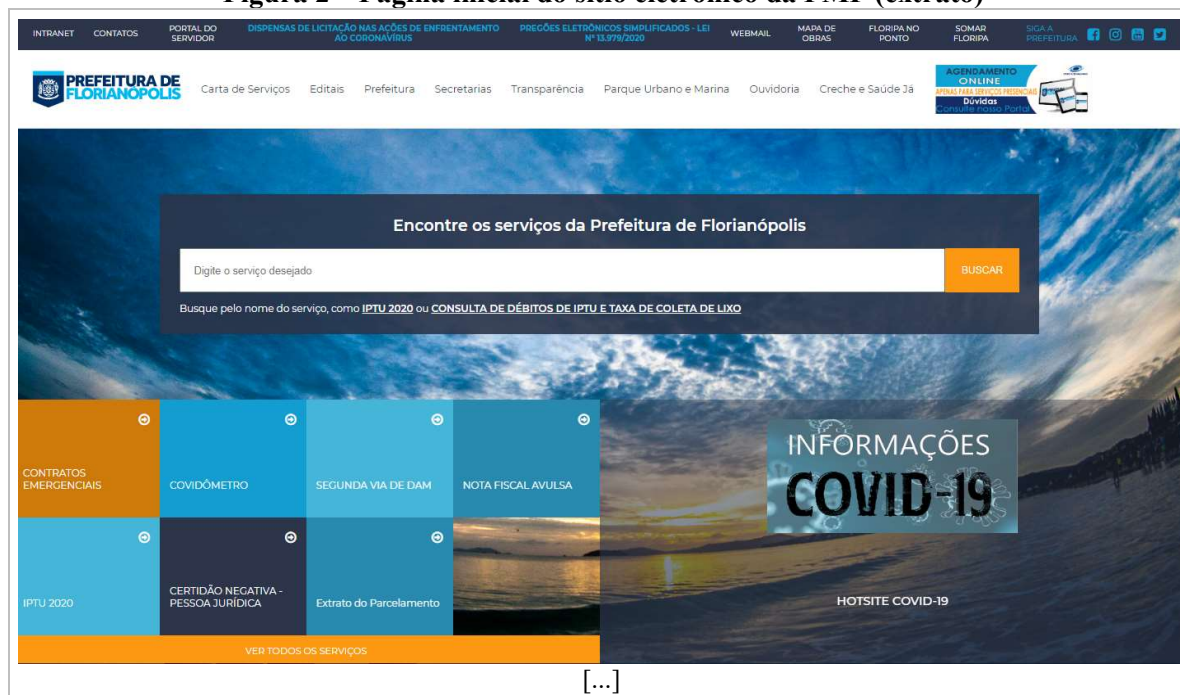
A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), criou o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF). O PTPMF é um sítio eletrônico, por meio do qual os cidadãos podem obter informações relacionadas à gestão dos recursos públicos do Município. O Portal pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/index.php>.

A PMF, por meio do PTPMF, declara cumprir com o “compromisso de divulgar seus atos institucionais, incentivando os gestores públicos a agirem com responsabilidade e eficiência, viabilizando a participação popular e permitindo maior controle da sociedade” (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Para acessar o PTPMF, não é necessário um cadastro com informações pessoais ou qualquer outra identificação de usuário. O Portal “permite ao cidadão pesquisar livremente informações sobre a Administração Pública do Município” (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Pode-se observar na Figura 2 a página inicial da PMF, onde se encontra o *link* intitulado “Transparência” (na área central do menu superior), que remete ao PTPMF. Deste modo, o Portal da Transparência está hospedado dentro do Portal Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme previsto pela Lei n.º 9.447/2014, que o instituiu (FLORIANÓPOLIS, 2014, art. 1º, parágrafo único).

**Figura 2 – Página inicial do sítio eletrônico da PMF (extrato)**



Fonte: Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2020b).

## 4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES DO PTPMF

Esta seção destina-se a apresentar as funcionalidades do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), que foi analisado neste estudo. Os cidadãos e demais interessados possuem livre acesso ao PTPMF, no qual podem obter informações sobre assuntos relacionados à gestão pública municipal, como o gerenciamento e controle dos recursos públicos municipais.

O acesso ao PTPMF foi realizado em 15 de julho de 2020 a fim de observar as funcionalidades do Portal e capturar telas para documentação. Cabe observar que foi adotada a transcrição literal dos nomes de seções e outros textos do Portal como citações diretas, incluindo eventuais erros de português.

### 4.2.1 Página inicial “HOME”

A página inicial do PTPMF, indicada como “HOME”, dispõe de um informativo resumido que introduz a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Decreto n.º 9.988/2012 (que regulamentou a LAI no âmbito municipal) e a Lei Municipal n.º 9.447/2014 (que instituiu a obrigatoriedade do Portal da Transparência em Florianópolis). Nesta página inicial, também é informada a existência do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), destinado à solicitação de informações que não estejam disponibilizadas no Portal. Na Figura 3, é possível visualizar a página inicial do PTPMF.

Figura 3 – Página inicial “HOME” do PTPMF

The image shows the homepage of the PTPMF (Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis). At the top, there is a navigation bar with links for INTRANET, CONTATOS, PORTAL DO SERVIDOR, DISPENSAS DE LICITAÇÃO NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS, PREÇOS ELETRÔNICOS SIMPLIFICADOS - LEI Nº 13.979/2020, WEBMAIL, MAPA DE OBRAS, FLORIPANO PONTO, SOMAR FLORIPA, and SIGA PREFEITURA. Below this is a secondary navigation bar with links for Carta de Serviços, Editais, Prefeitura, Secretarias, Transparência, Parque Urbano e Marina, Ouvidoria, and Creche e Saúde Já. A banner for 'AGENDAMENTO ONLINE' is also present.

The main content area features a large heading 'PORTAL DA TRANSPARÊNCIA' with a logo. Below this, there are three main sections:

- ENTENDA A LEI ACESSO A INFORMAÇÃO:** Explains the Federal Law 12.527/11 and the Municipal Decree 9988/12 that established the portal.
- ACESSE E ACOMPANHE AS CONTAS PÚBLICAS:** States that the portal provides information on licenses, contracts, and payments.
- NÃO ENCONTROU ALGUMA INFORMAÇÃO? PEÇA PELO SIC:** Promotes the 'Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)' as a tool for requesting information.

At the bottom, there are three columns of links:

- NOTÍCIAS:** Diário oficial, Todas as notícias, Mídia.
- SERVIDOR:** Portal do servidor, Intranet, Webmail.
- SERVIÇOS:** Todos os serviços, Geoprocessamento, Coleta de lixo, Horário de ônibus, Biblioteca SME.

Additional links include 'SOBRE A PMF' (with sub-links for organizational structure, contacts, etc.) and 'SIGA-NOS' with social media icons.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Na página inicial, é possível observar que o PTPMF possui um menu localizado na sua lateral esquerda, contendo 12 seções (sem contar a “HOME”), por meio das quais o cidadão é direcionado para as informações ou para subseções e itens que possuem funcionalidades diversas. A seguir, observa-se cada uma dessas 12 seções do Portal e suas respectivas subseções e itens.

#### 4.2.2 Seção “COVID19”

Esta seção foi incluída no PTPMF no ano de 2020, com intuito de divulgar as ações realizadas pela Prefeitura de Florianópolis referente à pandemia do Novo Coronavírus (referente à doença COVID-19). Esta seção possui um campo de busca rápida e 9 subseções, intituladas de: “Dispensas de Licitação na Íntegra”; “Legislação”; “Informações aos Gestores”; “Downloads de Contratações e Aquisições”; “Consulta de Licitações”; “Consulta de Empenhos”; “Consulta de Receitas”; “Consulta de Contratos”; e “Pregões Eletrônicos Simplificados”. A seguir são apresentadas cada uma delas.

### a) Subseção “Dispensas de Licitação na Íntegra”

Esta subseção apresenta as dispensas de licitações nas contratações e aquisições realizadas no combate à COVID-19. A tabela divulgada na seção exibe as informações: “Órgão Contratante”; “Número Dispensa de Licitação”; “Local de Entrega da Prestação de Serviço”; “Nome do Contratado”; “CPF/CNPJ do Contratado”; “Objeto”; “Unidade”; “Quantidade”; “Valor Unitário”; “Valor Global”; “Data de Assinatura Instrumento Contratual”; “Prazo de Vigência”; “Processo de Contratação ou Aquisição para Download”; “Instrumento Contratual”; e “Modalidade de Licitação”. Pode-se observar na Figura 4.

**Figura 4 – Subseção “Dispensas de Licitação na Íntegra” da seção “COVID19” (extrato)**

CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES NA COVID-19														
** Dicionário de dados no final da página														
Órgão Contratante	Número Dispensa de Licitação	Local de Entrega da Prestação de Serviço	Nome do Contratado	CPF/CNPJ do Contratado	Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global	Data de Assinatura Instrumento Contratual	Prazo de Vigência	Processo de Contratação ou Aquisição para Download	Instrumento Contratual	Modalidade de Licitação
Assistência Social	132/2020	Distribuição dos cartões nas Unidades Escolas do Município	NEUVALE GESTÃO ADMINISTRATIVA LTDA	18.678.159/0001-25	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO EMERGENCIAL AS FAMILIAS DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, TOTALIZANDO 2757 BENEFICIÁRIOS	UNIDADE	2757	R\$100,00	R\$275.700,00	31/03/2020	Até 6 meses	ASSISTÊNCIA SOCIAL - DL - 132/2020	Contrato nº 194/SEMAS/2020	Dispensa de Licitação
Assistência Social	160/2020	Diretoria de Proteção Social Básica e Especial, da Secretaria Municipal de Assistência Social	01 MÓVEL S. A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	05.423.963/0001-11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL	MÊS	6	R\$427,18	R\$2.563,08	01/04/2020	Até 6 meses	ASSISTÊNCIA SOCIAL - DL - 160/2020	Contrato nº 196/PMAS/2019	Dispensa de Licitação
					TAXA DE ADEÇÃO DE NOVA LINHA - MÓVEL	MÊS	13	R\$1,00	R\$13,00					ASSISTÊNCIA SOCIAL - DL - 160/2020
Assistência Social	161/2020		EUGENIO RAULINO KOREICH S/A. COM. E INDUSTRIA	86.184.074/0001-40	SMARTPHONE	UNIDADE	13	R\$499,00	R\$6.487,00	31/03/2020	Imediata	ASSISTÊNCIA SOCIAL - DL - 161/2020	Autorização de Fornecimento nº 87/2020	Dispensa de Licitação
Assistência Social	175/2020	Distribuição dos cartões nos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social)	NEUVALE GESTÃO ADMINISTRATIVA LTDA	18.678.159/0001-25	ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO EMERGENCIAL AOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSÁ FAMILIA CADASTRADOS COMO PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS NO CADÚNCOS, TOTALIZANDO 1226 BENEFICIÁRIOS	UNIDADE	1226	R\$100,00	R\$122.600,00	08/04/2020	Até 6 meses	ASSISTÊNCIA SOCIAL - DL - 175/2020	Contrato 238/SEMAS/2020	Dispensa de Licitação
Assistência Social	191/2020	Passarela Nego Quindo	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS EIRELI	08.158.865/0001-92	LOCAÇÃO DE CONTÊINER PARA BANHO E HIGIENIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DA PASSARELA DA CIDADANIA	MÊS	6	R\$2.980,00	R\$17.880,00	04/05/2020	Até 6 meses	ASSISTÊNCIA SOCIAL - DL - 191/2020	Contrato 386/SEMAS/2020	Dispensa de Licitação

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O arquivo de cada processo realizado é disponibilizado em forma de *link* na coluna “Processo de Contratação ou Aquisição para Download”. Ao acessar o *link* do primeiro órgão listado na tabela, o arquivo em pdf é baixado automaticamente e exibe o processo original digitalizado contendo 177 páginas.

## b) Subseção “Legislação”

Esta subseção destina-se a divulgação de *links* de leis e decretos municipais de Florianópolis referentes à COVID-19. Pode-se observar as informações divulgadas na Figura 5.

**Figura 5 – Subseção “Legislação” da seção “COVID19” (extrato)**

LEGISLAÇÃO REFERENTE A COVID19					
TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA	ASSUNTO RESUMIDO	LINK DE ACESSO
Lei	10.700	09/04/2020	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DOS RECURSOS PREVISTOS NO §7º DO ART. 88 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS QUE ESTÃO DESCRITOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020 - LEI Nº 10.672, DE 2019	Remaneja o orçamento participativo impositivo para programas orçamentários para o enfrentamento ao COVID	Lei 10.700
Lei	10.701	22/04/2020	AUTORIZA O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES DE APRENDIZAGENS NÃO PRESENCIAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS, PARA FINS DE VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA ANUAL EXIGIDA PARA O CUMPRIMENTO DO ANO LETIVO DE 2020, EM CONSONÂNCIA COM A PREVENÇÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Autoriza o Ensino à distância para a Rede Municipal de Educação Básica	Lei 10.701
Lei	10.702	22/04/2020	ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI Nº 10.444, DE 2018, QUE INSTITUI AS NORMAS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REVOGA A LEI Nº 9022, DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Amplia e altera critérios para concessão de benefícios	Lei 10.702
Lei	10.707	08/05/2020	NORMATIZA O USO DE RECURSOS DESTINADOS À PROPAGANDA OFICIAL DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19).	Proíbe a utilização de recursos para publicidade que não esteja vinculada ao combate do Covid-19	Lei 10.707
Decreto	21.347	16/03/2020	ALTERA O DECRETO N. 21.340, DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Dá nova redação às medidas gerais de enfrentamento ao COVID	Decreto 21.347
Decreto	21.352	17/03/2020	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, EM RAZÃO DA PANDEMIA DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO	Declaração de Estado de Emergência	Decreto 21.352

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A reunião em um único espaço de toda legislação municipal em vigor referente às medidas relacionadas a pandemia do Novo Coronavírus, auxilia os usuários a encontrar mais facilmente essas informações.

## c) Subseção “Informações aos Gestores”

Esta subseção apresenta uma tabela com informativos, que requerem atenção dos gestores públicos de Florianópolis, sobre algumas medidas adotadas no combate à COVID-19. Na tabela também são disponibilizados *links* de acesso para ofícios digitalizados. Pode-se observar a tabela na Figura 6.

**Figura 6 – Subseção “Informações aos Gestores” da seção “COVID19” (extrato)**

INFORMAÇÕES AOS GESTORES					
Tipo	Número	Data	Ementa	Assunto resumido	Link de acesso
Ofício Circular	OC 7	24/03/2020	EM ATENÇÃO AO ART. 23 DO DECRETO Nº 21437/2020	Requer notificação aos fiscais de contrato para que orientem as contratadas a garantirem aos trabalhadores as medidas de segurança relacionadas ao COVID-19	Ofício_circular_7
Ofício Circular	OC 8	30/03/2020	SOBRE MANUTENÇÃO DO PONTO ELETRÔNICO	Solicita que cada órgão realize a manutenção do ponto eletrônico dos seus servidores, como de habitual, com Código 68 para as questões relacionadas ao COVID, a fim de que os trabalhos da folha de pagamento/diretoria do sistema de gestão de pessoas transcorram dentro dos prazos previstos.	Ofício_circular_8
Ofício Circular	OC 9	16/04/2020	SOBRE COMPRAS JÁ REALIZADAS	Solicita que todos os processos de compra que já tenham sido realizados sejam remetidos à secretaria de administração (Diretoria do Sistema de Licitações e Contratos - DSLC), até as 12:00 horas de hoje (16 de abril de 2020), a fim de que seja possível atender as exigências legais e a recomendação do MPSC.	Ofício_circular_9
Ofício Circular	OC 10	16/04/2020	SOBRE NECESSIDADE DE PRÉVIA AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NAS AQUISIÇÕES DE BENS OU SERVIÇOS RELACIONADOS AO COVID-19	Informa que ao iniciar qualquer processo para aquisição de bens ou serviços relacionados ao enfrentamento ao COVID-19 a Secretaria de Administração deve ser procurada para receber as orientações de procedimento e os prazos que devem ser cumpridos.	Ofício_circular_10
Ofício Circular	OC 11	16/04/2020	RELAIONA REGRAS, PROCEDIMENTOS E INVESTIMENTO PÚBLICO	Orienta os gestores a observarem a necessidade real de contratos bem como a observarem a Lei Federal n. 13.979/2020; Decreto Estadual n. 525/2020; Decretos Municipais n. 21.340 e 21.363/2020; Notificações Recomendatórias 01 e 02 do MPC/SC; Portaria NTC n. 093/2020 do TCE/SC; Nota Técnica n. 08/2020 da CNM; Recomendações COVID do Portal de Compras do Governo Federal	Ofício_circular_11
Ofício Circular	OC 12	02/06/2020	RELAÇÃO DE SERVIDORES À DISPOSIÇÃO DO COMBATE AO COVID-19	Solicita a identificação dos servidores que ficaram ou estão à disposição da estrutura de apoio ao combate a pandemia do COVID-19	Ofício_circular_12

ARQUIVOS PARA DOWNLOAD
<a href="#">Lei Nº 13.979_DE_6_DE_FEVEREIRO_DE_2020</a>
<a href="#">Nota Técnica n.08-2020 da CNM</a>
<a href="#">Notificações Recomendatórias 01 e 02 do MPC-SC</a>
<a href="#">PORTARIA N.TC.093-2020</a>

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Além da tabela e dos ofícios, são disponibilizados arquivos em pdf da Lei n.º 13.979/2020, da nota Técnica n.º 08/2020, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), das notificações Recomendatórias n.º 01 e n.º 02, do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina (MPC-SC) e da Portaria n.º TC-093/2020.

#### **d) Subseção “Downloads de Contratações e Aquisições”**

Esta subseção disponibiliza para baixar, nos formatos csv, pdf, json e ods, as contratações e aquisições referentes ao combate da pandemia do Novo Coronavírus. Os quatro arquivos exibem a mesma tabela disponibilizada na subseção “Dispensas de Licitação na Íntegra” desta seção. Pode-se observar os *links* na Figura 7.



**Figura 7 – Subseção “Downloads de Contratações e Aquisições” da seção “COVID19” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

### e) Subseção “Consulta de Licitações”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar de forma anual as licitações referentes ao combate da pandemia do Novo Coronavírus. A área de busca pode ser visualizada na Figura 8.

**Figura 8 – Subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19” (extrato)**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A área de pesquisa permite parametrizar a busca por: “Entidade”; “Ano da licitação”; “Número da licitação”; “Ano do processo”; “Número do processo”; “Modalidade”; e “Situação”. Além disto, pode-se pesquisar com uma palavra-chave, por meio de um campo de busca rápida. As 19 entidades disponíveis para pesquisa estão listadas no Quadro 3.

**Quadro 3 – Entidades disponíveis para pesquisa na subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19”**

Nomes das entidades
Autarquia de Melhoramentos da Capital (COMCAP)
Fundo Municipal de Cinema (FUNCINE)
Fundação Cultural Florianópolis Franklin Cascaes
Fundação Meio Ambiente Florianópolis
Fundação Municipal Esportes Florianópolis
Fundo Financeiro Previdência Social do Município de Florianópolis
Fundo Municipal Assistência Social Florianópolis
Fundo Municipal Criança/Adolescente Florianópolis
Fundo Municipal de Inovação Florianópolis
Fundo Municipal de Turismo Florianópolis
Fundo Municipal do Idoso Florianópolis
Fundo Municipal Emergência Defesa Civil Florianópolis
Fundo Municipal Geração Oportunidade Florianópolis (FUNGEOF)
Fundo Municipal Integração Social Florianópolis
Fundo Municipal Saneamento Básico Florianópolis
Fundo Municipal Saúde Florianópolis
Fundo Previdenciário Município de Florianópolis
Instituto Previdência Social dos Servidores Públicos do Município Florianópolis
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados transcritos do PTPMF (2020c).

Ao realizar uma pesquisa de licitações do ano de 2020, referentes a todas as entidades, modalidades e situações, são exibidas as informações em uma tabela, que pode ser observada na Figura 9.

**Figura 9 – Pesquisa na subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19” (extrato)**

Nº do processo	Ano do processo	Nº da licitação	Ano da licitação	Situação	Data de abertura	Objeto	Modalidade	Propostas da licitação	Vigência
317	2020	317	2020	Aberta	01/07/2020 00:00:00	<a href="#">Contratação de empresa para o fornecimen...</a>	Pregão eletrônico		06 meses
316	2020	316	2020	Aberta	01/07/2020 00:00:00	<a href="#">Aquisição de sacos de cadáver, a fim de...</a>	Pregão eletrônico		06 meses
307	2020	307	2020	Aberta	26/06/2020 00:00:00	<a href="#">Contratação de empresa para o fornecimen...</a>	Pregão eletrônico		06 meses

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A tabela exibe informações sobre: “Nº do processo”; “Ano do processo”; “Nº da licitação”; “Ano da licitação”; “Situação”; “Data de abertura”; “Objeto”; “Modalidade”;



“Propostas da licitação”; e “Vigência”. Ao acessar o primeiro *link* da coluna “Objeto”, a subseção informa a descrição da licitação, conforme pode ser observado na Figura 10.

**Figura 10 – Acesso ao *link* “Contratação de empresa para o fornecimen...” na subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19” (extrato)**

Descrição da licitação	
Cidade:	Florianópolis
UF:	SC
Número da licitação:	317
Número de itens:	1
Número do processo:	317
Situação:	Aberta
Objeto:	Contratação de empresa para o fornecimento de álcool líquido 70° utilizado nas ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19 pela Autarquia de Melhoramentos da Capital - COMCAP
Critério de julgamento / Tipo da licitação:	MENOR PREÇO POR ITEM
Contato:	Diretoria de Licitações
Telefone:	32515918
Data da publicação:	
Recebimento de envelopes até:	
Data e hora da abertura dos envelopes:	01/07/2020 00:00:00
Data da homologação:	
Data da anulação:	
Artigo - Inciso:	

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A subseção possibilita a impressão ou exportação em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

#### **f) Subseção “Consulta de Empenhos”**

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar os empenhos referentes ao combate da pandemia do Novo Coronavírus. É possível realizar pesquisas referentes às 19 entidades listadas no Quadro 3, e parametrizar a busca com data inicial e final. Além disto, pode-se filtrar por despesas empenhadas, liquidadas, pagas ou todas as despesas, conforme se pode observar na Figura 11.

**Figura 11 – Subseção “Consulta de Empenhos” da seção “COVID19” (extrato)**

Empenhos referente ao Covid-19

Olá! Seleccione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Despesas:  
Todas

Data inicial: \*      Data final: \*

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma busca por todas as entidades, referente a todas as despesas relativas ao primeiro semestre de 2020, o Portal exibe uma tabela contendo as informações: “Empenho/ Processo”; “Data do empenho”; “Data da liquidação”; “Data do pagamento”; “Credor”; “Inscrição do credor”; “Tipo do empenho”; “Recurso”; “Unidade”; “Função”; “Subfunção”; “Natureza”; “Histórico”; “Empenhado no período (R\$)”; “Anulado no período (R\$)”; “Liquidado no período (R\$)”; “Pago no período (R\$)” – conforme pode ser observado na Figura 12.

**Figura 12 – Pesquisa na subseção “Consulta de Empenhos” da seção “COVID19” (extrato)**

Empenhos referente ao Covid-19

Fazer nova consulta

Empenhos referente ao Covid-19

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Despesas: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 30/06/2020

Empenho/ Processo	Data do empenho	Data da liquidação	Data do pagamento	Credor	Inscrição do credor	Tipo do empenho	Recurso	Unidade	Função	Subfu
2020030000701	16/03/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>	<a href="#">Exibir pagamentos</a>	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.	03.033.569/0001-12	Ordinário	4011 - Atenção Básica	2-ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10-Saúde	301-Ai Básico
2020030000711	16/03/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>	<a href="#">Exibir pagamentos</a>	ZITYS DO BRASIL COM. E SERVIÇOS LTDA - ME	07.882.248/0001-72	Ordinário	82 - RECURSO ORDINARIO - SAÚDE	8-GESTÃO DO SUS	10-Saúde	301-Ai Básico
2020030000713	18/03/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>	<a href="#">Exibir pagamentos</a>	FORT MEDICAL	33.390.557/0001-35	Ordinário	4017 - Recursos Estaduais	2-ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10-Saúde	301-Ai Básico
2020030000718	18/03/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>	<a href="#">Exibir pagamentos</a>	ELFORT IMPORTACAO E DISTR. DE PRODUTOS EIRELI ME	09.213.849/0001-18	Ordinário	82 - RECURSO ORDINARIO - SAÚDE	4-VIGILÂNCIA, PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DA SAÚDE	10-Saúde	304-Vi Sanitá
2020030000719	19/03/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>	<a href="#">Exibir pagamentos</a>	PRODUTOS DE LIMPEZA GOEDERT LTDA.	79.846.465/0001-18	Ordinário	82 - RECURSO ORDINARIO - SAÚDE	2-ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10-Saúde	301-Ai Básico

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Os *links* referentes à data de empenho e pagamento disponibilizam o número do documento, a data e o valor. No *link* da liquidação é possível acessar a nota fiscal eletrônica da despesa. No *link* do “Histórico” é apresentado número, ano, data, credor e histórico do empenho.

A subseção possibilita que as informações sejam impressas ou exportadas em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

### g) Subseção “Consulta de Receitas”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar as receitas referentes ao combate da pandemia do Novo Coronavírus. É possível realizar pesquisas referentes às 19 entidades listadas no Quadro 3, e parametrizar a busca com data inicial e final. Além disto, pode-se realizar uma pesquisa pela descrição da receita, por meio de um campo de busca rápida, conforme se pode observar na Figura 13.

**Figura 13 – Subseção “Consulta de Receitas” da seção “COVID19” (extrato)**



Receitas referente ao Covid-19

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Data inicial: \*      Data final: \*  
[Campo de data] [Campo de data]

Descrição da receita:  
[Campo de texto]

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma busca por todas as entidades relativas ao primeiro semestre de 2020, o Portal exibe uma tabela contendo as informações: “Data da arrecadação”; “Rubrica”; “Descrição da receita”; “Recurso”; “Finalidade”; “Órgão concedente”; e “Valor arrecadado (R\$)” – conforme pode ser visualizado na Figura 14.

**Figura 14 – Pesquisa na subseção “Consulta de Receitas” da seção “COVID19” (extrato)**

Receitas referente ao Covid-19

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Receitas referente ao Covid-19

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 30/06/2020

Data da arrecadação	Rubrica	Descrição da receita	Recurso	Finalidade	Orgão concedente	Valor arrecadado (R\$)
31/05/2020	4.1.3.2.1.00.11.02.80.00	Remun. Banc. Transf. SUAS - COVID-19 - FR. 501 - FM				705,89
30/06/2020	4.1.3.2.1.00.11.02.80.00	Remun. Banc. Transf. SUAS - COVID-19 - FR. 501 - FM				1.128,04

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A subseção possibilita a impressão ou exportação em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

#### **h) Subseção “Consulta de Contratos”**

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar os contratos referentes ao combate da pandemia do Novo Coronavírus. É possível realizar pesquisas referentes às 19 entidades listadas no Quadro 3, e parametrizar a busca com data inicial e final. Além disto, pode-se realizar uma pesquisa pelo número do contrato ou nome do contratado, por meio de campos de busca rápida, conforme se pode observar na Figura 15.

**Figura 15 – Subseção “Consulta de Contratos” da seção “COVID19” (extrato)**

Contratos referente ao Covid-19

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Número do contrato:

Data inicial:

Data final:

Nome do contratado:

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma busca por todas as entidades relativas ao primeiro semestre de 2020, o Portal exibe uma tabela contendo as informações: “Nº do contrato”; “Natureza”; “Assinatura” “Tipo do contrato”; “Contratado”; “Objeto do contrato”; e “Valor final do contrato” – conforme pode ser observado na Figura 16.

**Figura 16 – Pesquisa na subseção “Consulta de Contratos” da seção “COVID19” (extrato)**



Contratos referente ao Covid-19

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 22:30:24

Contratos referente ao Covid-19 com data de assinatura de 01/01/2020 até 30/06/2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 30/06/2020

Nº do contrato	Natureza	Assinatura	Tipo do contrato	Contratado	Objeto do contrato	Valor final do contrato
435/FMS/2020	Principal	21/05/2020	Contrato	WIER TECNOLOGIA PLASMA E OZONIO	<a href="#">GERADOR DE OZONIO</a>	22.450,00
206/FMS/2020	Principal	15/05/2020	Contrato	MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS	<a href="#">Contratação de empresa especial...</a>	1.550.000,00
388/SEMAS/2020	Principal	04/05/2020	Contrato	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS EIRELI	<a href="#">contratação de empresa especial...</a>	17.880,00

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar o *link* “GERADOR DE OZONIO”, da coluna “Objeto do contrato”, a subseção exibe a descrição do contrato e disponibiliza o documento, originalmente eletrônico, para ser baixado em formato pdf.

### **i) Subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados”**

Esta subseção exibe *links* que redirecionam o usuário para informações relativas aos pregões e editais de chamamento referentes ao combate da pandemia do Novo Coronavírus, conforme pode ser visualizado na Figura 17.

**Figura 17 – Subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados” da seção “COVID19” (extrato)**

PREGÕES E EDITAIS DE CHAMAMENTO DA COVID-19	
<b>PREGÕES</b>	
21/05/2020 18:00	- 241/SMA/DSLC/2020
22/05/2020 16:00	- 252/SMA/DSLC/2020
23/06/2020 20:00	- 291/SMA/DSLC/2020
30/06/2020 18:00	- 281/SMA/DSLC/2020
09/07/2020 18:00	- 299/SMA/DSLC/2020
13/07/2020 18:00	- 307/SMA/DSLC/2020
14/07/2020 18:00	- 305/SMA/DSLC/2020
14/07/2020 16:00	- 317/SMA/DSLC/2020
16/07/2020 13:30	- 316/SMA/DSLC/2020
<b>EDITAIS DE CHAMAMENTO</b>	
05/06/2020 16:00	- 260/SMA/DSLC/2020
01/07/2020 15:50	- 290/SMA/DSLC/2020

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Os *links* referentes aos pregões direcionam os usuários para o sistema de pregão eletrônico, na página <http://dlc.pmf.sc.gov.br/>, externa ao PTPMF. A página possui um menu superior composto pelos itens: “Home”; “Mural”; “Mural estatístico”; “Legislação”; “Editais”; “Catálogo de produtos”; “Apoio”; e “Fale conosco” – conforme pode ser observado na Figura 18.

Figura 18 – Acesso ao link “21/05/2020 18:00 - 241/SMA/DSL/2020” na subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados” da seção “COVID19” (extrato)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

Home Mural Mural estatístico Legislação Editais Catálogo de produtos Apoio Fale Conosco

**Visualizar publicação do edital**

**serviço de administração, gerenciamento, implementação, emissão e fornecimento de cartão magnético ou eletrônico, personalizado com logotipo exclusivo, créditos e senha de cartões magnéticos ou eletrônicos, do tipo vale alimentação benefício eventual emergência/ calamidade**

Situação Encerrado      Quantidade 1,00 SERVIÇO  
 Lance vencedor **3,90**      Empresa LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES  
 Valor de referência 100,00      vencedora LTDA EPP  
 Economia (%) **3,90**      Economia 3,90

**Lances**

Empresa	Data	Valor	Vencedor
M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP	26/05/2020 11:21:37	0,01	
GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS	26/05/2020 16:10:46	0,01	
MEUVALE GESTÃO ADMINISTRATIVA LTDA	26/05/2020 16:13:50	0,01	
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	26/05/2020 16:24:47	0,01	
ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI EPP	26/05/2020 16:35:58	0,01	
PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA	27/05/2020 09:15:21	0,01	

**Detalhes do pregão**

**Nº do processo**  
241/2020

**Nº do edital**  
241/SMA/DSL/2020

**Objeto**  
COVID-19 - Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de administração, gerenciamento, implementação, emissão e fornecimento de cartão magnético ou eletrônico, personalizado com logotipo exclusivo, créditos e senha de cartões magnéticos ou eletrônicos, do tipo vale alimentação benefício eventual emergência/ calamidade, na forma do artigo 13, da Lei 10.444/2018, combinado com o Decreto Municipal nº 21.569/2020, como integrante das medidas para

powered by **paradigma**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c) e PMF (FLORIANÓPOLIS, 2020d).

A página disponibiliza as informações do pregão eletrônico, exibindo o número do processo, o número do edital, o objeto do pregão, a situação do processo, quantidade, o lance vencedor, empresa vencedora, valor de referência e a economia gerada. Também é disponibilizada uma tabela contendo o nome das empresas participantes, a data e a hora dos lances, os valores e o vencedor.

Os links de editais de chamamentos direcionam o usuário ao sistema de divulgação de editais de licitação de compras e serviços da Prefeitura, conforme pode ser observado na Figura 19.



**Figura 19 – Acesso ao link “05/06/2020 16:00 - 260/SMA/DSL/2020” na subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados” da seção “COVID19” (extrato)**

 Sistema de Divulgação de Editais de Licitação das Prefeituras Municipais Prefeitura Municipal de Florianópolis (Compras e Serviços)		 Dúvidas
<b>Relação de Editais de Licitações em Andamento</b> <small>Atualizado em: 10/07/2020</small>		
<small>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Os editais abaixo disponíveis estão sujeitos a alterações, as quais serão informadas nesta página, sendo de inteira responsabilidade do consultante, o acompanhamento e o acesso as novas modificações. Essas publicações não possuem caráter legal.</small>		
<a href="#">Ver Editais Encerrados</a>		
Nº Edital	Descrição do Objeto	Abertura/Situação
<a href="#">Concorrência Pública 0319/2020</a>	Contratação de empresa especializada para execução de obras/serviços de engenharia: Manutenção e Recuperação de Pavimentação Asfáltica com CBUQ (Região Insular Norte, Sul e Leste) - Florianópolis/SC  <small>Natureza: Obras</small> <small>Data/Hora limite p/ entrega do Envelope/Amostras : 12/08/2020 17:50:00</small>	<b>Habilitação</b> 12/08/2020 18:00:00 (Aguardando Abertura)
<a href="#">Concorrência Pública 0318/2020</a>	Contratação de empresa especializada para execução de obras/serviços de engenharia: Manutenção e Recuperação de Pavimentação Asfáltica com CBUQ (Região Insular Central e Região Continental) - Florianópolis/SC  <small>Natureza: Obras</small> <small>Data/Hora limite p/ entrega do Envelope/Amostras : 12/08/2020 16:20:00</small>	<b>Habilitação</b> 12/08/2020 16:30:00 (Aguardando Abertura)
<a href="#">Concorrência Pública 0259/2020</a>	Contratação de empresa para a execução das obras de pavimentação da Rua Álvaro Tolentino – Bairro Capoeiras - Florianópolis/SC  <small>Natureza: Obras</small> <small>Data/Hora limite p/ entrega do Envelope/Amostras : 12/08/2020 14:50:00</small>	<b>Habilitação</b> 12/08/2020 15:00:00 (Aguardando Abertura)
[...]		

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A página disponibiliza uma tabela contendo a relação de editais de licitações que estão em andamento. A tabela exibe o número do edital, a descrição do objeto, a data e hora da abertura e a situação do edital.

O número do edital é disponibilizado em forma de *link*, que direciona o usuário para uma nova página onde é possível imprimir a página de informações descritivas do processo ou baixar o edital em formato docx.

#### j) Campo de busca rápida

Este campo de busca rápida executa rastreio apenas na seção “COVID19”. Por meio deste recurso, é possível realizar pesquisas utilizando palavras-chaves para encontrar na seção as informações desejadas.

#### 4.2.3 Seção “TELEFONES E ENDEREÇOS”

Esta seção apresenta a funcionalidade que possibilita que o usuário encontre *e-mails*, telefones, endereços e horários de atendimento de diversos setores, autoridades e servidores vinculados as diversas áreas da estrutura da PMF, incluindo suas secretarias e órgãos.



**Figura 20 – Seção “TELEFONES E ENDEREÇOS” (extrato)**

**ENDEREÇOS E TELEFONES**

Para consultar a lista de contatos, endereços e telefones da Prefeitura, selecione uma Secretaria ou Órgão e pressione no botão OK  
ou digite o nome, cargo ou telefone do contato que deseja procurar

Buscar:

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Conforme pode ser observado na Figura 20, a seção possui um campo de busca rápida, por meio do qual se pode procurar por nome, cargo ou telefone e uma lista contendo mais de cem itens pré-definidos para seleção da pesquisa.

**Figura 21 – Pesquisa na seção “TELEFONES E ENDEREÇOS” (extrato)**

**ENDEREÇOS E TELEFONES**

Para consultar a lista de contatos, endereços e telefones da Prefeitura, selecione uma Secretaria ou Órgão e pressione no botão OK  
ou digite o nome, cargo ou telefone do contato que deseja procurar

Buscar:

**PREFEITO DE FLORIANÓPOLIS**

Rua Tenente Silveira, nº60 - 5º andar  
Centro - CEP: 88010-300  
Telefone: (48) 3251-6066  
E-mail: geanloureiro@pmf.sc.gov.br@pmf.sc.gov.br  
Atendimento: de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 19:00

<b>Gean Marques Loureiro</b> Prefeito	(48) 3251-6066 @pmf.sc.gov.br
--	----------------------------------

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Pode-se observar na Figura 21 que ao efetuar uma pesquisa por “Gabinete do Prefeito”, primeiro item da listagem pré-definida, a página exibe o endereço, telefone, *e-mail*, e horário de atendimento do Prefeito de Florianópolis e demais autoridades e servidores vinculados ao Gabinete do Prefeito, como Chefe do Gabinete, assessores, superintendentes, coordenadores, consultores, diretores e secretários.

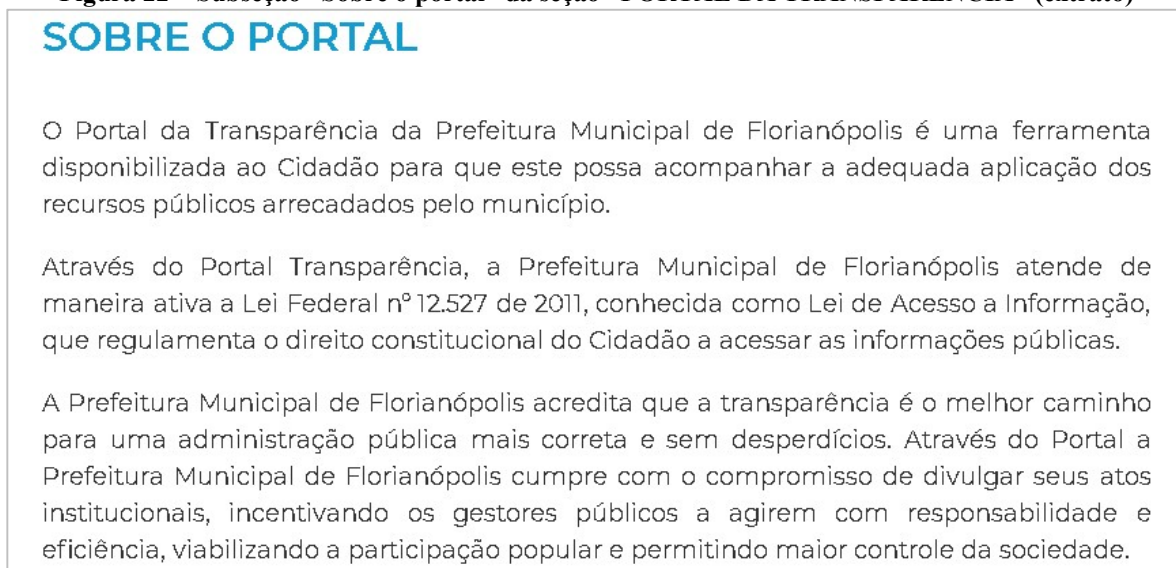
#### 4.2.4 Seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA”

Esta seção se divide em 6 subseções: “Sobre o portal”; “Gestão da transparência”; “Perguntas e Respostas (FAQ)”; “Legislação Federal”; “Legislação Municipal”; e “Lei Anticorrupção” – que são explicadas a seguir.

##### a) Subseção “Sobre o portal”

Esta subseção, que pode ser observada na Figura 22, apresenta uma funcionalidade que traz uma breve apresentação do PTPMF, explicando em três parágrafos o objetivo do Portal e as leis que o mesmo busca atender.

**Figura 22 – Subseção “Sobre o portal” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

##### b) Subseção “Gestão da transparência”

Esta subseção, conforme pode ser observado na Figura 23, apresenta uma funcionalidade que expõe um breve resumo sobre normas seguidas pelo PTPMF e sobre a criação da Secretaria Municipal de Transparência e Controle para garantia dos direitos constitucionais de acesso à informação.

**Figura 23 – Subseção “Gestão da transparência” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)**

**GESTÃO DA TRANSPARÊNCIA**

Com a edição da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso a Informação, os municípios passaram a ter a obrigatoriedade em divulgar informações sobre os atos de gestão pública.

Cumprindo a legislação e pensando em facilitar a vida do cidadão, a Prefeitura Municipal de Florianópolis instituiu, como obrigatório, o Portal da Transparência de Florianópolis através da Lei Municipal nº 9447, de 20 de janeiro de 2014.

Pensando ainda em fortalecer a transparência na gestão da Administração Pública a PMF criou, no ano de 2015, a Secretaria Municipal de Transparência e Controle, que tem como desafio garantir os direitos constitucionais assegurados a todos os contribuintes, incentivar o Controle Social e implantar uma cultura de transparência nas ações dos servidores e gestores públicos.

Desta forma, a Prefeitura Municipal de Florianópolis irá divulgar as informações de origem e destino dos recursos públicos de forma ativa, através do Portal Transparência, disponibilizando ainda, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que será uma ferramenta para o acesso as informações que não estiverem dispostas no Portal.

Com a garantia do direito à informação, torna-se mais fácil o exercício da cidadania, e conseqüentemente a criação de uma sociedade mais atenta as questões públicas. O que só tem a acrescentar para uma boa Administração Pública.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

### c) Subseção “Perguntas e Respostas (FAQ)”

Esta subseção é composta por oito perguntas e respostas, por meio das quais é possível que o usuário esclareça algumas dúvidas frequentes sobre o Portal, conforme pode-se observar na Figura 24.

**Figura 24 – Subseção “Perguntas e Respostas (FAQ)” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)**

**NESTE ESPAÇO VOCÊ PODE ESCLARECER ALGUMAS DÚVIDAS SOBRE O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.**

**1. Qual o objetivo do Portal de Transparência?**  
O principal objetivo do Portal da Transparência é permitir que o Cidadão acompanhe a Gestão da Administração Pública. Através do Portal o Cidadão pode conhecer a origem e os valores dos recursos arrecadados e como são aplicados.

**2. Quais são informações posso obter no Portal Transparência?**  
Estão disponíveis para consulta informações sobre: legislação, balanço e responsabilidade fiscal, receitas, despesas, empenhos, folha de pagamento, subsídios dos agentes políticos, remuneração dos cargos em comissão, valor do auxílio alimentação, quadro funcional, diárias e passagens, licitações, contratos, convênios e publicações diversas.  
As informações presentes no Portal tratam-se dos números oficiais da Prefeitura, com a finalidade de tornar mais acessível o conteúdo informado nos relatórios de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**3. Como são disponibilizadas as informações sobre despesas e receita no Portal de Transparência?**  
O Portal da Transparência disponibiliza a arrecadação da receita municipal, por órgão municipal e classificação contábil. São apresentados também os dados relativos aos estágios de despesa pública: empenho, liquidação e pagamento.

**4. Existe tratamento de dados ou filtragem nas informações disponibilizadas no Portal da Transparência?**  
Não existe restrição. As informações disponibilizadas no Portal são encaminhadas aos órgãos de fiscalização municipais, estaduais e federais, são as mesmas informações utilizadas no dia a dia da Administração Pública.

**5. Quais órgãos da Prefeitura são responsáveis pelas informações disponibilizadas no Portal de Transparência?**  
A Secretaria Municipal de Administração (SMA) é responsável pelas informações do Portal Transparência, quanto ao quadro funcional e à folha de pagamento. A SMA é também responsável pelas informações relativas às licitações, contratos e convênios.  
A Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Orçamento é responsável pelas informações do Portal Transparência, quanto à execução orçamentária e financeira, balanço e responsabilidade fiscal, informações sobre as receitas e as despesas, as diárias e passagens.

**6. Qual a periodicidade de atualização do Portal da Transparência?**  
As informações sobre as licitações, contratos, convênios e quadro funcional são atualizadas em tempo real. As informações sobre a receita e as despesas são atualizadas todos os dias, já a folha de pagamento é atualizada mensalmente.

**7. Quem pode acessar os dados do Portal da Transparência?**  
O sistema é liberado a todo o Cidadão, não há restrição para a consulta. O Portal da Transparência de Florianópolis é acessado através do endereço: <http://www.pmfsc.gov.br>.

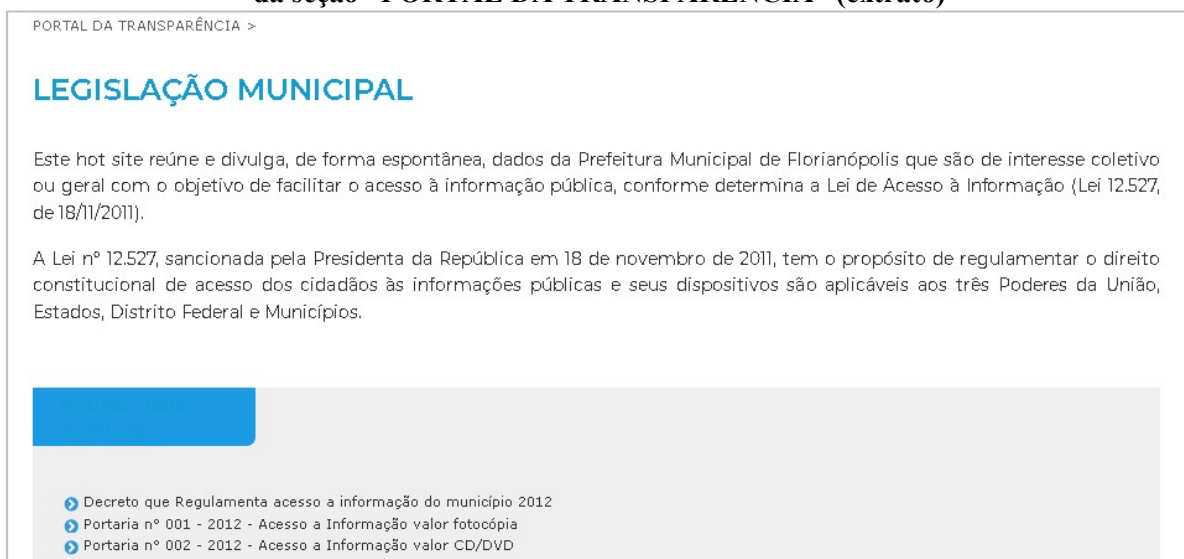
**8. Como tirar dúvidas sobre termos, expressões e siglas constantes do Portal da Transparência?**  
Caso não encontre a informação desejada no Portal peça-a por meio do SIC – Serviço de Informações ao Cidadão, ferramenta disponível na página inicial do Portal.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

#### d) Subseção “Legislação Federal”

Esta subseção, que pode ser observada na Figura 25, possui uma funcionalidade que apresenta em forma de *links* a legislação federal que disciplina a criação e o funcionamento do Portal.

**Figura 25 – Subseção “Legislação Federal”  
da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)**



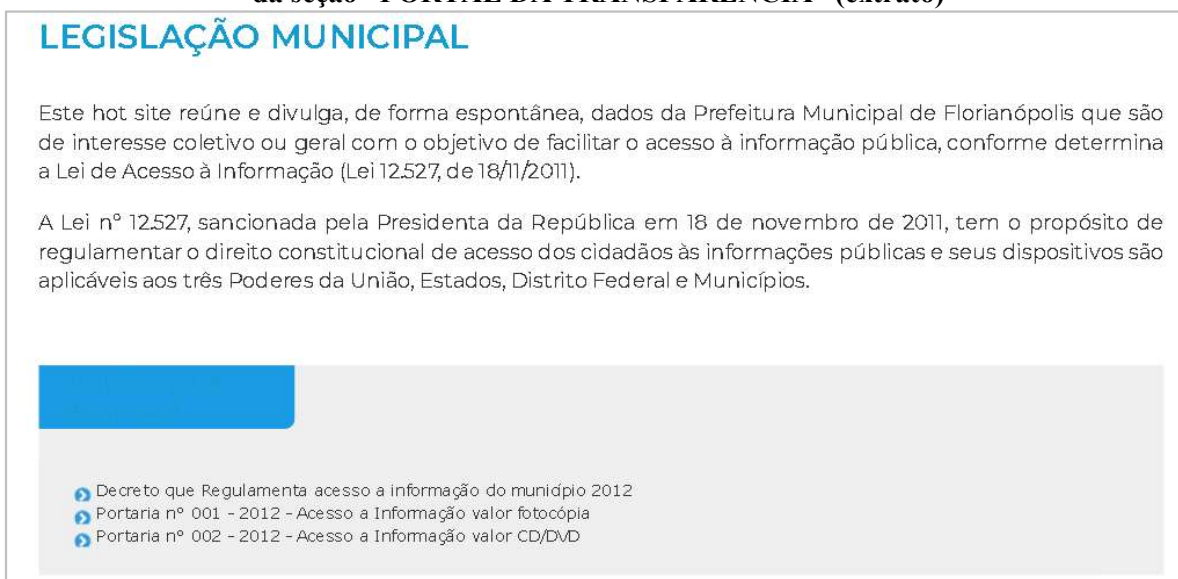
Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A subseção disponibiliza aos usuários *links* que direcionam para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei da Transparência (LT) e a Lei de Acesso à Informação (LAI), todos disponíveis na página de legislação da Presidência da República (Planalto).

#### e) Subseção “Legislação Municipal”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que expõe *links* para redirecionar o usuário para o decreto que regulamenta o acesso à informação no âmbito municipal de Florianópolis e para as portarias que dispõem sobre os preços das fotocópias e CD/DVD, conforme pode ser observado na Figura 26.

**Figura 26 – Subseção “Legislação Municipal”  
da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)**



**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

Este hot site reúne e divulga, de forma espontânea, dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011).

A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

- Decreto que Regulamenta acesso a informação do município 2012
- Portaria nº 001 - 2012 - Acesso a Informação valor fotocópia
- Portaria nº 002 - 2012 - Acesso a Informação valor CD/DVD

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

#### **f) Subseção “Lei Anticorrupção”**

A subseção “Lei Anticorrupção”, se divide em dois itens de funcionalidades: “Lei N°12.846/2013” e “Entenda a Regulamentação”, conforme explicado a seguir.

##### **i. Item “Lei N°12.846/2013”**

Esta funcionalidade apresenta a Lei n.º 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, conforme pode ser observado na Figura 27.

Figura 27 – Item “Lei Nº12.846/2013” referente à subseção “Lei Anticorrupção” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)

LEI ANTICORRUPÇÃO

Presidência da República  
Casa Civil  
Chefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

[Mensagem de veto](#)      Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

[Leniência](#)

[Regulamento](#)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a qualquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

ii. Item “Entenda a Regulamentação”

Este item tem como funcionalidade a apresentação de cinco infográficos para explicação didática do funcionamento da Lei Anticorrupção. O primeiro infográfico pode ser observado na Figura 28.

Figura 28 – Infográfico do Item “Entenda a Regulamentação” referente à subseção “Lei Anticorrupção” da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” (extrato)

ENTENDA A REGULAMENTAÇÃO

LEI ANTI CORRUPÇÃO  
ENTENDA A REGULAMENTAÇÃO

CINCO PONTOS DO DECRETO  
LEI 12.846/2013

- RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
- MULTAS COMO CALCULAR
- ACORDO DE LENIÊNCIA
- PROGRAMA DE INTEGRIDADE COMPLIANCE
- CADASTROS NACIONAIS

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



Todos os infográficos apresentam, de maneira resumida, informações sobre a Lei Anticorrupção. Entre os temas tratados estão: os 5 principais objetivos da Lei; a responsabilização administrativa; como calcular multas; os requisitos, os possíveis benefícios, e prazo para celebração do acordo de leniência; os principais elementos do programa de integridade e *compliance*; e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

#### 4.2.5 Seção “GESTÃO DE PESSOAS”

Esta seção é composta por 7 subseções: "Quadro Funcional"; "Tabela de Vencimentos Básicos"; "Remuneração dos Servidores"; "Administração Direta, Autarquias e Fundações"; "Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)"; "Agentes Políticos"; e "Organogramas". Cada uma dessas subseções é detalhada a seguir.

##### a) Subseção "Quadro Funcional"

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que possibilita visualizar a ocupação das vagas dos cargos em comissão, funções gratificadas, comissões e de estágio na “Administração Direta, Autarquias e Fundações”, na Autarquia Melhoramentos da Capital (COMCAP) e no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

**Figura 29 – Subseção "Quadro Funcional" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

**QUADRO FUNCIONAL**

Aqui você obtém informações sobre a ocupação das vagas dos Cargos em Comissão, Funções Gratificadas, Comissões e de Estágio.  
 Para retornar ao Portal da Transparência feche a página de download para a qual você foi redirecionado.



Portal da Transparência em Florianópolis

- **Administração Direta, Autarquias e Fundações**
- Lista de Detentores de Cargo em Comissão
- Lista de Detentores de Função Gratificada
- Lista de Estagiários
- Lista de Servidores em Comissões Artigo 80 da Lei 63/03
- Lista dos Servidores com Disposição Vigente Cadastrada
- Lista dos Servidores Estatutário Civil Ativos
- Lista dos Servidores Inativos
- Lista de Servidores da Saúde com PSF
- Lista de Temporários de Educação - Professores Substitutos

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Pode-se observar na Figura 29 os *links* disponíveis na subseção que direcionam o usuário para páginas de *download*. O *link* “Lista de Detentores de Cargos em Comissão” da “Administração Direta, Autarquias e Fundações” exibe um arquivo em pdf composto por 12 páginas, que pode ser observado na Figura 30.

**Figura 30 – Acesso ao link “Lista de Detentores de Cargos em Comissão” na subseção “Quadro Funcional” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

Número da vaga		Descrição da Vaga	Lei Decreto	Ato	Matrícula	Nome	Tipo de Funcionário	Início	Término	Lotação
30 - GABINETE DO PREFEITO - 1101 - PREFEITO MUNICIPAL PREFE - 27.740,11										
001	PREFEITO MUNICIPAL	676/19			383805	GEAN MARQUES LOUREIRO		01/01/2017		300000 GABINETE DO PREFEITO
001	PREFEITO MUNICIPAL	676/19	08716/20		383811	JOAO BATISTA NUNES		27/02/2020	06/03/2020	300000 GABINETE DO PREFEITO
2										
30 - GABINETE DO PREFEITO - 1102 - VICE-PREFEITO MUNICIPAL VICE - 19.418,95										
001	VICE-PREFEITO MUNICIPAL	676/19			383811	JOAO BATISTA NUNES		01/01/2017		301000 GABINETE VICE-PREFEITO
1										
30 - GABINETE DO PREFEITO - 1105 - ASSESSOR TECNICO DADO-2 - 2.921,71										
001	ASSESSOR TECNICO	676/19	17163/17		395340	SANDRA MARIA RAIMUNDO		27/01/2017		300000 GABINETE DO PREFEITO
002	ASSESSOR TECNICO	676/19	19779/19		474576	KARLA DE OLIVEIRA JOAO		01/02/2019		300000 GABINETE DO PREFEITO
003	ASSESSOR TECNICO	676/19	17415/17		401765	FELIPE AMANTINO FARIAS		22/03/2017		300000 GABINETE DO PREFEITO
004	ASSESSOR TECNICO	676/19	17428/17		402273	ROBANGELA MARIA SILVA		22/03/2017		300000 GABINETE DO PREFEITO
005	ASSESSOR TECNICO	676/19	20510/19		494895	MARIANE CRISTINA DE ARAUJO GALVA		19/07/2019		300000 GABINETE DO PREFEITO
006	ASSESSOR TECNICO	676/19	21211/20		175900	MARCOS ANTONIO FIDELIS FILHO	Efetivo PMF	02/05/2017		300000 GABINETE DO PREFEITO
007	ASSESSOR TECNICO	676/19	19787/19		474444	ANA PAULA SOARES CRISTOFORINI		01/01/2019		300000 GABINETE DO PREFEITO
008	ASSESSOR TECNICO	676/19	20113/19		484326	SAVAS MANOEL GOMES		29/03/2019		300000 GABINETE DO PREFEITO
009	ASSESSOR TECNICO	676/19	17519/17		405132	RODRIGO ROUNA PADILHA		02/05/2017		300000 GABINETE DO PREFEITO
010	ASSESSOR TECNICO	676/19	19784/19		474622	ARIEL NUNES		01/02/2019		300000 GABINETE DO PREFEITO
011	ASSESSOR TECNICO	676/19	21074/20		515922	RUAN PAULO DE OLIVEIRA		08/01/2020		300000 GABINETE DO PREFEITO
012	ASSESSOR TECNICO	676/19	20308/19		490252	TATIANA DOS SANTOS FLORES		15/05/2019		300000 GABINETE DO PREFEITO
013	ASSESSOR TECNICO	676/19	17766/17		408603	HENRIQUE DUARTE SILVA		07/07/2017		300000 GABINETE DO PREFEITO
13										
30 - GABINETE DO PREFEITO - 1113 - SUPERINTENDENTE SUPERT - 10.568,40										
001	SUPERINT DAS RELACOES COMUNIT	676/19	17177/17		396788	MILTON WEBER FILHO		01/02/2017		303200 GAB DO SUPERIN DAS RELACOES
002	SUPERINT DE PROJETOS ESPECIAL	676/19	17178/17		396770	PAULO ROBERTO F DE FREITAS JUNIO		01/02/2017		303300 GAB DO SUPERINTEND DE PROJE
004	SUPERINTENDENTE DA COMINUACA	676/19	19551/19		466476	FABIANO LEITE DA SILVA		01/01/2019		303400 GAB SUPERINTENDENTE DA COMU
3										
30 - GABINETE DO PREFEITO - 1131 - ASSESSOR DE COMUNICACAO PLENO DASU-2 - 2.921,71										
001	ASS DO SIST DE COMUNICACAO SO	676/19	19547/18		460273	ANTONIO VALENTIM BORGES DA SILVA		01/01/2019		303400 GAB SUPERINTENDENTE DA COMU
002	ASS DO SIST DE COMUNICACAO SO	676/19	19542/18		460303	GABRIEL VALENTIM DOS SANTOS		01/01/2019		303400 GAB SUPERINTENDENTE DA COMU
003	ASS DO SIST DE COMUNICACAO SO	676/19	19548/18		460320	CRISTIAN NEWTON DE LIMA DOS SANT		01/01/2019		303400 GAB SUPERINTENDENTE DA COMU
004	ASS DO SIST DE COMUNICACAO SO	676/19	20247/19		488887	PRICILLA MARIA COSSA		07/05/2019		303400 GAB SUPERINTENDENTE DA COMU
005	ASS DO SIST DE COMUNICACAO SO	676/19	20574/19		497053	NICOLAS MENDONCA DE QUADRO		13/08/2019		303400 GAB SUPERINTENDENTE DA COMU
006	ASS DO SIST DE COMUNICACAO SO	676/19	21267/20		530050	LUANA GASPERI ADRIANO		26/02/2020		303400 GAB SUPERINTENDENTE DA COMU

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O arquivo lista as seguintes informações: “Número da vaga”; “Descrição da vaga”; “Lei Decreto”; “Ato”; “Matrícula”; “Nome”; “Tipo de funcionário”; “Início”; “Término”; e “Lotação”.

É possível imprimir as informações disponibilizadas na subseção, porém não existe na página a opção de exportação dos arquivos em outros formatos para análise em programas específicos.


## b) Subseção "Tabela de Vencimentos Básicos"

Esta subseção se propõe a apresentar “informações sobre a ocupação das vagas dos Cargos em Comissão, Funções Gratificadas, Comissões e de Estágio”, conforme pode ser observado na Figura 31.



**Figura 31 – Subseção "Tabela de Vencimentos Básicos" da seção "GESTÃO DE PESSOAS" (extrato)**

**LISTA DE SERVIDORES**



Aqui você obtém informações sobre a ocupação das vagas dos Cargos em Comissão, Funções Gratificadas, Comissões e de Estágio.

Para retornar ao Portal da Transparência feche a página de download para a qual você foi redirecionado.

Portal da Transparência em Florianópolis


- ▶ Analista
- ▶ Agentes CS e CE
- ▶ Auditores Fiscais de Tributos
- ▶ Arquitetos Engenheiros e Modalidades
- ▶ Auxiliar
- ▶ Estrutura organizacional
- ▶ Guarda Municipal Nível Superior

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

As informações são disponibilizadas na página por meio de *links*. Ao acessar o *link* do cargo “Analista”, o arquivo pdf é baixado automaticamente. Conforme pode ser observado na Figura 32.

**Figura 32 – Acesso ao *link* do cargo “Analista” na subseção "Tabela de Vencimentos Básicos" da seção "GESTÃO DE PESSOAS" (extrato)**



**Tabela de O - Analista**

Referencia	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4
A	2.000,52	2.400,62	2.520,67	2.646,70
B	2.050,53	2.460,65	2.583,69	2.712,89
C	2.101,79	2.522,15	2.648,27	2.780,69
D	2.154,35	2.585,23	2.714,48	2.850,20
E	2.208,21	2.649,84	2.782,33	2.921,44
F	2.263,43	2.716,09	2.851,90	2.994,49
G	2.320,01	2.784,00	2.923,20	3.069,36
H	2.377,99	2.853,59	2.996,28	3.146,09
I	2.437,45	2.924,93	3.071,17	3.224,75
J	2.498,39	2.998,05	3.147,96	3.305,36
K	2.560,86	3.073,02	3.226,68	3.388,00
L	2.624,84	3.149,84	3.307,34	3.472,69

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O arquivo apresenta duas tabelas de referência com quatro colunas de valores e uma lista dos cargos que as utilizam como referência. Não é disponibilizado no arquivo nenhum texto explicativo ou legendas que possibilite ou facilite o entendimento das tabelas divulgadas.

De acordo com o que foi possível identificar no arquivo, as informações são relativas a referências salariais, mas não existe um texto explicativo indicando a forma de utilização das tabelas. Também é possível notar que o texto inicial da subseção não condiz com as informações apresentadas, pois não se tratam de ocupações de vagas. As informações de ocupação de vagas constam na subseção anterior “Quadro funcional”.

É possível imprimir as informações disponibilizadas na subseção, porém não existe na página a opção de exportação dos arquivos em outros formatos para análise em programas específicos.

### c) Subseção "Remuneração dos Servidores"

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que exibe a remuneração e os dados funcionais dos servidores efetivos, incluindo aposentados, comissionados e os admitidos em caráter temporário, do Poder Executivo Municipal de Florianópolis.

É possível observar na Figura 33 que a pesquisa pode ser realizada por meio de uma lista pré-definida ou pelo campo “Contém no Nome” que possibilita procurar de maneira mais direta a secretaria ou órgão da qual se deseja às informações de remuneração de servidores.

**Figura 33 – Subseção "Remuneração dos Servidores"  
da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

**Remuneração e Dados Funcionais dos Servidores**

Apresenta a remuneração e os dados funcionais dos servidores efetivos, incluindo aposentados, comissionados e os admitidos em caráter temporário, do Poder Executivo Municipal de Florianópolis.

---

Informe os parâmetros abaixo:

Secretaria/Órgão:

Contém no Nome:

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao efetuar uma busca por “ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO”, primeiro item da lista pré-definida, aparecem 36 registros contendo a descrição “Nome”, “Cargo” e “Lotação” de cada servidor. Cada nome é um *link* que direciona para remuneração e dados funcionais dos servidores do Poder Executivo. Pode-se observar na Figura 34 a forma que ficam dispostas as informações.

**Figura 34 – Pesquisa na subseção “Remuneração dos Servidores” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

**Remuneração e Dados Funcionais dos Servidores**

Apresenta a remuneração e os dados funcionais dos servidores efetivos, incluindo aposentados, comissionados e os admitidos em caráter temporário, do Poder Executivo Municipal de Florianópolis.

---

Selecione um registro:		
Nome ▲	Cargo	Lotação
ALCILEA MEDEIROS CARDOSO	ADMINISTRADOR ESCOLAR III	DISP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ANDRE DE BASTIANI LANCINI	ENFERMEIRO	DISP SECR EST DA SAUDE
ANGELO LIMA MEDEIROS	JORNALISTA	DISP TRIBUNAL DE JUSTICA
APARECIDA DE CASSIA RABETTI	MEDICO	DISP SECR EST DA SAUDE

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao escolher o primeiro nome na lista aparece as descrições: “Ano/Mês de referência”; “Nome”; “Matrícula”; “Cargo”; “Referência Salarial”; “Lotação”; “Secretaria/Órgão”; “Regime”; “Categoria”; “Situação”; “Carga Horária”; “Admissão”; e “Ato de Nomeação” – conforme demonstrado na Figura 35.

**Figura 35 – Acesso ao link com o nome do servidor na subseção "Remuneração dos Servidores" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**


**Remuneração e Dados Funcionais dos Servidores**

Apresenta a remuneração e os dados funcionais dos servidores efetivos, incluindo aposentados, comissionados e os admitidos em caráter temporário, do Poder Executivo Municipal de Florianópolis.

---

Ano/Mês de referência: 2020/06	
Nome:	ALCILEA MEDEIROS CARDOSO
Matrícula:	06269-3
Cargo:	1318-ADMINISTRADOR ESCOLAR III
Referência Salarial:	45 / 1 / 10
Lotação:	382119-DISP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Secretaria/Órgão:	38-ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Regime:	Magisterio
Categoria:	Efetivo
Situação:	Ativo
Carga Horária:	220,00
Admissão:	20/02/1987
Ato de Nomeação:	

Repita o texto da imagem ao lado e clique no botão "Remunerações":



Novo texto      Remunerações

Nova Pesquisa

---

Fonte: SRH - Sistema de Recursos Humanos

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Para que o usuário tenha acesso às remunerações dos servidores o PTPMF, é necessário validar a solicitação por meio da repetição de texto que aparece em uma imagem. Após a digitação do texto, a opção “remunerações” fica habilitada e é possível realizar a pesquisa, conforme pode ser observado na Figura 36.

**Figura 36 – Acesso à opção “Remunerações” do link com o nome do servidor na subseção “Remuneração dos Servidores” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

Ano/Mês de referência:		2020/06
Nome:		ALCILEA MEDEIROS CARDOSO
Descrição	Valor (R\$)	
Remuneração básica (1):	8.997,93	
Verbas Eventuais (2):	2.194,62	
Verbas indenizatórias (3):	1.231,18	
Férias (4):	0,00	
13º Salário (5):	0,00	
Deduções obrigatórias (6):	3.387,63	
Remuneração após deduções obrigatórias (7):	9.036,10	

Novo Pesquisa

1) Remuneração básica limitada ao teto constitucional: É composta pela soma das parcelas remuneratórias correspondentes ao cargo efetivo, a função ou o cargo comissionado, não incorporando os valores listados nos itens 2 a 5, também deduzidos o valor bloqueado em função do limite constitucional e os valores referentes a remuneração atrasada.

2) Verbas eventuais: Itens remuneratórios pagos eventualmente em função do local de trabalho e/ou exercício da função e do horário de trabalho.

3) Verbas Indenizatórias: São as parcelas como o auxílio alimentação, vale-transporte, creche, indenização pelo uso de veículo próprio, ajuda de custo, etc.

4) Férias: Adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração, pago ao servidor por ocasião do usufruto de férias.

5) 13º Salário: Gratificação Natalina correspondente a remuneração do servidor no mês de dezembro.

6) Deduções obrigatórias: Somatório do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e da Contribuição Previdenciária obrigatória, nos termos da legislação pertinente. **Observa-se que NÃO são informados os demais descontos tais como: empréstimos consignados, pensões alimentícias, contribuições sindicais, associações, plano de saúde, entre outros.**

7) Remuneração após deduções obrigatórias: Valor obtido pela soma dos valores dos itens 1 a 5 subtraído o item 6.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O quadro apresentado na Figura 36 contém as seguintes informações: ano/mês de referência; nome do servidor; e valores referentes à remuneração básica, verbas eventuais, verbas indenizatórias, férias, 13º salário, deduções obrigatórias e remuneração após deduções obrigatórias. Para cada um dos valores apresentados, o Portal dispõe de uma legenda informativa.

É possível imprimir as informações disponibilizadas na subseção, porém não existe na página a opção de exportação dos arquivos em outros formatos para análise em programas específicos.

#### **d) Subseção "Administração Direta, Autarquias e Fundações"**

Esta subseção possui a função de apresentar o valor bruto da folha de pagamento da administração direta e indireta. As informações apresentadas são relativas apenas ao mês

anterior, não sendo possível selecionar outros períodos, conforme pode ser observado na Figura 37.

**Figura 37 – Subseção “Administração Direta, Autarquias e Fundações” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**

Valor Total Folha de Pagamento - Referência: 06/2020

Código	Secretaria/Orgão	Valor Bruto(R\$)
30	GABINETE DO PREFEITO	327.844,52
31	SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	288.347,64
32	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO	630.933,27
33	SECR MUN DEFESA CONSUMIDOR	120.577,96
34	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	22.555.095,70
35	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	1.333.635,94
36	SECR MUN DE MEIO AMB PLAN E DESEV URBANO	702.580,40
37	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	736.381,80

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Não é disponibilizado na subseção nenhum texto explicativo, legendas ou lista de siglas que possibilitem ou facilitem o entendimento da tabela divulgada. Também não existe na página opção para imprimir as informações disponibilizadas e nem a opção de exportação em outros formatos para análise em programas específicos.

#### e) Subseção "Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)"

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que dispõe *links* das folhas de pagamento de abril de 2018 a junho de 2020 referentes à Autarquia de Melhoramentos da Capital. É possível observar a subseção na Figura 38.

**Figura 38 – Subseção “Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

**COMCAP**

FOLHA DE PAGAMENTO COMCAP:

ABRIL - 2018  
 MAIO - 2018  
 JUNHO - 2018  
 JULHO - 2018  
 AGOSTO - 2018  
 SETEMBRO - 2018

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O link “ABRIL – 2018” direciona o usuário para uma página de visualização de pdf, onde é possível ler e imprimir as informações. O arquivo em pdf apresenta o número do cadastro e o nome do funcionário, bem como salário base, proventos, descontos, valor líquido ou adiantamento salarial e cargo ocupado, conforme apresentado na Figura 39.

**Figura 39 – Acesso ao link “ABRIL - 2018” na subseção “Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)” da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

0001 - AUTARQUIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL						Pág.: 1
Resumo de Cálculo da Folha						
Período: 01/04/2018 a 30/04/2018						
Cadastro	Nome	Sal. Base	Proventos	Descontos	Líquido/Adiant. Sal.	Cargo
5513	ABDOALBERTO FRANCOAI	1.379,96	2.344,83	1.095,12	1.249,71	AUX.OPERACIONAL
4710	ABDON JOAO QUADROS	3.037,42	8.040,23	2.134,25	5.905,98	MOTORISTA
4673	ABEDE PEREIRALIMA	1.552,27	2.846,25	736,02	2.498,30	AUX.OPERACIONAL
6221	ABHAYAM MARCELO VERIS	1.897,20	4.890,45	1.882,03	3.482,72	GARI
3357	ABNER EDSON FELDMANN	1.678,93	3.228,91	1.880,14	1.768,50	AUX.OPERACIONAL
4365	ABNY VIEIRA	1.492,58	4.497,04	1.059,26	3.437,78	AUX.OPERACIONAL
4272	ABRAAO DA CRUZ ANDRE	1.973,07	4.725,11	2.488,75	2.729,63	GARI
2411	ACACIO ORLANDO AUGUSTI	2.308,23	4.849,29	3.242,53	2.183,82	GARI
1095	ACACIO VITORINO MARCOZ	2.297,74	4.164,76	1.551,10	2.613,66	AUX.OPERACIONAL
3355	ACELINO ANTONIO SILVA	1.552,27	2.985,34	822,73	2.162,61	AUX.OPERACIONAL
4999	ACLENILSON EVERALDO SI	2.052,02	3.977,35	2.109,66	1.867,69	GARI
[...]						

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível imprimir as informações disponibilizadas na subseção, porém não existe na página a opção de exportação dos arquivos em outros formatos para análise em programas específicos.

#### f) Subseção "Agentes Políticos"

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que exibe uma tabela com 11 registros de agentes políticos, descrevendo classe, nível, cargo, padrão e valor, conforme pode ser observado na Figura 40.

**Figura 40 – Subseção "Agentes Políticos" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

**AGENTES POLÍTICOS**

Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Secretaria Municipal de Administração  
SRH-Sistema de Recursos Humanos

Subsídios				
Classe	Nível	Cargo	Padrão	Valor
11	01	PREFEITO MUNICIPAL	PREF	27.740,11
11	02	VICE-PREFEITO MUNICIPAL	VICE	19.418,93
11	04	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	PGM	17.661,09
11	03	SECRETARIO MUNICIPAL	SEC	17.661,09
11	44	SECR. EXTR. PARA ASSUNTOS PARLAMENTARES	SEC	17.661,09
11	45	SECR. EXTR. PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	SEC	17.661,09
11	51	SUPERINTENDENTE	SEC	17.661,09
11	69	SECR. MUN. DE TRANSP. E CONTR. A CORRUP.	SEC	17.661,09
11	80	CHEFE DE GABINETE	SEC	17.661,09
11	84	SUPERINTENDENTE	SUP	10.931,42
11	13	SUPERINTENDENTE	SUPERT	10.568,80

11 registros encontrados.

Imprimir

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível imprimir as informações disponibilizadas na subseção, porém não existe na página a opção de exportação dos arquivos em outros formatos para análise em programas específicos

### g) Subseção "Organogramas"

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que disponibiliza *links* para arquivos em pdf que apresentam organogramas da PMF, das secretarias municipais e dos órgãos, conforme pode ser observado na Figura 41.

**Figura 41 – Subseção "Organogramas" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**

**ORGANOGRAMAS**

=== PREFEITURA ===

- 🔗 Gabinete do Prefeito
- 🔗 Gabinete do Vice-Prefeito
- 🔗 Procuradoria Geral do Município

=== SECRETARIAS MUNICIPAIS ===

- 🔗 Administração
- 🔗 Assistência Social
- 🔗 Casa Civil
- 🔗 Contínente
- 🔗 Cultura, Esporte e Juventude
- 🔗 Defesa do Consumidor
- 🔗 Educação

[...]

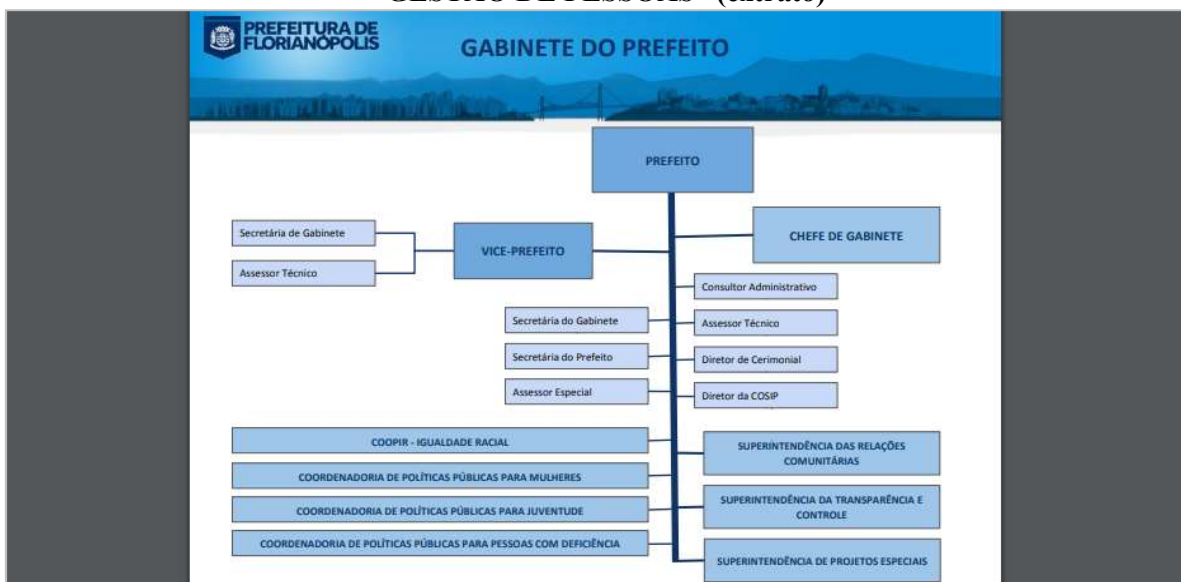
Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao todo, são disponibilizados na subseção 37 *links* para os arquivos de organogramas: 3 referentes à PMF; 15 referentes às secretarias municipais; e 17 referentes aos demais órgãos.



Na Figura 42 é possível observar o organograma em pdf, apresentado pelo *link* “Gabinete do Prefeito”.

**Figura 42 – Acesso ao *link* “Gabinete do Prefeito” da subseção "Organogramas" da seção “GESTÃO DE PESSOAS” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

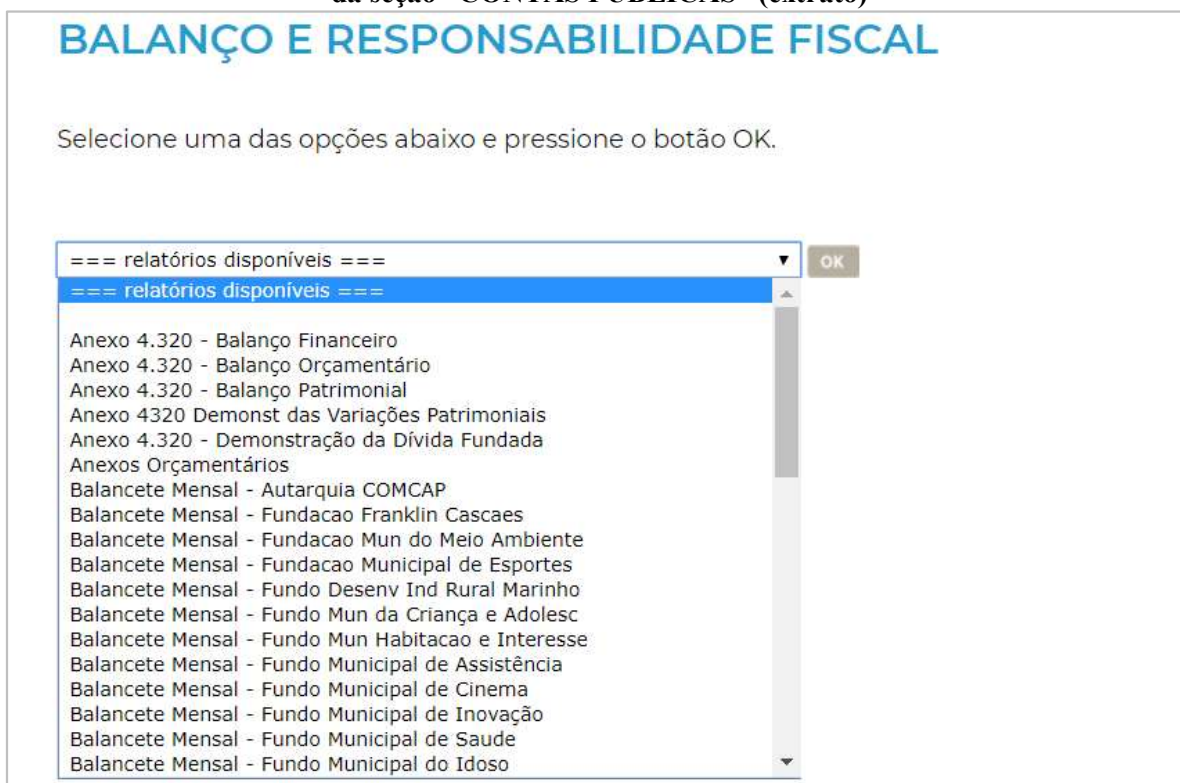
O organograma observado na Figura 42 representa visualmente a estrutura organizacional do Gabinete do Prefeito. Este organograma e os demais disponibilizados na subseção podem ser impressos e salvos em pdf.

#### 4.2.6 Seção “CONTAS PÚBLICAS”

Esta seção possui apenas a subseção “Balanço e Responsabilidade Fiscal”. Essa funcionalidade disponibiliza: as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), exigidas pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), ambos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A seguir, pode-se observar na Figura 43 o extrato da subseção.



**Figura 43 – Subseção “Balanço e Responsabilidade Fiscal”  
da seção “CONTAS PÚBLICAS” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Pode-se observar no Quadro 4 todas as opções de relatórios disponíveis para pesquisa na subseção. Entre eles: relatórios extraorçamentários; demonstrativos componentes do DCASP; demonstrativos referentes a anexos da Lei n.º 4.320/1964; Relatórios de Gestão Fiscal; balancetes mensais; e anexos orçamentários.

**Quadro 4 – Relatórios disponíveis na subseção “Balanço e Responsabilidade Fiscal”  
da seção “CONTAS PÚBLICAS”**

<b>Extra Orçamentário</b>	
Balanço Orçamentário	Demonstrativo de Execução das Despesas por Função
Demonstrativo da Receita de Alienação e Aplicação de Recursos	Demonstrativo Previdenciário – Financeiro
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Demonstrativo Previdenciário – Previdenciário
Demonstrativo da Saúde	Demonstrativo Restos a Pagar – Poder e Órgão
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Demonstrativo de Operação Crédito e Despesas de Capital
Demonstrativo do Resultado Nominal	Projeção atuarial – Financeiro
Demonstrativo do Resultado Primário	Projeção atuarial – Previdência
Demonstrativo Educação	Projeção atuarial – Previdenciário
<b>DCASP</b>	<b>Anexos Orçamentários</b>
Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido	Anexos Orçamentários
Fluxo de Caixa	
Notas Explicativas	

*Continua*

Continuação

Anexo 4.320	Gestão Fiscal
Balanco Financeiro	Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa
Balanco Orçamentário	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Balanco Patrimonial	Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Demonstração das Variações Patrimoniais	Demonstrativo das Operações de Crédito
Demonstração da Dívida Fundada	Demonstrativo de Garantias e com Garantias de Valores
	Demonstrativo de Restos a Pagar
	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Balancete Mensal	
Autarquia de Melhoramentos da Capital (COMCAP)	Fundo Municipal de Inovação
Fundação Franklin Cascaes	Fundo Municipal de Saúde
Fundação Municipal do Meio Ambiente	Fundo Municipal do Idoso
Fundação Municipal de Esportes	Fundo Municipal do Turismo
Fundo de Desenvolvimento Industrial, Rural e Marinho	Fundo Municipal Saneamento
Fundo Municipal da Criança e Adolescente	Instituto de Geração de Oportunidades (IGEOF)
Fundo Municipal Habitação e Interesse	Instituto de Planejamento Urbano
Fundo Municipal de Assistência	Prefeitura Municipal
Fundo Municipal de Cinema	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados transcritos literalmente do PTPMF (2020c).

Selecionando a opção “Anexo 4.320 - Balanço Financeiro” da lista pré-definida, o Portal lista em duas páginas os *links* para os balanços financeiros do Município, conforme pode ser observado na Figura 44.

**Figura 44 – Pesquisa “Anexo 4.320 - Balanço Financeiro” na subseção “Balanço e Responsabilidade Fiscal” da seção “CONTAS PÚBLICAS” (extrato)**

**BALANÇO E RESPONSABILIDADE FISCAL**

Selecione uma das opções abaixo e pressione o botão OK.

Anexo 4.320 - Balanço Financeiro

Janeiro de 2019 a Dezembro de 2019

Janeiro de 2018 a Dezembro de 2018

Janeiro de 2017 a Dezembro de 2017

Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016

Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015

Janeiro de 2014 a Dezembro de 2014

Janeiro de 2013 a Dezembro de 2013

Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012

Janeiro de 2011 a Dezembro de 2011

Janeiro de 2010 a Dezembro de 2010

1 2 >

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Selecionando a opção “GF – Demonstrativo Consolidado da Disp de Caixa”, um dos relatórios da LRF presente na lista pré-definida, o Portal lista em uma página os *links* para os demonstrativos consolidados de disponibilidade de caixa do Município, conforme se pode observar na Figura 45.

**Figura 45 – Pesquisa “GF – Demonstrativo Consolidado da Disp de Caixa” na subseção “Balanco e Responsabilidade Fiscal” da seção “CONTAS PÚBLICAS” (extrato)**

BALANÇO E RESPONSABILIDADE FISCAL

Selecione uma das opções abaixo e pressione o botão OK.

GF - Demonstrativo Consolidado da Disp de Caixa

Janeiro de 2019 a Dezembro de 2019

Janeiro de 2018 a Dezembro de 2018

Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016

Janeiro de 2017 a Dezembro de 2017

Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015

Janeiro de 2014 a Dezembro de 2014

Janeiro de 2013 a Dezembro de 2013

Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012

Janeiro de 2011 a Dezembro de 2011

Janeiro de 2009 a Dezembro de 2009

1

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Os arquivos estão em formato pdf, sendo possível baixar e imprimir os documentos disponibilizados. Todavia, não existe na página a opção de exportação dos arquivos em outros formatos para análise em programas específicos.

#### 4.2.7 Seção “RECEITAS E DESPESAS”

Esta seção possui quatro subseções: “Despesas”; “Receitas”; “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias”; e “Valor do lançamento de receitas tributárias” – que estão a seguir explicadas.

##### a) Subseção “Despesas”

Esta subseção se divide em 15 itens de funcionalidades: “Despesa por Credor”; “Despesas com diárias e passagens”; “Despesas com diárias e passagens por credor”; “Empenhos a pagar por ordem cronológica”; “Execução de Despesa”; “Execução de

Programas”; “Gastos diretos por Despesas”; “Gastos diretos por favorecido”; “Gastos diretos de Governo”; “Gastos diretos por órgão”; “Gastos diretos por projeto/atividade”; “Relação das Despesas”; “Suprimento de fundos”; “Transferências financeiras”; e “Transferências voluntárias”.

Todas essas funcionalidades possibilitam pesquisar informações relativas às 21 entidades dispostas no Quadro 5.

**Quadro 5 – Entidades disponíveis para pesquisa na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”**

<b>Nomes das entidades</b>
Autarquia de Melhoramentos da Capital (COMCAP)
Fundo Municipal de Cinema (FUNCINE)
Fundação Cultural Florianópolis Franklin Cascaes
Fundação Meio Ambiente Florianópolis
Fundação Municipal Esportes Florianópolis
Fundo Financeiro Previdência Social do Município de Florianópolis
Fundo Municipal Assistência Social Florianópolis
Fundo Municipal Criança/Adolescente Florianópolis
Fundo Municipal de Inovação Florianópolis
Fundo Municipal de Turismo Florianópolis
Fundo Municipal do Idoso Florianópolis
Fundo Municipal Emergência Defesa Civil Florianópolis
Fundo Municipal Geração Oportunidade Florianópolis (FUNGEOP)
Fundo Municipal Integração Social Florianópolis
Fundo Municipal Saneamento Básico Florianópolis
Fundo Municipal Saúde Florianópolis
Fundo Previdenciário Município de Florianópolis
Instituto Previdência Social dos Servidores Públicos do Município Florianópolis
Instituto Geração Oportunidades Florianópolis (IGEOP)
Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF)
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados transcritos do PTPMF (2020c).

As áreas de pesquisa das 15 funcionalidades (itens) possuem opção para aumentar os caracteres (A+), diminuir (A-) e colocar em alto contraste (AC). Estas opções são recursos de acessibilidade para pessoas com baixa visão e estão dispostas no canto superior direito das áreas de pesquisa, conforme pode ser observado, por exemplo, na Figura 46.

Além disso, todos os dados referentes às pesquisas de despesas das entidades possuem opção para impressão ou exportação em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

O Quadro 6 lista de forma resumida as funcionalidades disponíveis para consulta nesta subseção do Portal.

**Quadro 6 – Itens disponíveis para consulta na subseção “Despesas”  
da seção “RECEITAS E DESPESAS”**

<b>Itens de funcionalidades</b>	<b>Resultado da consulta</b>
“Despesa por Credor”	Consulta de despesas por entidades e credores. A busca é feita por ano e é possível segregar por natureza jurídica e especificar por nome e número de inscrição.
“Despesas com diárias e passagens”	Consulta de despesas com diárias e passagens por entidade. É possível filtrar a busca por períodos (selecionando a data inicial e final) e segregar por categoria de gasto: “Comum”; “Adiantamento de viagem”; “Auxílio e subvenção”; ou “Todas”.
“Despesas com diárias e passagens por credor”	Consulta de despesas com diárias e passagens por credor. É possível filtrar a busca por períodos (selecionando a data inicial e final) e segregar por categoria de gasto: “Comum”; “Adiantamento de viagem”; “Auxílio e subvenção”; ou “Todas”. Outra opção é realizar uma busca rápida pelo nome do favorecido.
“Empenhos a pagar por ordem cronológica”	Consulta de empenhos a pagar por ordem cronológica. É possível filtrar por empenhos pagos ou a pagar. Existe um campo para digitar o tipo da fonte de recurso, visando complementar a busca. A opção “Categoria de contratos” disponibiliza apenas a opção “sem categoria”.
“Execução de Despesa”	Consulta da execução mensal das despesas por entidade. É possível filtrar a pesquisa apenas por mês e ano.
“Execução de Programas”	Consulta da execução mensal de programas por entidade. É possível filtrar a pesquisa apenas por mês e ano.
“Gastos diretos por Despesas”	Consulta de gastos diretos por despesas mensais de cada entidade. É possível filtrar a pesquisa apenas por mês e ano.
“Gastos diretos por favorecido”	Consulta dos gastos diretos por favorecido de cada entidade. É possível complementar a busca informando a natureza jurídica, o nome do favorecido e a inscrição.
“Gastos diretos de Governo”	Consultar dos gastos diretos de governo por entidade. É possível filtrar a pesquisa apenas por mês e ano.
“Gastos diretos por órgão”	Consulta dos gastos diretos mensais por órgão de cada entidade. É possível filtrar a pesquisa apenas por mês e ano.
“Gastos diretos por projeto/atividade”	Consulta de gastos por projeto/atividade de cada entidade. É possível filtrar a pesquisa apenas por mês e ano.
“Relação das Despesas”	Consulta da relação de despesas por entidade. É possível limitar a busca por despesas liquidadas, empenhadas ou pagas e pelo período definindo uma data inicial e final para busca.
“Suprimento de fundos”	Consulta de suprimento de fundos por entidade. É possível filtrar por períodos (selecionando a data inicial e final da busca) e pelas opções “Órgão/Unidade” e “Credor”.
“Transferências financeiras”	Consulta de transferências por entidade. O único filtro disponível é o de período, que pode ser escolhida a data inicial e a data final da busca.
“Transferências voluntárias”	Consulta das transferências voluntárias por entidade. O único filtro disponível é o de período, que pode ser escolhida a data inicial e a data final da busca.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

Observa-se no Quadro 6 que existem diversas opções de consulta de despesas. Desta forma, para demonstrar algumas das opções de acesso às despesas de maneira mais detalhada, são apresentados a seguir os 3 primeiros itens disponíveis: “Despesa por Credor”; “Despesas com diárias e passagens”; e “Despesas com diárias e passagens por credor”. Os demais itens listados no Quadro 6 podem ser observados com maior grau de detalhamento no Apêndice A.

i. Item “Despesa por Credor”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa anual das despesas por credores relativas às 21 entidades, do período entre 1996 e 2020. É possível segregar a busca por natureza jurídica e especificar por nome e número de inscrição, conforme pode ser visualizado na Figura 46.

**Figura 46 – Item “Despesa por Credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Despesas por credor

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

**Entidade: \***  
Todas

**Ano: \***  
2020

**Natureza jurídica:** Todas  
**Inscrição:**

**Nome do favorecido:**

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao efetuar uma pesquisa, referente a todas as entidades, utilizando como parâmetro o ano de 2020 e a opção “Todas” em “Natureza jurídica”, o Portal lista uma tabela contendo as informações: “Credor”; “Pagamentos do ano (a) (R\$)”; “Saldo a pagar do ano (b) (R\$)”; “Pagamento de restos (c) (R\$)”; “Saldo de restos a pagar (d) (R\$)”; “Cancelamento de restos (R\$)”; “Pagamento total (a + c) (R\$)”; e “Saldo a pagar (b + d) (R\$)”. Pode-se observar a tabela gerada pelo Portal na Figura 47.

**Figura 47 – Pesquisa no item “Despesa por Credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Despesas por credor

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Pagamentos referentes ao ano de 2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Natureza jurídica: Todas

Credor:	Pagamentos do ano (a) (R\$)	Saldo a pagar do ano (b) (R\$)	Pagamento de restos (c) (R\$)	Saldo de restos a pagar (d) (R\$)	Cancelamento de restos (R\$)	Pagamento total (a + c) (R\$)	Saldo a pagar (b + d) (R\$)
2 S HOTELARIA LIMITADA - ME	<a href="#">360,00</a>	<a href="#">539.640,00</a>	0,00	0,00	0,00	360,00	539.640,00
A G KIENEN & CIA LTDA - EPP	<a href="#">6,50</a>	<a href="#">15.541,50</a>	0,00	0,00	0,00	6,50	15.541,50
A LOJA DO ROLAMENTO LTDA	0,00	0,00	0,00	<a href="#">120,00</a>	0,00	0,00	120,00

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar o *link* “360,00”, referente aos pagamentos do ano, o Portal discrimina as seguintes informações: “Nº”; “Data”; “Empenho”; “Liquidação”; “Pagamento” e “retenção” – conforme pode ser observado na Figura 48.

**Figura 48 – Acesso ao *link* “360,00” de “Saldo de restos a pagar (d) (R\$)” do item “Despesa por Credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Despesas por credor

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Pagamentos referentes ao ano de 2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Natureza jurídica: Todas

Favorecido: 2 S HOTELARIA LIMITADA - ME [selecionar outro](#)

Nº	Data	Tipo			
		Empenho	Liquidação	Pagamento	Retenção
<a href="#">2020060000742</a>	30/06/2020	540.000,00			
2020070000767	Liquidação 08/07/2020		14.400,00		
2020070000843	Pagamento 08/07/2020			360,00	
2020070000181	Retenção 08/07/2020				360,00
		Empenho Nº 2020060000742 540.000,00	Total Liquidação 14.400,00	Total Pagamento 360,00	Total Retenção 360,00
		Total geral R\$ 540.000,00	Total geral R\$ 14.400,00	Total geral R\$ 360,00	Total geral R\$ 360,00

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Acessando o *link* do empenho de número “2020060000742” da Figura 48, são exibidas as informações divididas em: dados básicos; detalhamento; resumo orçamentário e financeiro; e documentos relacionados.

Em dados básicos, são informados o nome da entidade e o CNPJ, o valor empenhado, o tipo empenho, a data de emissão, o n.º do processo, o órgão, a unidade, o credor, o CPF/CNPJ do credor e o histórico.

O detalhamento informa a função, subfunção, programa, grupo de despesa, elemento de despesa, fonte de recursos, finalidade, projeto/atividade, modalidade de licitação, n.º da licitação, contrato, data do contrato e itens do empenho. O resumo orçamentário e financeiro exhibe o valor do empenho, o total liquidado, o total pago, o total cancelado, o saldo a liquidar e o saldo a pagar.

Em documentos relacionados, aparece a opção de expansão no item “2020070000767”, referente a “Liquidações”. Ao expandir, aparece o *link* “Nº NF 2133” que direciona para os dados da nota fiscal. O Portal exhibe apenas uma tabela com os dados da nota fiscal preenchidos – não é um documento original digitalizado ou uma nota fiscal eletrônica.

O nível de detalhamento das informações exibidas pelo *link* “539.640,00”, referente ao saldo a pagar do ano, constante na Figura 47, segue o mesmo padrão que o *link* “360,00”.

ii. Item “Despesas com diárias e passagens”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa de despesas com diárias e passagens relativas a 21 entidades do período de 2010 a 2020. Pode-se parametrizar a busca por tipo: “Diária”; ou “Passagens”; e por categoria de gasto: “Comum”; “Adiantamento de viagem”; “Auxílio e subvenção”; ou “Todas”. Na Figura 49 é possível observar a área de pesquisa.

**Figura 49 – Item “Despesas com diárias e passagens” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Relação de despesas com diárias e passagens

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Data inicial: \* 01/01/2020 Data final: \* 31/01/2020

Tipo de gasto: Diárias Categoria de gasto: Todas

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



Ao realizar uma pesquisa de tipo “Diárias” de todas as entidades, referentes a todas as categorias de gastos do mês de janeiro de 2020, o Portal lista os valores por órgão, conforme se pode observar na Figura 50.

**Figura 50 – Pesquisa no item “Despesas com diárias e passagens” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Relação de despesas com diárias e passagens	
Fazer nova consulta	
Última atualização: 14/07/2020 20:45:48	
Despesas com diárias de 01/01/2020 até 31/01/2020	
Filtros utilizados para elaboração da consulta: Entidade: Todas   Data inicial: 01/01/2020   Data final: 31/01/2020   Tipo de gasto: Diárias   Categoria de gasto: Todas	
Total pago pela entidade: Todas	R\$ 897,00
Órgão :	Pago (R\$) :
<a href="#">46 - GABINETE DO PREFEITO</a>	585,00
<a href="#">52 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</a>	312,00

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Acessando o órgão os valores são detalhados por unidade. Acessando a unidade os valores são detalhados por credor. Acessando o credor, é apresentado o código, a data e o valor do pagamento. É possível expandir o código e acessar mais informações sobre a despesa.

Para fins de exemplificação acessou-se o código “918” de pagamento do credor Gean Marques Loureiro, referente ao órgão e unidade “GABINETE DO PREFEITO”, conforme pode ser observado no Quadro 7.

**Quadro 7 – Informações do código de pagamento “918” da pesquisa realizada no item “Despesas com diárias e passagens” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”**

Código de pagamento “918”	
<b>Código da despesa:</b>	888
<b>Previsão orçamentária (R\$):</b>	15.000,00
<b>Elemento orçamentário:</b>	3.3.90.14.14.00.00.00
<b>Fonte de recurso financeiro:</b>	80 - Recurso Ordinário
<b>Descrição:</b>	Pela despesa empenhada referente a pagamento de uma diária e meia para o senhor Gean Marques Loureiro para reunião: frente nacional de prefeitos, reunião no ministério de economia em Brasília. Saída de Florianópolis: 30/01/2020 as 09:30. Retorno a Florianópolis: 31/01/2020 as 14:50.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

Ao acessar o *link* “Detalhar documentos” que fica disponibilizado dentro do código de pagamento “918”, o Portal exibe diversas informações que podem ser visualizadas no Quadro 8.

**Quadro 8 – Informações do link “Detalhar documentos”  
do código de pagamento “918” da pesquisa no item “Despesas com diárias e passagens”  
referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”**

“Detalhar documentos”			
<b>Documento:</b>	OE 022/GAPRE	<b>Número da lei:</b>	-
<b>Tipo documento:</b>	Diária	<b>Rubrica:</b>	-
<b>Favorecido:</b>	GEAN MARQUES LOUREIRO	<b>Período diária:</b>	30/01/2020 a 31/01/2020
		<b>Valor unitário da diária:</b>	0,00
<b>Matrícula:</b>	-	<b>Origem da viagem:</b>	FLORIANÓPOLIS
<b>Cargo:</b>	-	<b>Destino da viagem:</b>	BRASÍLIA
<b>Pago (R\$):</b>	585,00	<b>Quantidade diárias:</b>	1,50
<b>Data de emissão:</b>	27/01/2020	<b>Justificativa:</b>	-
<b>Data de liquidação:</b>	30/01/2020	<b>Histórico:</b>	-
<b>Data de vencimento:</b>	30/01/2020	<b>Veículo utilizado:</b>	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

iii. Item “Despesas com diárias e passagens por credor”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar as despesas com diárias e passagens por credor, da mesma forma que o item anteriormente descrito, porém listando por credor em vez de separar por órgão e unidade primeiro. Além disso, possui a opção de busca rápida pelo nome do favorecido, conforme pode ser observado na Figura 51.

**Figura 51 – Item “Despesas com diárias e passagens por credor” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows a web interface titled "Relação de despesas com diárias e passagens por credor". It contains a search form with the following elements:

- A header with the title and a "Consultar" button.
- A message: "Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados."
- A dropdown menu for "Entidade:" with "Todas" selected.
- Two date pickers for "Data inicial:" and "Data final:".
- Two dropdown menus for "Tipo de gasto:" (Diárias) and "Categoria de gasto:" (Todas).
- A text input field for "Nome do favorecido:".
- A "Consultar" button at the bottom left.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa de diárias referentes a todas as categorias de gastos do mês de janeiro de 2020, o Portal lista um *link* para cada credor, com seus respectivos valores. O nível de detalhamento segue igual ao item anterior, contendo as mesmas informações.

## b) Subseção “Receitas”

Esta subseção se divide em 3 itens com funcionalidades: “Receitas”; “Ingresso de Receitas”; e “Contas correntes bancárias”. Todas estas funcionalidades estão explicadas a seguir e possibilitam pesquisar informações relativas às 21 entidades listadas no Quadro 5, exposto anteriormente.

A área de pesquisa de cada item possui opção para aumentar os caracteres (A+), diminuir (A-) e colocar alto contraste (AC). Estas opções são recursos de acessibilidade para pessoas com baixa visão e estão dispostas no canto superior direito das áreas de pesquisa, conforme pode ser observado, por exemplo, na Figura 52.

Além disso, todas as áreas de pesquisas desta subseção possuem opção para impressão ou exportação em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

### i. Item “Receitas”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar por mês, do ano de 2000 ao ano de 2020, as receitas referentes às 21 entidades listadas anteriormente no Quadro 5, conforme pode ser observado na Figura 52.

**Figura 52 – Item “Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Receitas

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*

Todas

Ano: \*      Mês: \*

2020      Janeiro

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa de receitas referentes ao mês de janeiro de 2020 de todas as entidades disponíveis para consulta, o Portal exibe a tabela que pode ser observada na Figura 53.

**Figura 53 – Pesquisa no item “Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Rubrica	Descrição	Valor orçado (R\$)	Valor orçado atualizado (R\$)	Arrecadado (R\$)		Realizado (%)
				No mês	Até o mês	
Total de receitas da Entidade: Todas R\$ 344.281.893,08						
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	2.469.581.407,00	2.469.581.407,00	351.588.233,31	351.588.233,31	14,24
9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXER	-111.999.361,00	-111.999.361,00	-7.306.340,23	-7.306.340,23	6,52

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A tabela exibe as informações: “Rubrica”; “Descrição”; “Valor orçado (R\$)”; “Valor orçado atualizado (R\$)”; “Arrecadado (R\$) No mês”; “Arrecadado (R\$) Até o mês”; e “Realizado (%)” – conforme se pode observar na Figura 54.

**Figura 54 – Último nível de acesso no item “Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Rubrica	Descrição	Valor orçado (R\$)	Valor orçado atualizado (R\$)	Arrecadado (R\$)		Realizado (%)
				No mês	Até o mês	
Total de receitas da Entidade: Todas R\$ 344.281.893,08						
Total de receitas da Rubrica 4.0.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS R\$ 351.588.233,31						
Total de receitas da Rubrica 4.1.0.0.0.00.00.00.00 - Receitas Correntes R\$ 335.415.407,64						
Total de receitas da Rubrica 4.1.1.0.0.00.00.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria R\$ 264.063.642,60						
Total de receitas da Rubrica 4.1.1.1.0.00.00.00.00 - Impostos R\$ 240.501.594,15						
Total de receitas da Rubrica 4.1.1.1.3.00.00.00.00 - Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Nat R\$ 1.015.872,31						
Total de receitas da Rubrica 4.1.1.1.3.03.00.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte R\$ 1.015.872,31						
Total de receitas da Rubrica 4.1.1.1.3.03.10.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho R\$ 1.015.872,31						
Total de receitas da Rubrica 4.1.1.1.3.03.11.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho R\$ 1.015.872,31						
4.1.1.1.3.03.11.01.00.00	IRRF s/ Rendimentos do Trabalho - PMF	96.024.260,00	96.024.260,00	1.015.872,31	1.015.872,31	1,06

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar a descrição da rubrica de receitas, o Portal detalha ainda mais a informação. Ao acessar cada nível de desdobramento disponível tem-se o resultado exibido conforme a Figura 54.

## ii. Item “Ingresso de Receitas”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite a pesquisa das receitas orçamentárias por entidade. A pesquisa permite parametrizar a busca com data inicial e final, disponibilizando informações do ano de 2010 ao ano de 2020, conforme pode ser visualizado na Figura 55.

**Figura 55 – Item “Ingresso de Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Ingressos de receitas**

Olá! Seleccione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

**Entidade: \***  
Todas

**Data inicial: \*** **Data final: \***

**Descrição da receita:**

**Consultar**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa de ingresso de receitas referente ao mês de janeiro de 2020 de todas as entidades disponíveis para consulta, o Portal exibe uma tabela que pode ser observada na Figura 56.

**Figura 56 – Pesquisa no item “Ingresso de Receitas” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Ingressos de receitas**

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

**Ingressos de receitas** Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 31/01/2020

Rubrica	Descrição da receita	Finalidade	Valor orçado (R\$)	Valor orçado atualizado (R\$)	Valor lançado (R\$)	Valor arrecadado (R\$)
4.1.1.1.3.03.11.01.00.00	IRRF s/ Rendimentos do Trabalho - PMF		96.024.260,00	96.024.260,00	0,00	1.015.872,31
4.1.1.1.8.01.11.01.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial		333.768.902,00	333.768.902,00	0,00	196.834.347,70

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A tabela exibe os seguintes dados: “Rubrica”; “Descrição da receita”; “Finalidade”; “Valor orçado (R\$)”; “Valor orçado atualizado (R\$)”; “Valor lançado (R\$)”; e “Valor arrecadado (R\$)”.

### iii. Item “Contas correntes bancárias”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita pesquisar as contas correntes bancárias de cada entidade. A pesquisa permite parametrizar a busca com data inicial e final, disponibilizando informações do ano de 2010 ao ano de 2020. É possível filtrar a busca por tipo de conta: “Todas”; “Aplicação”; “Conta corrente”; “Não bancária”; “Conta poupança”; “Vinculada”; e “Salário”. Além disso, é possível complementar a busca pelo campo de pesquisa “Banco ou Agência ou Conta”, conforme pode ser visualizado na Figura 57.

**Figura 57 – Item “Contas correntes bancárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Movimentação de contas correntes bancárias

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*

COMPANHIA MELHORAMENTOS CAPITAL - COMCAP

Data inicial: \*      Data final: \*

Tipo de conta:

Todas

Banco ou Agência ou Conta:

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa, referente ao mês de janeiro de 2020 da entidade COMCAP, o Portal exibe a mensagem: “Não existem dados para esta entidade”, conforme pode ser observado na Figura 58.

**Figura 58 – Pesquisa da entidade COMCAP no item “Contas correntes bancárias” referente a janeiro de 2020 referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Uma nova pesquisa foi realizada para verificar se existem dados para outras entidades. A busca foi realizada cada uma das entidades da lista disponibilizada utilizando como parâmetro 1º de janeiro de 2020 à 31 de março de 2020. Desta forma, verificou-se que não existem informações para nenhuma das entidades.

A fim de verificar a forma que as informações são disponibilizadas pelo Portal, mudou-se o parâmetro para o ano de 2019 referente à entidade COMCAP, conforme pode ser observado na Figura 59.

**Figura 59 – Pesquisa da entidade COMCAP do ano de 2019 no item “Contas correntes bancárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Saldo inicial no período (R\$)	Data	Entradas (R\$)	Saídas (R\$)	Histórico	Saldo do dia (R\$)	Saldo da conta (R\$)
118,50	01/01/2019	118,50	0,00	Inscrição de Saldos Iniciais (...)	118,50	118,50
118,50	03/01/2019	4,56	0,00	Lançamento contábil 04 ref TRA...	0,00	118,50
118,50	03/01/2019	0,00	4,56	Pagamento do(a) O.P. 29 OB ...	0,00	118,50

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Conforme pode ser observado na Figura 59, o Portal disponibiliza as informações: “Saldo inicial no período (R\$)”; “Data”; “Entradas (R\$)”; “Saídas (R\$)”; “Histórico”; “Saldo do dia (R\$)” e “Saldo da conta (R\$)”.



### c) Subseção “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias”

Esta subseção possui um item de mesmo nome, cuja funcionalidade permite pesquisar as receitas e despesas extras orçamentárias por entidade. A pesquisa permite parametrizar a busca com data inicial e final, disponibilizando informações do ano de 2000 ao ano de 2020, conforme pode ser visualizado na Figura 60.

**Figura 60 – Item “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias” referente a subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows a web interface titled "Demonstrativo de receitas e despesas extra-orçamentárias". It includes a search form with the following fields: "Entidade:" with a dropdown menu set to "Todas"; "Ano:" with a dropdown menu set to "2020"; and "Mês:" with a dropdown menu set to "Janeiro". A "Consultar" button is located below the form. The interface also features navigation icons (A-, A+, AC) in the top right corner.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa as receitas e despesas extra orçamentárias, referente a janeiro de 2020 de todas as entidades, são exibidas as informações em uma tabela, que pode ser observada na Figura 61.

**Figura 61 – Pesquisa no item “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows the search results for the query. It includes a table with the following columns: "Conta", "Saldo Exerc. Anterior (RS) (a)", "Retenções (RS) (b)", "Pagamentos (RS) (c)", and "Saldo Atual (RS) (a + c - b)". The table lists four accounts with their respective values. Additionally, there are buttons for "Fazer nova consulta", "Imprimir", and "Exportar". The interface also shows the date of the last update: "Última atualização: 14/07/2020 20:45:48".

Conta	Saldo Exerc. Anterior (RS) (a)	Retenções (RS) (b)	Pagamentos (RS) (c)	Saldo Atual (RS) (a + c - b)
(-) PROVISÃO PARA PERDA INVESTIMENTOS BANCO SANTOS	-10.556.571,58	0,00	0,00	-10.556.571,58
A. C. T. ENGENHARIA LTDA-CAUÇÃO	-180,49	0,00	0,00	-180,49
ABILIO ONOFRE LAUREANO	45,12	0,00	0,00	45,12
Abilio Teixeira Cardoso	286,30	0,00	0,00	286,30

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



A tabela disponibilizada pelo Portal demonstra as seguintes informações: “Conta”; “Saldo Exerc. Anterior (a)”; “Retenções (R\$) (b)”; “Pagamentos (R\$) (c)”; e “Saldo Atual (R\$) (a + c- b)”.

#### d) Subseção “Valor do lançamento de receitas tributárias”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que possibilita visualizar informações relativas ao lançamento de receitas tributárias referentes aos anos de 2018 e 2019, conforme é possível observar na figura seguinte.

**Figura 62 – Subseção “Valor do lançamento de receitas tributárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

VALOR DO LANÇAMENTO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS				
Disponibilização de informações relativas ao lançamento de receitas tributárias, por exercício, em cumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009 c/c o art. 7, II, do Decreto Federal n. 7.185/2010.				
Tributos	Valores Lançados			
	Exercícios			
	2018		2019	
	Qtde Lançamentos	Valores Lançados	Qtde Lançamentos	Valores Lançados
IPTU	360.427	R\$ 378.214.396,94	369.428	R\$ 406.537.866,94
TCRS	232.865	R\$ 106.450.389,45	236.997	R\$ 117.071.114,54
TLP	17.223	R\$ 4.904.580,54	19.012	R\$ 5.826.796,35
ISS FIXO	14.717	R\$ 3.452.836,11	14.668	R\$ 3.633.324,40
<b>Total</b>	<b>625.232</b>	<b>R\$ 493.022.203,03</b>	<b>640.105</b>	<b>R\$ 533.069.102,23</b>

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível observar na subseção a quantidade e os valores lançados de: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS); Taxa de Licença para Publicidade (TLP); e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) fixo nos exercícios de 2018 e 2019.

Não existe na página opções para imprimir ou salvar as informações disponibilizadas nesta subseção e nem a opção de exportação em outros formatos para análise em programas específicos. Também não é disponibilizado uma lista para entendimento das siglas que constam na tabela.

#### 4.2.8 Seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS”

Esta seção possui 30 subseções com funcionalidade, que são explicadas a seguir.

##### a) Subseção “Licitações”

Esta subseção contém uma funcionalidade que possibilita pesquisar as licitações referentes às 21 entidades listadas anteriormente no Quadro 5. A área de pesquisa possui opção para aumentar os caracteres (A+), diminuir (A-) e colocar alto contraste (AC). Estas opções são recursos de acessibilidade para pessoas com baixa visão e estão dispostas no canto superior direito das áreas de pesquisa, conforme pode ser observado, por exemplo, na Figura 63.

A busca por licitações pode ser especificada com o número da licitação, número do processo ou palavra chave. O período pode ser definido por ano da licitação e ano do processo, ambos com o período de 1900 a 2020. Também é possível pesquisar por modalidade ou situação.

As modalidades disponíveis são: “Todas”; “Concorrência para alienação”; “Concorrência para obras e serv. engenharia”; “Concorrência para compras e serviços”; “Concurso”; “Convite para compras e serviços”; “Convite para obras e serv. engenharia”; “Dispensa de licitação para compras e serviços”; “Dispensa de licitação para obras e serv. engenharia”; “Inexigibilidade de licitação”; “Leilão”; “Outras modalidades”; “Pregão eletrônico”; “Pregão presencial”; “Regime Diferenciado de Contratação”; “Tomada de preço para compras e serviços”; e “Tomada de preço para obras e serv. engenharia”.

As situações disponíveis são: “Todas”; “Aberta”; “Anulada”; “Deserta”; “Fracassada”; “Homologada”; “Número Descartado”; e “Revogada”. Pode-se observar na Figura 63 o extrato da página de pesquisa da subseção.

**Figura 63 – Subseção “Licitações” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato)**

Consulta de licitações

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Ano da licitação: Selecionar    Número da licitação:    Ano do processo: Selecionar    Número do processo:   

Palavra-chave:   

Modalidade: Todas    Situação: Todas

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa referente às licitações e processos do ano de 2020, de todas as entidades, em todas as modalidades e situações, é exibida uma tabela contendo: “Nº do processo”; “Ano do processo”; “Nº da licitação”; “Ano da licitação”; “Situação”; “Data de abertura”; “Objeto”; “Modalidade”; “Propostas da licitação”; e “Vigência” – conforme pode ser observado na Figura 64.

**Figura 64 – Pesquisa na subseção “Licitações” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato)**

Consulta de licitações

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 22:30:24

Licitações do ano 2020    Imprimir    Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano do processo: 2020 | Ano da licitação: 2020 | Modalidade: Todas | Situação: Todas

Nº do processo	Ano do processo	Nº da licitação	Ano da licitação	Situação	Data de abertura	Objeto	Modalidade	Propostas da licitação	Vigência
346	2020	346	2020	Aberta	13/07/2020 00:00:00	<a href="#">Registro de Preços para a aquisição de o...</a>	Pregão eletrônico		12 meses
345	2020	345	2020	Aberta	13/07/2020 00:00:00	<a href="#">registro de preços para a prestação de s...</a>	Pregão eletrônico		12 meses
344	2020	344	2020	Aberta	13/07/2020 00:00:00	<a href="#">contratação de empresa especializada par...</a>	Pregão eletrônico		12 meses

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar o *link* da coluna “Objeto” o Portal exibe a descrição da licitação, contendo: “Cidade”; “UF”; “Número da licitação”; “Número de itens”; “Número do processo”; “Situação”; “Objeto”; “Critério de julgamento/Tipo da licitação”; “Contato”; “Telefone”;

“Data da publicação”; “Recebimento de envelopes até”; “Data e hora da abertura dos envelopes”; “Data da homologação”; “Data da anulação”; e “Artigo - Inciso”.

A subseção possibilita a impressão ou exportação em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

## b) Subseção “Contratos”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que possibilita pesquisar os contratos das 21 entidades listadas anteriormente no Quadro 5. A pesquisa permite parametrizar a busca com data inicial e final, disponibilizando informações do ano de 2010 ao ano de 2020. A busca também pode ser realizada com o número de contrato ou com o nome do contratado, conforme pode ser observado na Figura 65.

**Figura 65 – Subseção “Contratos” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato)**

Contratos

Olá! Seleccione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*

Todas

Número do contrato:

Data inicial: 01/01/2020 Data final: 31/01/2020

Nome do contratado:

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa referente a janeiro de 2020, de todas as entidades, é exibida uma tabela contendo: “Número do contrato”; “Natureza”; “Assinatura”; “Tipo do contrato”; “Contratado”; “Objeto do contrato”; e “Valor final do contrato”.

**Figura 66 – Pesquisa na subseção “Contratos”  
da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato)**

Contratos

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 22:30:24

Contratos com data de assinatura de 01/01/2020 até 31/01/2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 31/01/2020

Nº do contrato	Natureza	Assinatura	Tipo do contrato	Contratado	Objeto do contrato	Valor final do contrato
85/SMI/2020	Principal	31/01/2020	Contrato	TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS P/ TRATOR LTDA - EPP	<a href="#">Contratação de empresa especial...</a>	150.400,00
84/SMI/2020	Principal	31/01/2020	Contrato	SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PECAS LTDA - EPP	<a href="#">Contratação de empresa especial...</a>	135.000,00

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar o *link* da coluna “Objeto do contrato” o Portal exibe as informações: “Número do contrato”; “Data de assinatura”; “Data da publicação”; “Vencimento do contrato”; “Contratado”; “CPF/CNPJ”; “Objeto”; “Situação do contrato”; “Modalidade da licitação”; “Processo de compra”; “Licitação”; “Fundamento legal”; “Tipo de contrato”; “Unidade gestora”; “Nome do fiscal atual do contrato”; “CNPJ/CPF do fiscal atual do contrato”; “Valor inicial (R\$)”; “Valor final (R\$)”; “Dotação”; “Elemento”; “Órgão”; “Unidade”; “Complemento do elemento”; e “Recurso”.

As informações desta subseção podem ser impressas ou exportadas em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática programas específicos.

### c) Subseção “Sistema de Pregão Eletrônico”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que direciona os usuários para o sistema de pregão eletrônico, na página <http://dlc.pmf.sc.gov.br/>, externa ao PTPMF. O sítio eletrônico é o mesmo disponibilizado pelos *links* dos pregões na subseção “Pregões Eletrônicos Simplificados” da seção “COVID19”, conforme pode ser observado na Figura 67.

**Figura 67 – Página externa ao PTPMF referente à subseção “Sistema de Pregão Eletrônico” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato)**

**Painel Eletrônico**

> Pregão 1737

> Valor estimado R\$ 559.268.332,32

> Valor negociado R\$ 453.752.119,07

> ECONOMIA R\$ 105.516.213,25

> Compra direta 0

> Valor estimado R\$ 0,00

> Valor negociado R\$ 0,00

> ECONOMIA R\$ 0,00

Os resultados obtidos equivalem a aproximadamente 18,87 % de economia utilizando o WBC7 - PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis.

**Últimos processos em andamento**

PREGÃO		
168/2020	PMF	Encerra: 29/07/2020 às 13h30
155/2020	PMF	Encerra: 28/07/2020 às 16h00
975/2020	PMF	Encerra: 28/07/2020 às 15h00
090/2020	PMF	Encerra: 28/07/2020 às 13h30

[Ver todas as negociações em andamento.](#)

**Últimos processos encerrados**

PREGÃO		
317/2020	PMF	Encerrado: 14/07/2020 16h00
272/2020	PMF	Encerrado: 14/07/2020 15h00
267/2020	PMF	Encerrado: 14/07/2020 13h30
282/2020	PMF	Encerrado: 13/07/2020 16h00

[Ver todas as negociações encerradas.](#)

**Acesso ao sistema**

Usuário:

Senha:

Se você esqueceu o usuário e/ou senha de acesso, clique aqui para lembrar.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c) e PMF (FLORIANÓPOLIS, 2020d).

Na página inicial é possível obter informações dos últimos processos em andamento, como os números dos pregões e a data em que irão encerrar, e os últimos processos encerrados. Além disso, o sistema possui acesso por meio de usuário e senha para os usuários que tem interesse em participar dos pregões.


#### **d) Subseção “Impressão Editais”**


Esta subseção apresenta uma funcionalidade que dispõe a relação de editais de licitações em andamento, com diversos dados. A tabela informa: “Nº Edital”; “Descrição do Objeto”; e “Abertura/Situação” – conforme pode-se observar na Figura 68.

**Figura 68 – Subseção “Impressão Editais”  
da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato)**

**IMPRESSÃO EDITAIS**

**SOMENTE PARA EDITAIS COM O STATUS "AGUARDANDO ABERTURA".  
DEMAIS EDITAIS DEVEM SER SOLICITADOS JUNTO A DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DA SAMP**

 Sistema de Divulgação de Editais de Licitação  
das Prefeituras Municipais  
Prefeitura Municipal de Florianópolis (Compras e Serviços)

 PTPMF Dúvidas

**Relação de Editais de Licitações em Andamento**  
Atualizado em: 10/07/2020

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Os editais abaixo disponíveis estão sujeitos a alterações, as quais serão informadas nesta página, sendo de inteira responsabilidade do consulente, o acompanhamento e o acesso as novas modificações. Essas publicações não possuem caráter legal.

[Ver Editais Encerrados](#)

Nº Edital	Descrição do Objeto	Abertura/Situação
<a href="#">Concorrência Pública 0319/2020</a>	Contratação de empresa especializada para execução de obras/serviços de engenharia: Manutenção e Recuperação de Pavimentação Asfáltica com CBUQ (Região Insular Norte, Sul e Leste) - Florianópolis/SC  Natureza: Obras Data/Hora limite p/ entrega do Envelope/Amstras : 12/08/2020 17:59:00	<b>Habilitação</b> 12/08/2020 18:00:00 (Aguardando Abertura)
<a href="#">Concorrência Pública 0318/2020</a>	Contratação de empresa especializada para execução de obras/serviços de engenharia: Manutenção e Recuperação de Pavimentação Asfáltica com CBUQ (Região Insular Central e Região Continental) - Florianópolis/SC  Natureza: Obras Data/Hora limite p/ entrega do Envelope/Amstras : 12/08/2020 16:20:00	<b>Habilitação</b> 12/08/2020 16:30:00 (Aguardando Abertura)

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Por meio do *link* disponibilizado na coluna “Nº Edital”, o Portal exibe: o “Objeto”; a “Publicação/Expedição”; a “Entrega Final da Proposta/Documento” “Abertura / Situação”; e “Observação” – conforme pode ser observado na Figura 69.

**Figura 69 – Acesso ao *link* de “Nº Edital” na Subseção “Impressão Editais” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS” (extrato)**

**SOMENTE PARA EDITAIS COM O STATUS "AGUARDANDO ABERTURA".  
DEMAIS EDITAIS DEVEM SER SOLICITADOS JUNTO A DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SAMP**

das Prefeituras Municipais  
Prefeitura Municipal de Florianópolis (Compras e Serviços)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Os editais abaixo disponíveis estão sujeitos a alterações, as quais serão informadas nesta página, sendo de inteira responsabilidade do consultante, o acompanhamento e o acesso as novas modificações. Essas publicações não possuem caráter legal.

Edital Concorrência Pública 0319/2020 Atualizado em: 10/07/2020 15:05:33

Objeto: Natureza: Obras  
Contratação de empresa especializada para execução de obras/serviços de engenharia: Manutenção e Recuperação de Pavimentação Asfáltica com CBUQ (Região Insular Norte, Sul e Leste) - Florianópolis/SC

Publicação/Expedição	Entrega Final da Proposta/Documento	Abertura / Situação
10/07/2020	12/08/2020 17:50:00	12/08/2020 18:00:00 Aguardando Abertura

Imprimir Voltar

Em cumprimento a LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 (Lei da Transparência), para efetuar download de anexos de editais NÃO é obrigatório se cadastrar como participante.

Ao se cadastrar como participante para uma Publicação de Edital, notícias publicadas, respostas a questionamentos, retificações e/ou informativos sobre as atualizações dos editais cuja comissão responsável julgue necessária a divulgação, serão enviados automaticamente aos endereços eletrônicos cadastrados.

Os serviços de envio de informações são gratuitos e consistem, apenas, em um serviço auxiliar meramente informativo. Portanto, não dispensa o uso dos meios oficiais de comunicação para a produção de efeitos legais. Da mesma forma, não nos responsabilizamos por e-mails não recebidos por caixa postal cheia, endereço de e-mail incorreto, bloqueios de spam e similares.

Você deseja visualizar/baixar (efetuar download) do edital?

Como Participante:

Como Pesquisa:

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A subseção disponibiliza a opção para imprimir e baixar o edital. Na opção de baixar é possível escolher entre as alternativas: “Como Participante”; ou “Como Pesquisa” – conforme pode ser observado na Figura 69.

#### **e) Demais subseções da seção “Licitações e contratos”**

As demais subseções da seção “Licitações e contratos”, dispostas no Quadro 9, são espaços de convocação de fornecedores para apresentação de orçamentos para diversas finalidades.



**Quadro 9 – Demais subseções da seção “Licitações e contratos”**

Nome das demais subseções
“Orçamento de serviços especializados - Publicidade”
“Orçamento de serviços especializados - Folhetos”
“Convocação para apresentação de orçamento para campanha da Comcap”
“Convocação para apresentação de orçamento para plotagem da Comcap”
“Convocação para apresentação de orçamento filme CS Pantanal”
“Convocação para apresentação de orçamento para campanha Floripa Criativa - Artistas Urbanos”
“Convocação para apresentação de orçamento Campanha Não Dê Escolas”
“Convocação para apresentação de orçamento Campanha Se Liga na Rede”
“Convocação para apresentação de orçamento Ideias Sustentáveis”
“Convocação para apresentação de orçamento Filme - IPTU 2019”
“Convocação para apresentação de orçamento Campanha inauguração UPA Continente”
“Convocação para apresentação de orçamento Campanha vídeo turismo”
“Convocação para apresentação de orçamento Campanha da Prefeitura Municipal de Florianópolis”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha da COMCAP”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Vida Marinha - Comunicação Visual”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Vida Marinha - Ações”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Vida Marinha - Brindes”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Vida Marinha - VT”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Folder COMCAP”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Capital Alfabetizada 2019”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Camisetas Pet”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Vacinação Sarampo”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha de Adoção de Animais”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Fim de Ano PMF”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Escola do Futuro Ratoões PMF”
“Convocação para apresentação de orçamento para Campanha Obras Escolas PMF”

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Na Figura 70, é apresentada uma das subseções que foi selecionada, para fins de exemplificação, para demonstrar quais informações são disponibilizadas e a forma como são expostas.

**Figura 70 – Exemplo de subseções de convocação da seção “Licitações e contratos” (extrato)**

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE PUBLICIDADE	
<p>O Gestor do Contrato nº 209/CAPRE/2018, em atendimento à CLÁUSULA QUINTA do referido contrato e § 1º e 2º do art. 14 da Lei nº. 12.232/2010, torna pública a convocação da empresa D/Araújo, para apresentação de envelopes, em no mínimo três, contendo orçamento de serviços especializados para produção de vídeo comercial, de pessoas físicas ou jurídicas, devidamente cadastrados conforme Certificado de Registro Cadastral no Município de Florianópolis. Os envelopes deverão ser entregues na Agência, até às 10h do dia 04/04/2018, no endereço: Rua Prof. Ayrton Roberto de Oliveira, 32, Ed. Laguna Corporate Center, 10º andar, Itacorubi - Florianópolis - SC CEP 88034-050. A sessão de análise e aceitabilidade dos orçamentos ocorrerá às 14h do dia 04/04/2018 na Prefeitura de Florianópolis. Florianópolis/SC, 03 de abril de 2018.</p>	
<p>DADOS TÉCNICOS PARA PROPOSTA QUE SERÁ A PRODUÇÃO DE DOIS FILMES DE 60 SEGUNDOS:</p>	
01 diária de filmagem em estúdio com elenco	
01 diária em locação com elenco	
Direção de fotografia	
Direção de produção	
Produção de figurino	
Maquiagem e cabelo	
[...]	

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Conforme observado anteriormente na Figura 70, a subseção exibe um texto informativo, onde consta o endereço, a data e a hora da seção de análise e aceitabilidade dos orçamentos. Além disto, a subseção informa os dados técnicos exigidos para a proposta de orçamento.

#### 4.2.9 Seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA”

Esta seção se divide em 3 subseções, uma para cada ano: “2018; “2019”; e “2020”, explicadas a seguir.

##### a) Subseção “2018”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que disponibiliza um arquivo em pdf, contendo 15 páginas, com as informações referentes às doações e apreensões recebidas pelo SOMAR Floripa.

**Figura 71 – Subseção “2018” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato)**

N°	N° Termo de Doação	ENTIDADE	OBJETO	Quantidade/KITS
1	001/TA-2018	CAIXA DE ESOMOLAS AOS INDIGENTES DE FLORIANÓPOLIS	COLCHÕES	40
2	002/TA-2018	CENTRO POP	COLCHÕES	70
3	003/TA-2018	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL LIBERDADE	LEITE	240 LITROS
4	004/TA-2018	CAIXA DE ESOMOLAS AOS INDIGENTES DE FLORIANÓPOLIS	COLCHÕES	37
5	005/TA-2018	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORIANÓPOLIS	PRODUTOS DE LIMPEZA	19

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O relatório de doações e apreensões disponibilizado na subseção apresenta: o “Número Termo de Doação”; “ENTIDADE”; “OBJETO”; e “Quantidade/KITS” – conforme pode ser observado na Figura 71. Essas informações podem ser impressas ou salvas em pdf.

## b) Subseção “2019”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que lista em forma de *links* diversos relatórios de 2019 referente as campanhas, aos recebimentos de doações e as apreensões, conforme podem ser observados na Figura 72.

**Figura 72 – Subseção “2019” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato)**

DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA - 2019	
CAMPANHAS:	
Campanha de Inverno 2019	
Campanha de Material Escolar 2019	
Campanha de Páscoa 2019	
Campanha de Natal 2019	
RECEBIMENTO DE DOAÇÕES:	
Janeiro	
Fevereiro	
Março	
Abril	
Maio	
[...]	

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Entre os relatórios de campanha disponibilizados em forma de *link* na subseção estão os da campanha de inverno, de material escolar, de páscoa e de natal. Ao acessar o *link* “Campanha de inverno 2019” o Portal exibe um pdf com uma tabela, que pode ser observada na Figura 73.

**Figura 73 – Acesso ao *link* “Campanha de inverno 2019” na subseção “2019” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato)**

Campanha Seja Solidário neste inverno _ 2019		
Data:	Doador:	Itens Doados:
03/05/2019	Doação Anônima	188 cobertores de bebês.
09/05/2019	Ravine Gonçalves de Oliveira	5 peças de roupas ,2 toucas, 1 cachecol e meias.
10/05/2019	Casa-civil e gabinete do prefeito	6 sacos de roupas e um saco de travesseiros.
14/05/2019	Eloisa	2 cachecóis, 1 touca e 2 luvas.
[...]		

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A tabela exibe a data de doação, o nome do doador e os itens que foram doados. Ao fim do arquivo são listados os nomes das instituições beneficiadas pela campanha. É possível imprimir e salvar em pdf os arquivos disponibilizados na subseção.

### c) Subseção “2020”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que lista em forma de *links* diversos relatórios de 2020 referente as campanhas, aos recebimentos de doações e as apreensões, conforme podem ser observados na Figura 74.

**Figura 74 – Subseção “2020” da seção  
“DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato)**

DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA > 2020

**DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA - 2020**

CAMPANHAS:

Campanha de Material Escolar 2020

DOAÇÕES:

Janeiro

Fevereiro

APREENSÕES:


Janeiro

Fevereiro

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Existe apenas um relatório de campanha, em forma de *link*, disponibilizado em 2020 na subseção. O relatório é intitulado de “Campanha de Material Escolar 2020” e ao acessá-lo o Portal exibe um pdf com uma tabela, que pode ser observada na Figura 75.

**Figura 75 – Acesso ao link “Campanha de Material Escolar 2020” na subseção “2020” da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA” (extrato)**



**Planilha Registro de Recebimento de Doações de Material Escolar -2020**

	Nome: Anônimo	CPF:	Data
1	<b>Descrição:</b> 4 cadernos (pequenos com 96 folhas cada), caixa de lápis de cor (com 12), caneta azul (02) e vermelha, lápis de grafite (04), borracha e apontador.		10/01
2	<b>Nome:</b> Anônimo	<b>CPF:</b>	10/01
	<b>Descrição:</b> 07 cadernos de 96 folhas cada (03 pequenos, 03 grandes, 01 de desenho), duas caixas de lápis de cor (com 12 cada), canetinhas coloridas (03), lápis de grafite (04), borracha (02) e cola (02).		
3	<b>Nome:</b> Luis Mortari	<b>CPF:</b>	10/01
	<b>Descrição:</b> 08 cadernos grandes usados, 01 agenda usada e 29 livros didáticos		

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A tabela apresenta as seguintes informações: o nome do doador; o CPF; a data de doação; e a descrição dos itens doados. No final do arquivo são listados os nomes das instituições beneficiadas pela campanha e o total de cada item arrecadado, conforme pode ser visto na Figura 75. É possível imprimir e salvar as informações disponibilizadas na subseção.

#### 4.2.10 Seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)”

Esta seção se divide em duas subseções, apresentadas a seguir.

##### a) Subseção “Convênios”

Esta subseção apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa de informações relacionadas aos convênios recebidos ou repassados das 21 entidades listadas no Quadro 5, apresentado anteriormente. A pesquisa permite parametrizar a busca com período de vigência inicial e final, disponibilizando informações do ano de 2010 a 2020. Na Figura 76 é possível observar um extrato da página de pesquisa.

**Figura 76 – Subseção “Convênios”  
da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato)**

**Convênios**

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

**Entidade: \***  
Todas

**Categoria do convênio: \***  
- Selecione -

**Período de vigência inicial:** **Período de vigência final:**

[Consultar](#)

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa referente aos convênios repassados em janeiro de 2020, de todas as entidades, é exibida uma tabela contendo: “Convênio”; “Vigência”; “Tipo de convênio”; e “Total”.

É possível acessar um detalhamento que exibe os dados: “Situação”; “Data da situação”; “Órgão concedente”; “Beneficiário”; “CNPJ Beneficiário”; “Data da publicação”; “Repasso (R\$)”; “Contrapartida (R\$)”; “Objeto”; e “Prestação de contas” – conforme pode ser visualizado na Figura 77.

**Figura 77 – Pesquisa na subseção “Convênios”  
da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato)**

**Convênios**

[Fazer nova consulta](#)

Última atualização: 09/03/2020 20:45:38

Convênios repassados com vigência de 01/01/2020 até 31/01/2020 | Expandir todos | Imprimir | Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Categoria do convênio: Repassados | Período de vigência inicial: 01/01/2020 | Período de vigência final: 31/01/2020

Total convênio no período para a entidade: Todas			194.908.272,49
Convênio	Vigência	Tipo de convênio	Total (R\$)
47/2018	01/03/2018 à 31/12/2020	Subvenção	1.926.035,65

Situação: Em andamento  
Data da situação:  
Órgão concedente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Beneficiário: IDES CEI GIRASSOL  
CNPJ Beneficiário: 82.508.649/0001-62  
Data de publicação: 31/12/2018  
Repasso (R\$): [1.926.035,65](#)

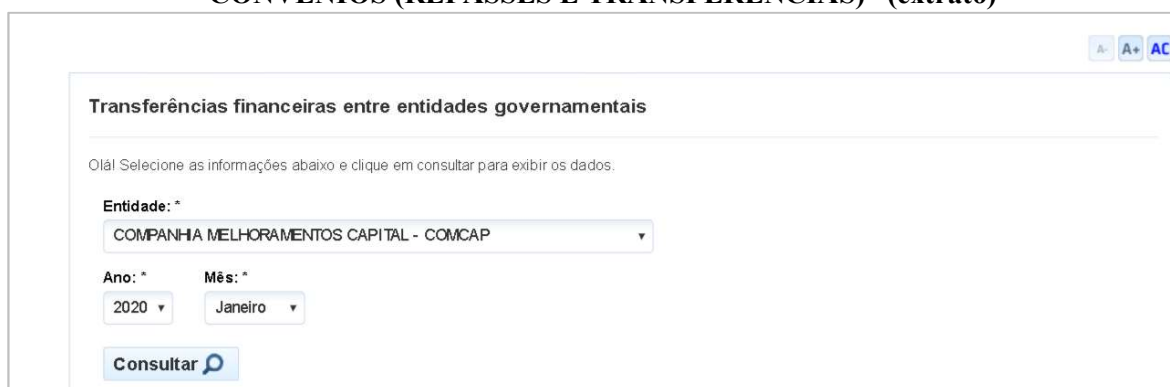
Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

As informações da pesquisa podem ser impressas ou exportadas em formatos pdf, odt, ods e csv. Assim, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

### **b) Subseção “Transferências entre entidades governamentais”**

A subseção “Transferências entre entidades governamentais” apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa de transferências realizadas das 21 entidades listadas no Quadro 5 apresentado anteriormente. A pesquisa é apenas mensal, disponibilizando informações do ano de 2003 a 2020. A subseção permite pesquisar apenas uma entidade por vez. É possível observar na Figura 78 a área de pesquisa.

**Figura 78 – Subseção “Transferências entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato)**



A imagem mostra uma interface web para pesquisa de transferências financeiras. No topo, há uma barra de ferramentas com ícones para imprimir, ampliar (A+) e cancelar (AC). O título principal é "Transferências financeiras entre entidades governamentais". Abaixo, há uma mensagem de boas-vindas: "Olá! Seleccione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados." O formulário contém um campo "Entidade:" com um menu suspenso selecionando "COMPANHIA MELHORAMENTOS CAPITAL - COMCAP". Abaixo, há campos para "Ano:" (selecionado "2020") e "Mês:" (selecionado "Janeiro"). Um botão "Consultar" com um ícone de lupa está na base do formulário.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa de transferências entre entidades governamentais referente a janeiro de 2020 da COMCAP, é exibida uma tabela contendo: “Conta”; “Concedido (R\$)”; e “Recebido (R\$)”, conforme pode ser visualizado na Figura 79.

**Figura 79 – Pesquisa na subseção “Transferências entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato)**

Transferências financeiras entre entidades governamentais

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 19:54:45

Transferências até Janeiro de 2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: COMPANHIA MELHORAMENTOS CAPITAL - COMCAP | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

COMPANHIA MELHORAMENTOS CAPITAL - COMCAP

Conta	Concedido (R\$)	Recebido (R\$)
<a href="#">TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA PREFEITURA-C...</a>	0,00	15.595.838,92
	Total concedido R\$ 0,00	Total recebido R\$ 15.595.838,92

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar o *link* “TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA PREFEITURA-COMCAP”, é possível ver o detalhamento mensal dos valores concedidos ou recebidos, conforme exposto na Figura 80.

**Figura 80 – Acesso ao *link* “TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA PREFEITURA COMCAP” na subseção “Transferências entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” (extrato)**

Transferências financeiras entre entidades governamentais

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 19:54:45

Transferências até Janeiro de 2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: COMPANHIA MELHORAMENTOS CAPITAL - COMCAP | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

COMPANHIA MELHORAMENTOS CAPITAL - COMCAP

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA PREFEITURA-COMCAP

Mês	Concedido (R\$)	Recebido (R\$)
Janeiro	0,00	15.595.838,92
Fevereiro	0,00	0,00
Março	0,00	0,00
Abril	0,00	0,00
Maior	0,00	0,00
Junho	0,00	0,00
Julho	0,00	0,00
Agosto	0,00	0,00
Setembro	0,00	0,00
Outubro	0,00	0,00
Novembro	0,00	0,00
Dezembro	0,00	0,00
	Total concedido R\$ 0,00	Total recebido R\$ 15.595.838,92

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



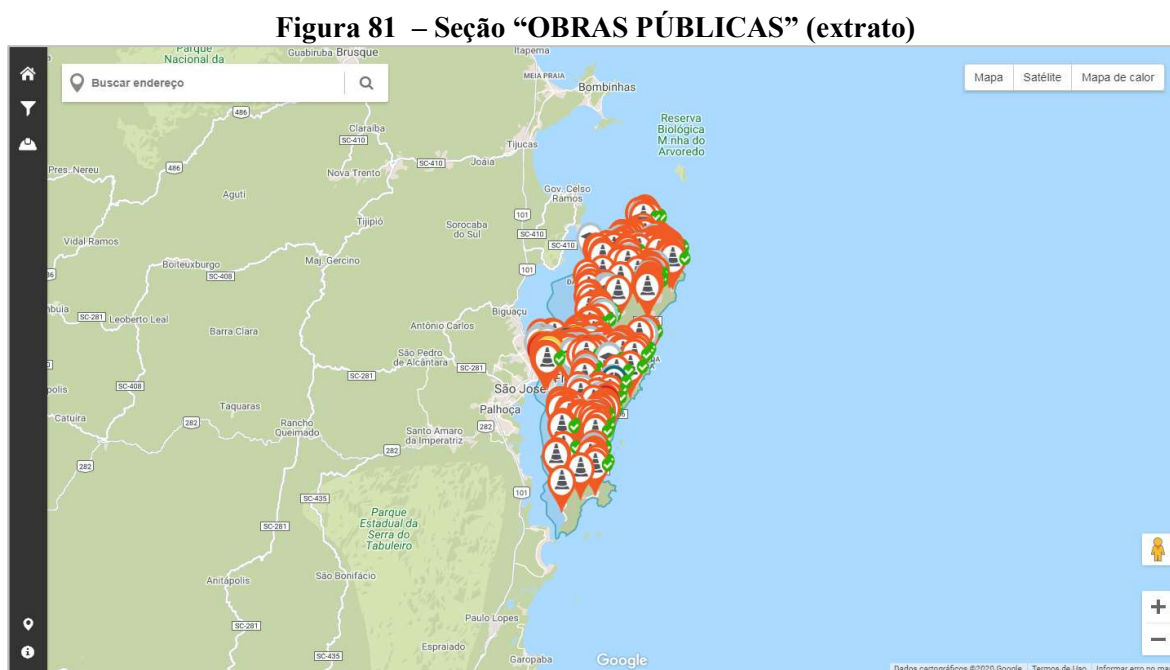
As informações da pesquisa podem ser impressas ou exportadas em formatos pdf, odt, ods e csv. Desta forma, a informação pode ser arquivada ou analisada pelo usuário de maneira mais prática em programas específicos.

#### 4.2.11 Seção “OBRAS PÚBLICAS”

Esta seção apresenta uma funcionalidade que direciona o usuário para um mapa da cidade de Florianópolis, por meio do qual é possível observar todos os pontos do município que possuem obras.

O mapa de obras, que pode ser observado na figura seguinte, é uma funcionalidade interativa, pois o usuário pode percorrê-lo e encontrar as informações da região que desejar. Além disto, possui ferramenta de busca rápida que possibilita fazer uma pesquisa por endereço.

São disponibilizados diversos pontos de obras apresentados sobre dados cartográficos (mapas) do “Google Maps/Google Earth” (“©2020 Google”), conforme pode ser observado na Figura 81.



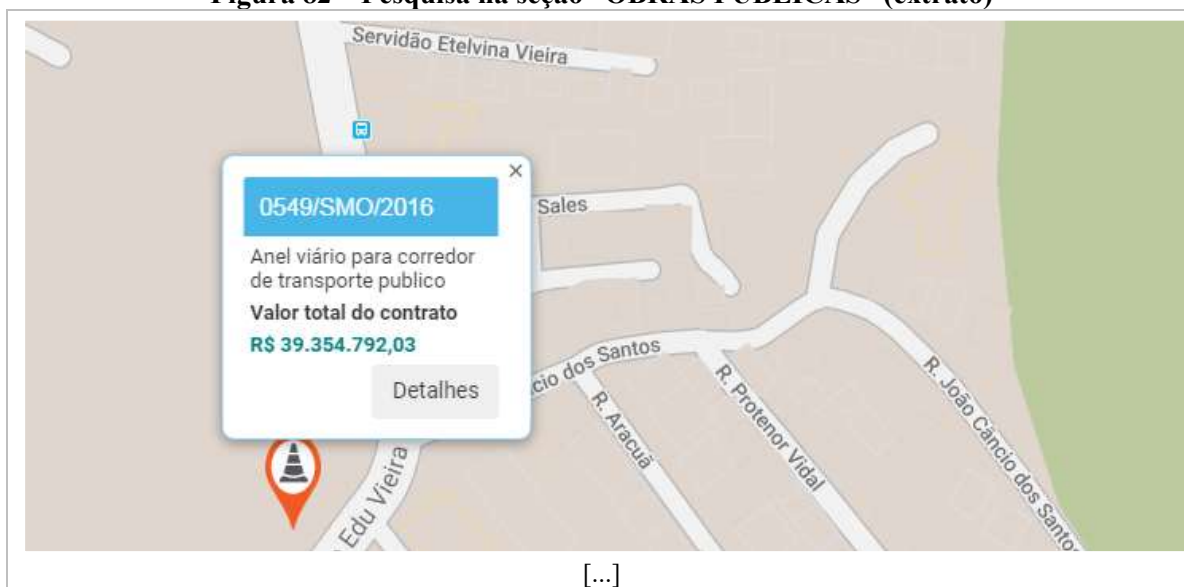
Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível notar na Figura 81 um menu lateral esquerdo composto por 3 itens superiores e dois itens inferiores. No segundo item superior, em formato de funil, é possível filtrar a busca por: período, inserindo uma data inicial e uma final; tipo de obras; bairro;

situação da obra; bem público; e contratado. No terceiro item, em formato de capacete, é possível ordenar os contratos por data, valor ou número do contrato.

Para fins de exemplificação, foi escolhida a obra do “Anel viário para corredor de transporte público” que está em execução no bairro Pantanal, conforme pode ser visualizado na Figura 82.

**Figura 82 – Pesquisa na seção “OBRAS PÚBLICAS” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar a opção “Detalhes”, é possível verificar informações mais específicas sobre a obra, conforme exposto no Quadro 10. Tais informações podem ser baixadas ou enviadas por *e-mail*.

**Quadro 10 – Detalhamento da obra “Anel viário para corredor de transporte público” da seção “OBRAS PÚBLICAS”**

INFORMAÇÕES GERAIS
Contrato: 0549/SMO/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras do Anel viário para corredor de transporte público coletivo - trecho I - segmento sul - Florianópolis/SC.
Período de execução: 30/05/2016 - 14/05/2019
Situação: Rescindido
Empresa: CONSORCIO ALVES RIBEIRO CONPESA
Setor: Secretaria Municipal da Infraestrutura
Classificação: Infraestrutura
PRAZOS DE EXECUÇÃO
(A) Dias originais: 1079
(B) Dias aditados: 0
(C) Dias paralisados: 0
(D) Dias atuais (A+B+C): 1079

*Continua...*

Continuação...

<b>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS</b>
(A) Valor inicial do contrato: R\$ 37.662.166,29
(B) Valor dos aditivos: R\$ 1.692.625,74
(C) Valor total do contrato (A+B):R\$ 39.354.792,03
(D) Valor medido - Preços iniciais: R\$ 2.573.105,40
(E) Valor medido – Reajuste: R\$ 0,00
(F) Total medido (D+E): R\$ 2.573.105,40
(G) Saldo contratual (C-D): R\$ 36.781.686,63
<b>OBRAS</b>
1 - Anel viário para corredor de transporte público coletivo - trecho I - segmento sul - Florianópolis/SC.
Fiscais da Obra: Ricardo Junckes - Engenheiro Civil - Conselho: CREA/SC 072432-2; Portaria: -
CONTRATADO:R\$ 39.354.792,03
EXECUTADO:R\$ 2.573.105,40

Fonte: Elaborado pela autora a partir de transcrições literais do PTPMF (2020c).

#### 4.2.12 Seção “DIÁRIO OFICIAL”

Esta seção apresenta uma funcionalidade que remete o usuário ao mecanismo de busca do Diário Oficial eletrônico do Município de Florianópolis, conforme pode ser visto na Figura 83.

**Figura 83 – Seção “DIÁRIO OFICIAL” (extrato)**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A funcionalidade permite pesquisar de maneira personalizada por meio da ferramenta de busca rápida ou filtrar por mês e ano. Podem-se encontrar edições desde 2009. As informações da pesquisa podem ser impressas ou salvas em formatos pdf.

#### 4.2.13 Seção “FALE CONOSCO”

Esta seção possui 6 subseções: “Fale Conosco”; “Endereço e Telefones das Unidades Administrativas”; “Sites das Unidades Administrativas”; “Ouvidoria”; “Consulte

Reivindicação”; “e-OUV - Sistema de Ouvidorias de Florianópolis/SC”; e “Disque-Denúncia (Obras)” – apresentadas a seguir.

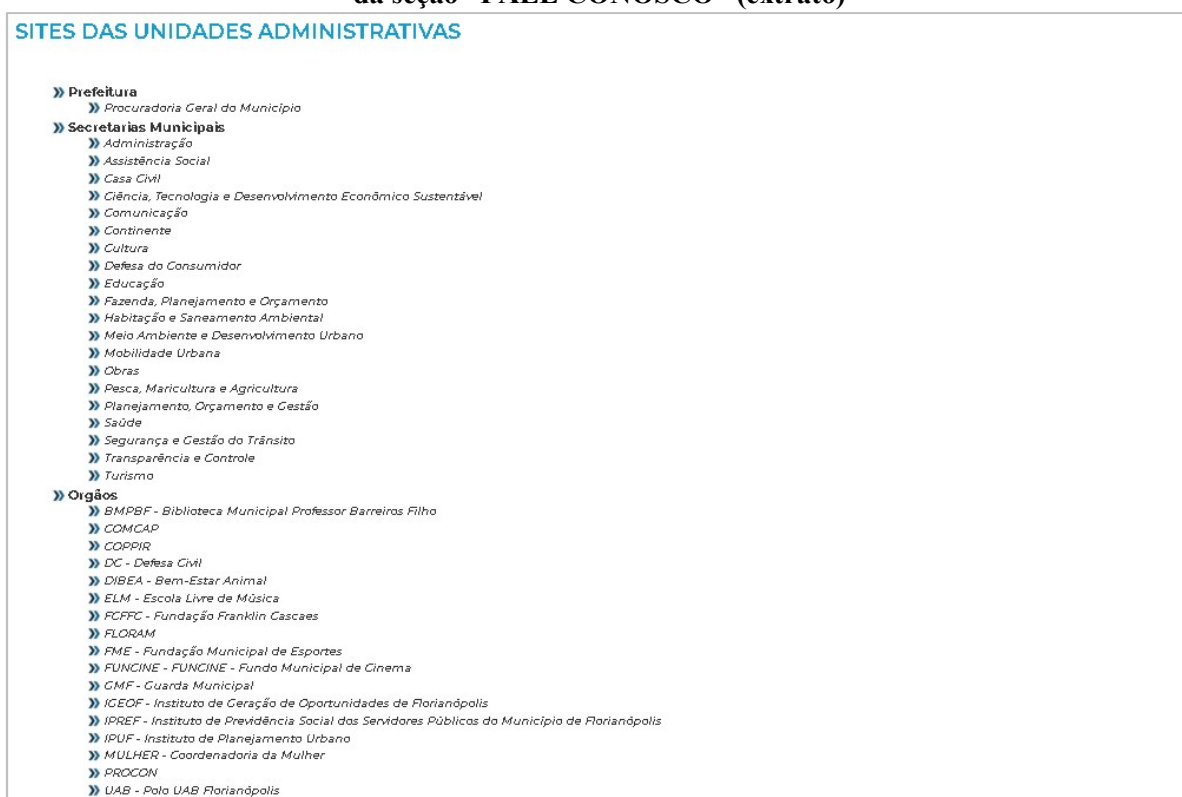
### a) Subseção “Endereço e Telefones das Unidades Administrativas”

Esta subseção corresponde à funcionalidade “TELEFONES E ENDEREÇOS”, citada anteriormente no item “4.2.3”. Os campos de pesquisa e as informações disponibilizadas pela subseção são as mesmas identificadas anteriormente.

### b) Subseção “Sites das Unidades Administrativas”

Esta subseção apresenta uma lista de *links* que direcionam os usuários para outros sítios eletrônicos, hospedados dentro do próprio sítio eletrônico da PMF, conforme pode ser observado na Figura 84.

**Figura 84 – Subseção “Sites das Unidades Administrativas” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao todo, são disponibilizados na subseção 38 *links* para os sítios eletrônicos. Os *links* são divididos em: 1 referente a Prefeitura; 20 referentes às secretarias municipais; e 17 referentes aos órgãos,

### c) Subseção “Ouvidoria”

Esta subseção possui cinco itens de funcionalidade: “HOME”; “FALE COM O OUVIDOR”; “CONSULTE REIVINDICAÇÃO PMF”; “CONSULTE REIVINDICAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA”; e “RELATÓRIOS”. A seguir, é possível observar cada um dos itens.

#### i. Item “HOME”

A “HOME” disponibiliza ao cidadão os canais: “DENÚNCIA”; “RECLAMAÇÃO”; “ELOGIO”; “SUGESTÃO”; “SOLICITAÇÃO”; “Acesso à Informação”; “CONSULTE SUA MANIFESTAÇÃO”; e “PERGUNTAS FREQUENTES”. Na Figura 85, é possível observar um extrato do item.

**Figura 85 – Subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

HOME >

**OUVIDORIA MUNICIPAL**

A **Ouvidoria Municipal** é um espaço de participação e controle social, aberto para a sociedade. Através de canais de atendimento presenciais e eletrônicos, recebe e responde manifestações como **sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias** sobre políticas e serviços públicos.

**e-Ouv**  
OUVIDORIA  
FLORIANÓPOLIS

A Lei n. 13/460/2017 estabelece que o prazo de resposta a essas manifestações do cidadão é de **até 30 dias**, prorrogáveis por mais 30, somente se houver justificativa expressa. Já os **Pedidos de Acesso à Informação** (Lei n. 12.527/2011) têm prazo de resposta de **20 dias**, prorrogáveis por mais 20, também sob justificativa. A partir das informações trazidas pelos cidadãos, a Ouvidoria pode identificar melhorias, propor mudanças, assim como apontar situações irregulares. Por exemplo, ao receber uma sugestão, a ouvidoria deve dar uma resposta, dizendo se a ideia será implantada. Para isso, faz uma análise inicial, entra em contato com a área responsável e responde, explicando o que será feito, ou justificando porque a sugestão não poderá ser aproveitada. Clique no botão abaixo conforme o tipo de manifestação desejada. **Participe! Divulgue a Ouvidoria!**

**DENÚNCIA**

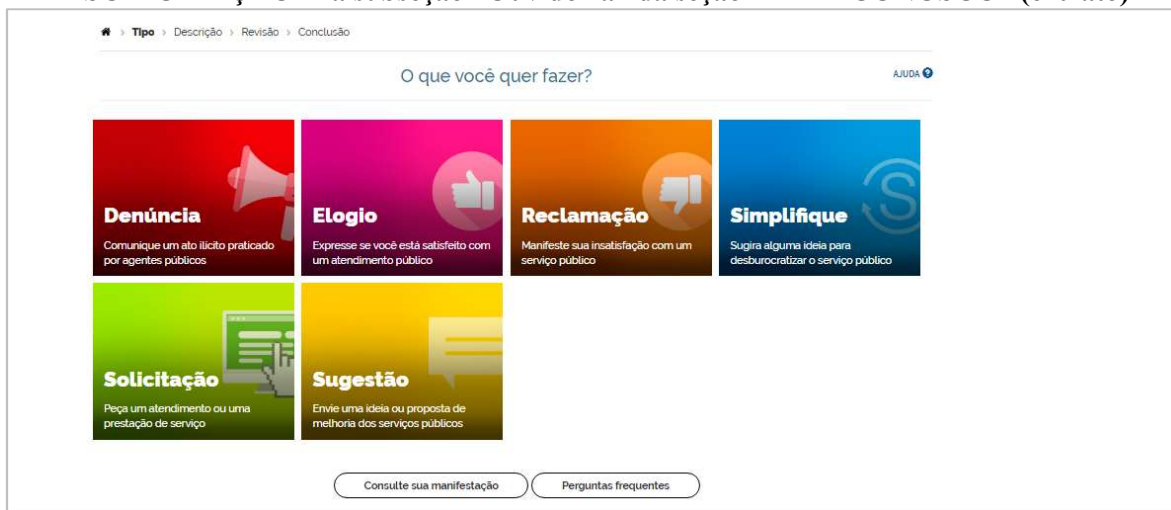
**Denúncia:** comunica a prática de irregularidade ou de ato ilegal, cuja solução dependa da atuação de órgãos apuratórios. Ainda que **anônima**, será apurada, desde que contenha indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade.

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Os canais de “DENÚNCIA”, “RECLAMAÇÃO”, “ELOGIO”, “SUGESTÃO” e “SOLICITAÇÃO”, direcionam o usuário para uma nova página onde deverá ser escolhida novamente a opção desejada, conforme pode ser visualizado na Figura 86.

**Figura 86 – Canais “DENÚNCIA”, “ELOGIO”, “RECLAMAÇÃO”, “SUGESTÃO” e “SOLICITAÇÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O canal permite ao usuário fazer uma denúncia ou reclamação de maneira anônima e solicita cadastro para fazer elogio, solicitação ou sugestão, conforme pode ser observado na Figura 87 e 88 a seguir.

**Figura 87 – Canal “DENÚNCIA” e “RECLAMAÇÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

**Figura 88 – Canal “ELOGIO”, “SOLICITAÇÃO” OU “SUGESTÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

Para continuar, escolha uma identificação

Seus dados pessoais estarão protegidos, nos termos da Lei 13.460/2017.

**Login Fala.Br**

Identificação com restrição de acesso. Insira seus dados de login e senha para continuar.

**Login**

**Senha**

[Esqueci a senha](#)

Entrar

**Login gov.br (Login único)**

Você pode criar o seu cadastro autenticado por meio do login único gov.br para ter acesso a todos os serviços públicos digitais em um só cadastro.

Entrar com gov.br



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O canal “CONSULTE SUA MANIFESTAÇÃO” apresenta uma funcionalidade que permite a consulta das manifestações registradas a partir do dia 5 de maio de 2019, informando o número do protocolo e código de acesso nos campos do lado esquerdo da página. Para acessar manifestações anteriores a 5 de maio de 2019, utiliza-se o mesmo procedimento, porém utilizando os campos do lado direito da página. Pode-se observar na Figura 89.

**Figura 89 – Canal “CONSULTE SUA MANIFESTAÇÃO” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

Consultar Manifestação

**Consultar manifestação**

Para manifestações registradas a partir do dia 05/05/2019, informe o número do protocolo e código de acesso.

**Número**

**Código de Acesso**

O código de acesso é enviado por e-mail ao solicitante quando a manifestação é registrada.

**Manifestações antigas**

Para manifestações registradas antes de 05/05/2019, informe o número do protocolo e e-mail.

**Número**

**E-mail**

Entrar

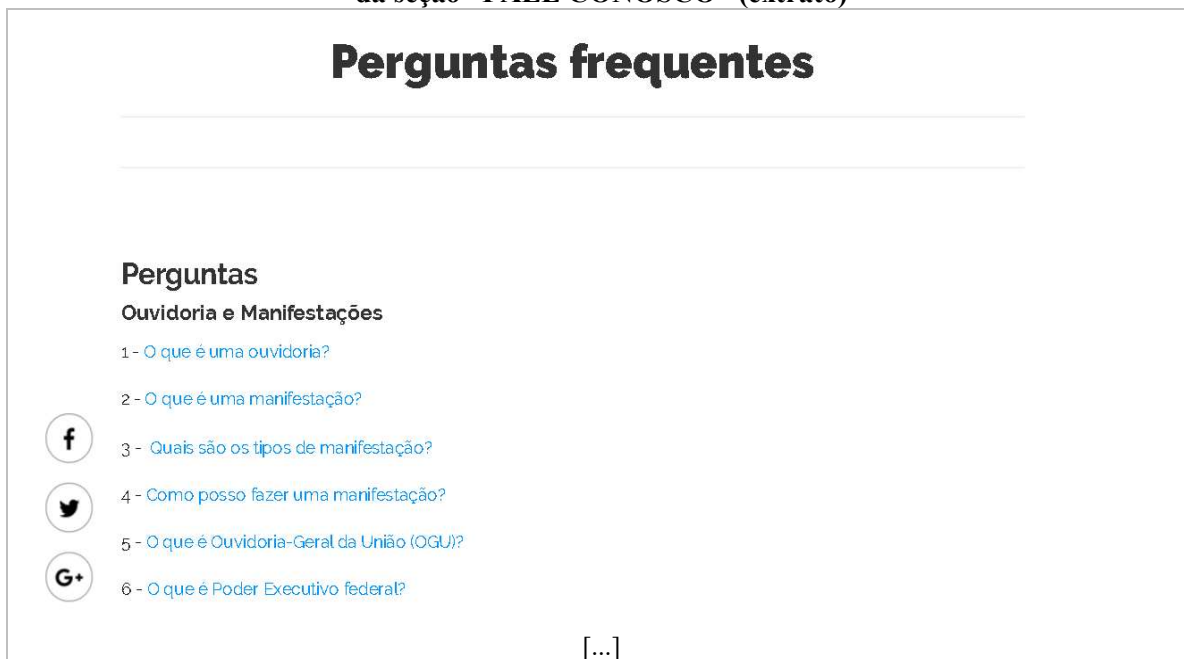
Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



O canal “PERGUNTAS FREQUENTES” disponibiliza perguntas e respostas a respeito da ouvidoria e manifestações, do sistema eletrônico e-Ouv, de denúncias, de relatórios e de relatórios e dados. O canal pode ser observado na Figura 90.

**Figura 90 – Canal “Perguntas Frequentes” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

## ii. Item “FALE COM O OUVIDOR”

Este item apresenta dois *links*, conforme pode ser visto na Figura 91. O primeiro direciona o usuário para os mesmos canais disponibilizados no item “HOME”. O segundo *link* deveria apresentar os telefones das ouvidorias, porém nada acontece ao clicar (tentar acioná-lo).



**Figura 91 – Item “FALE COM O OUVIDOR”  
na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

## FALE COM O OUVIDOR

A OUVIDORIA deve ser compreendida e utilizada como o canal de comunicação do cidadão em suas relações com a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Através da OUVIDORIA o cidadão poderá apresentar suas **sugestões, críticas, reclamações, denúncias, solicitação de informações pertinentes ao âmbito da Administração Municipal** colaborando para a melhoria dos processos de gestão, na qualidade do serviço prestado e no atendimento dos anseios da coletividade.

**Selecione uma das opções abaixo:**

**1 - Faça aqui sua solicitação, sugestão, reclamação ou elogio para Prefeitura**

**2 - Telefones das Ouvidorias**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

iii. Item “CONSULTE REIVINDICAÇÃO PMF”

Este item coincide com o canal “CONSULTA DE MANIFESTAÇÃO”, do item “HOME”, da subseção “Ouvidoria”, descrita anteriormente.

iv. Item “CONSULTE REIVINDICAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA”

Este item leva para uma página que exibe um erro, conforme pode ser visualizado na Figura 91.

**Figura 92 – Item “CONSULTE REIVINDICAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA” na subseção  
“Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

## Not Found

The requested URL /consulta\_denuncia.php was not found on this server.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

## v. Item “RELATÓRIOS”

Este item apresenta *links* de relatórios de ouvidoria referente ao ano de 2019 e aos meses de janeiro e fevereiro de 2020, conforme pode ser visualizado na Figura 93.

**Figura 93 – Item “RELATÓRIOS” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

## RELATÓRIOS

Clique para visualizar o documento.

- [Relatório de Ouvidoria 2019](#)
- [Relatório de Ouvidoria Janeiro - 2020](#)
- [Relatório de Ouvidoria Fevereiro - 2020](#)

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar o *link* “Relatório de Ouvidoria Janeiro – 2020”, um arquivo em pdf baixa automaticamente. O documento exibe uma tabela contendo as manifestações (reclamação, solicitação, denúncia, sugestão, elogio e comunicação) recebidas pelos órgãos e secretarias, conforme é possível observar na Figura 94.

**Figura 94 – Acesso ao *link* “Relatório de Ouvidoria Janeiro – 2020” do item “RELATÓRIOS” referentes à subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**



**PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS**  
TRANSPARÊNCIA, AUDITORIA E CONTROLE

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS DE 01/01/2020 A 31/01/2020

SECRETARIAS /ORÇÃO	SMF		COMCAP	SMCEJ	SME	GAPRE	SMDU			SMTM	SMS	PROCU	SMI	IPREF	SMA	SEMAS	SMC	SDCTR	SMSP			STTDE	SMCC	DEFESA CIVIL	OUV GERAL	TOTAL
	PRÓ CIDADÃO	FAZENDA					IPUF	FLORAM	SMDU										PROCON	S.P.	G.M.					
Reclamação	7	14	306	0	3	0	3	13	10	26	23	0	16	1	0	1	7	3	1	2	6	1	3	1	0	449
Solicitação	1	13	193	0	4	0	4	10	6	16	17	2	12	0	3	1	13	0	0	6	14	2	1	0	4	322
Denúncia	0	0	1	0	1	0	0	3	9	3	6	1	2	0	0	0	2	2	0	1	21	0	0	1	0	53
Sugestão	0	1	1	0	1	0	0	2	1	9	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	18
Elogio	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	7
Comunicação	4	7	37	1	25	1	3	32	29	25	48	1	11	0	0	5	9	3	1	7	45	0	6	0	1	301
<b>TOTAL RECEBIDO</b>	<b>12</b>	<b>36</b>	<b>539</b>	<b>1</b>	<b>34</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>63</b>	<b>55</b>	<b>61</b>	<b>98</b>	<b>4</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>87</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1.155</b>
<b>EM ABERTO</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>62</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>61</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>264</b>
<b>TOTAL FINALIZADO</b>	<b>12</b>	<b>34</b>	<b>339</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>98</b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>891</b>
<b>ARQUIVADAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL POR SECRETARIA</b>	<b>48</b>	<b>539</b>	<b>1</b>	<b>34</b>	<b>1</b>	<b>128</b>	<b>82</b>	<b>98</b>	<b>4</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>106</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1.155</b>					

**OUVIDORIA GERAL, 2020**

\*Informações detalhadas podem ser encontradas em <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

Rua: Conselheiro Mafra, 656 – 9º andar – sala 902, Centro - Florianópolis – SC, CEP 88.010 – 914  
Telefone: (48) 3251-6175

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

#### d) Subseção “Consulte Reivindicação”

Esta subseção coincide com o canal “CONSULTE SUA MANIFESTAÇÃO” do item “HOME”, da subseção “Ouvidoria”, exposta anteriormente na Figura 89.

#### e) Subseção “e-OUV - Sistema de Ouvidorias de Florianópolis/SC”

Esta subseção possui 2 itens de funcionalidades: “Peça a sua Informação”; e “Relatórios de Pedidos de Informações Atendidos”, conforme explicados a seguir.

##### i. Item “Peça sua informação”

Este item apresenta uma funcionalidade que direciona o usuário para a mesma página de canais “DENÚNCIA”, “ELOGIO, RECLAMAÇÃO”, “SUGESTÃO” e “SOLICITAÇÃO”, apresentados anteriormente na Figura 86.

##### ii. Item “Relatório de pedidos de informações atendidos”

Este item apresenta uma funcionalidade que disponibiliza ao usuário arquivos em pdf contendo o número de reclamações, elogios, sugestões e solicitações por órgão, conforme disposto na Figura 95.

**Figura 95 – Item “Relatório de pedidos de informações atendidos” na subseção “e-OUV - Sistema de Ouvidorias de Florianópolis/SC” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

## f) Subseção “Disque-Denúncia (Obras)”

Esta subseção direciona o usuário para uma nova página, com um menu lateral que contém 5 itens de funcionalidade: “MANCHETES”; “ÚLTIMAS NOTÍCIAS”; “CALENDÁRIO”; “EDITORIA”; e “AGENDA DE EVENTOS” – que são explicados a seguir.

### i. Item “MANCHETES”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite ao usuário acessar as manchetes referentes à Florianópolis, listadas das mais recentes para as mais antigas, conforme pode ser observado na Figura 96.

**Figura 96 – Item “MANCHETES” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ficam disponíveis no item as manchetes com fotos unidas a *links*. Os *links* das manchetes disponíveis foram testados e funcionam perfeitamente, direcionando o usuário para a página da notícia divulgada.

ii. Item “ÚLTIMAS NOTÍCIAS”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa das últimas notícias. Por meio de uma lista pré-definida o usuário pode buscar notícias sobre a PMF, as secretarias municipais, seus órgãos e eventos. É possível observar o extrato do item na Figura 97.

**Figura 97 – Item “ÚLTIMAS NOTÍCIAS” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

MANCHETES  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS  
CALENDÁRIO  
AGENDA DE EVENTOS

HOME » NOTÍCIAS E EVENTOS  
**ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

Abaixo você encontra a lista das **últimas notícias da Prefeitura**. Para consultar por Secretaria/Órgão, selecione-a(o) na lista abaixo e pressione OK.

==== Prefeitura ====

**13 MAR 2020**  
SME  
[Cursos de Libras gratuitos são promovidos pela Secretaria Municipal de Educação da Capital](#)  
Inscrições, pela internet, começam no domingo  
Publicada às: 7:56

**12 MAR 2020**  
COMCAP  
[Comcap conclui com sucesso Operação Verão 2020 neste domingo \(15\)](#)  
Coleta foi mais ágil por ser feita à noite, permitindo economia de 30% do tempo dos garis e motoristas e reduzindo impacto na mobilidade  
Publicada às: 9:52

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A fim de testar o funcionamento, fez-se uma consulta para cada item da lista “Prefeitura”. A opção “Pagina principal (Home)” não retornou informações, mas as demais consultas retornaram as seguintes informações: data da publicação; *link*; e hora da publicação. As notícias são listadas em ordem cronológica em forma de *links* que direcionam o usuário para a notícia divulgada.

iii. Item “CALENDÁRIO”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite acessar o calendário da PMF, das secretarias municipais e dos órgãos por meio de uma lista pré-definida. É possível filtrar a busca por mês e ano, conforme se observa na Figura 98.

**Figura 98 – Item “CALENDÁRIO” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

MANCHETES  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS  
CALENDÁRIO  
AGENDA DE EVENTOS

HOME > NOTÍCIAS E EVENTOS

**CALENDÁRIO**

Abaixo você encontra o **CALENDÁRIO Oficial da Prefeitura**. Para consultar por período ou por Secretaria/Órgão, selecione-a(o) abaixo e pressione OK.

EDITORIA: Todas

ENTIDADE: Todas

ASSUNTO:

PERÍODO: 13/03/2020

Ex: 00/00/0000 à 00/00/0000

OK

HOME > NOTÍCIAS E EVENTOS

**CALENDÁRIO**

Abaixo você encontra o **CALENDÁRIO Oficial da Prefeitura**. Para consultar por período ou por Secretaria/Órgão, selecione-a(o) abaixo e pressione OK.

Pagina Principal (Home) == Todos os meses == 2020

BUSCAR

Nenhum registro Encontrado.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A pesquisa realizada, utilizando como parâmetro todos os meses de 2020, não encontrou nenhum registro referente à Prefeitura, às secretarias municipais, aos órgãos e eventos elencados na lista pré-definida. Uma nova busca foi realizada mudando o parâmetro para todos os meses de 2019, porém a busca retornou informações, de fevereiro a novembro, apenas para o item “Pagina principal (Home)” da Prefeitura.

#### iv. Item “AGENDA DE EVENTOS”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita o acesso à agenda de eventos da PMF, das secretarias municipais e dos órgãos por meio de uma lista pré-definida e possibilita filtrar a busca por mês e ano, conforme pode ser observado na Figura 99.

**Figura 99 – Item “AGENDA DE EVENTOS” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

MANCHETES  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS  
CALENDÁRIO  
AGENDA DE EVENTOS

HOME > NOTÍCIAS E EVENTOS

**AGENDA DE EVENTOS**

Abaixo você encontra a lista dos **últimos eventos da Prefeitura**. Para consultar por período ou por Secretaria/Órgão, selecione-a(o) abaixo e pressione OK.

EDITORIA: Todas

ENTIDADE: Todas

ASSUNTO:

PERÍODO: 13/03/2020

Ex: 00/00/0000 à 00/00/0000

OK

HOME > NOTÍCIAS E EVENTOS

**AGENDA DE EVENTOS**

Abaixo você encontra a lista dos **últimos eventos da Prefeitura**. Para consultar por período ou por Secretaria/Órgão, selecione-a(o) abaixo e pressione OK.

Todas Entidades == Todos os Meses == 2020

BUSCAR

AÇÃO DA DIBEA PARA ATENDIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO DOS CÃES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR'S)  
12/11/2019 à 12/11/2019  
AÇÃO DA DIBEA PARA ATENDIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO DOS CÃES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (PS..)

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A pesquisa realizada, utilizando como parâmetro todos os meses de 2020, não encontrou nenhum registro referente à Prefeitura, às secretarias municipais e aos órgãos elencados na lista pré-definida. Uma nova busca foi realizada mudando o parâmetro para todos os meses de 2019, porém a busca retornou informações apenas para o item “Diretoria de Bem Estar Animal”.

#### v. Item “EDITORIA”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar notícias e eventos utilizando os filtros: “EDITORIAS”; “ENTIDADE”; “ASSUNTO”; e “PERÍODO”. Ao realizar uma busca por todas as editorias e entidades referentes ao mês de janeiro, são listadas as notícias e eventos deste período, conforme pode ser observado na Figura 100.

**Figura 100 – Item “EDITORIA” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO” (extrato)**

The screenshot displays a search interface with the following elements:

- Left Sidebar (Filters):**
  - MANCHETES
  - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
  - CALENDÁRIO
  - AGENDA DE EVENTOS
  - EDITORIA:** Dropdown menu set to 'Todas'.
  - ENTIDADE:** Dropdown menu set to 'Todas'.
  - ASSUNTO:** Text input field.
  - PERÍODO:** Date range selector set to '23/03/2020'. Example text: 'Ex: 00/00/0000 à 00/00/0000'.
  - OK button.
- Main Content Area:**
  - Header: 'HOJE > NOTÍCIAS E EVENTOS' and 'RESULTADO DA BUSCA'.
  - Filters: 'Editoria: todas' and 'Entidade: todas'.
  - Search Results:
    - Item 1:** Image of a blue bus. Date: 21 MAR 2020. Source: SMTNU. Title: ATUALIZAÇÃO: Transporte especial - SAÚDE e COMCAP. Published at: 9:55.
    - Item 2:** Image of a coronavirus particle. Date: 21 MAR 2020. Source: SMS. Title: Surto de coronavírus em cruzeiro marítimo: Navio Costa Fascinosa. Published at: 9:47.
    - Item 3:** Image of people at a shelter. Date: 21 MAR 2020. Source: SEMAS. Title: Abrigo para pessoas em situação de rua em Florianópolis aceita doações de colchões. Published at: 10:07.
  - Ellipsis button: [...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

### 4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS LIMITAÇÕES DO PTPMF

Analisando as funcionalidades do PTPMF, dispostas na seção 4.2, foi possível identificar a existência de limitações quanto ao acesso e às formas de divulgação dos dados e informações, relacionadas a seguir.

a) Indisponibilidade de formatos abertos para exportação em algumas subseções, dificultando ou impossibilitando a análise dos dados e informações em programas específicos. Esta limitação foi identificada nas subseções listadas no Quadro 11.

**Quadro 11 – Locais do Portal sem possibilidade de exportação em formatos abertos**

Localização no Portal
Subseção “Quadro Funcional” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Tabela de Vencimentos Básicos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Remuneração dos Servidores” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Administração Direta, Autarquias e Fundações” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Agentes Políticos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Balço e Responsabilidade Fiscal” da seção “CONTAS PÚBLICAS”
Subseção “Valor do lançamento de receitas tributárias” da seção “RECEITAS E DESPESAS”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

O Portal já possui ferramentas de exportação em formatos abertos em outras áreas, como por exemplo nos itens das subseções “Receitas” e “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”. São disponibilizadas as opções de exportação nos formatos: ODT (*Open Document Text*), que é um documento de texto compatível com os aplicativos de *Word*, *OpenOffice* e *LibreOffice*; e ODS (*Open Document Spreadsheet*) e CSV (*Comma-Separated Values*), que são documentos de planilhas eletrônicas compatíveis com os aplicativos de *Excel* e *LibreOffice Calc*.

b) Em diversas subseções e itens não é possível consultar por períodos (intervalos específicos), pois é disponibilizado apenas a pesquisa por mês ou por ano. Desta forma, a consulta e análise dos dados e informações são dificultadas. Esta limitação foi identificada nas subseções e itens listados no Quadro 12.



**Quadro 12 – Locais do Portal com limitação temporal na pesquisa**

<b>Localização no Portal</b>	<b>Pesquisa somente por</b>
Subseção “Licitações” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS”	Ano
Subseção “Consulta de Licitações” da seção “COVID19”	Ano
Subseção “Transferências financeiras entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)”	Mês
Subseção “Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital)” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”	Mês
Subseção “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias” da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Despesas por Credor” da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Ano
Item “Execução de Despesa” da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Execução de Programas” da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Gastos diretos por Despesas” da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Gastos diretos por favorecido”; da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Gastos diretos de Governo” da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Gastos diretos por órgão” da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Gastos diretos por órgão” da subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês
Item “Receitas” da subseção “Receitas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Mês

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

Esta situação é considerada uma limitação, pois a opção de busca mês a mês torna a pesquisa e análise dos dados e informações mais demoradas. Por exemplo, se o usuário pretende fazer uma análise da execução de despesas referentes ao ano de 2019, terá que dedicar um esforço maior, visto que será necessário fazer 12 pesquisas e importações (uma por mês) e ainda compilar (reunir e consolidar) esses dados para fazer a análise. Se fosse utilizado como padrão no portal um parâmetro de busca igual os disponíveis nos itens “Despesas com diárias e passagens” e “Relação das Despesas” (referentes à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”), que possuem data inicial e data final para consulta, a pesquisa seria muito mais rápida.

c) Limitação na exportação de dados e informações. O PTPMF somente exporta, salva ou imprime as informações que aparecem na tela de resultado da pesquisa, não sendo possível exportar os diversos níveis de desdobramentos presentes nas seções, subseções e itens.

São muitos os níveis de desdobramento referente as receitas e despesas, por exemplo, mas portal não permite exportar todas as informações com os respectivos desdobramentos. Desta forma, a limitação dificulta e até mesmo impede a análise dos dados ou informações que foram disponibilizadas em maior escala.

d) Impossibilidade de escolher data ou período para consulta em algumas subseções. Existe referência, informando o período ou data das informações disponíveis, porém não é

possível consultar informações de outras datas e períodos desejados. Esta limitação é observada nas subseções listadas no Quadro 13.

**Quadro 13 – Locais do Portal com impossibilidade de escolher data ou período para consulta**

Localização no Portal
Subseção “Quadro funcional” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Tabela de Vencimentos Básicos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Remuneração dos Servidores” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Administração Direta, Autarquias e Fundações” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Agentes Políticos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

Utilizando como exemplo a subseção “Remuneração dos Servidores”, da seção “GESTÃO DE PESSOAS”, pode-se notar que são disponibilizadas apenas as informações relativas ao mês anterior. Desta forma, se o usuário realiza uma consulta em julho de 2020, terá disponível apenas informações relativas a junho de 2020, não sendo possível verificar as remunerações de outros meses anteriores.

e) Ausência de elementos complementares para compreensão das informações divulgadas, tais como legendas, listas de siglas e/ou textos informativos complementares. Estas limitações foram encontradas nas subseções elencadas no Quadro 14.

**Quadro 14 – Locais do Portal com ausência de elementos complementares para compreensão dos dados ou informações**

Localização no Portal	Carece de:
Subseção “Tabela de Vencimentos Básicos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”	Legenda e texto complementar
Subseção “Administração Direta, Autarquias e Fundações” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”	Legenda e texto complementar
Subseção “Agentes Políticos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”	Legenda, lista de siglas e texto complementar
Subseção “Valor do lançamento de receitas tributárias” da seção “RECEITAS E DESPESAS”	Lista de siglas e texto complementar

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

A ausência de legendas, listas de siglas e/ou textos complementares é considerada uma limitação, pois dificulta ou impossibilita o entendimento das informações disponibilizadas pelo Portal para uma gama maior de usuários.

f) Ausência de referência temporal em algumas subseções, não sendo possível identificar a data ou período que se referem as informações disponibilizadas. Esta limitação foi encontrada nas subseções listadas no Quadro 15.

**Quadro 15 – Locais do Portal com ausência de referência temporal**

Localização no Portal
Subseção “Quadro funcional” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Tabela de Vencimentos Básicos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Subseção “Agentes Políticos” da seção “GESTÃO DE PESSOAS”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

g) Ausência de ferramentas de acessibilidade para pessoas com deficiência. Não foram encontrados recursos que possam auxiliar pessoas com deficiência visual a acessar as informações, como por exemplo recursos que façam leituras das informações e transformem em áudio ou que façam impressões em Braille.

A Lei n.º 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelece que (BRASIL, 2015, art. 63):

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

De acordo com a LBI, formatos acessíveis são “arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por **softwares** leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille” (BRASIL, 2015, art. 68, § 2º, grifo do autor).

h) Ausência de ferramenta de alto contraste nas seções, subseções e itens listados no Quadro 16.

**Quadro 16 – Locais do Portal com ausência de ferramenta de alto contraste**

Localização no Portal
“HOME”
Seção “TELEFONES E ENDEREÇOS”
Seção “DIÁRIO OFICIAL”
Em todas as subseções da seção “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA”
Em todas as subseções da seção “GESTÃO DE PESSOAS”
Em todas as subseções da seção “CONTAS PÚBLICAS”
Em todas as subseções da seção “DOAÇÕES E APREENSÕES SOMAR FLORIPA”
Subseção “Sistema de Pregão Eletrônico” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS”
Subseção “Endereços e Telefones das Unidades Administrativas” da seção “FALE CONOSCO”
Subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO”
Subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO”
Subseção “Impressão Editais” da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS”
Em todas as subseções listadas anteriormente no Quadro 9 da seção “LICITAÇÕES E CONTRATOS”
Item “Relação de despesas” da subseção “Despesas”, da Seção “RECEITAS E DESPESAS”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

Pode-se notar que a ausência de alto contraste na página é uma limitação, pois restringe o acesso de pessoas com baixa visão, visto que estas necessitam da ferramenta para conseguirem visualizar tais informações no Portal. Recursos de acessibilidade em sítios eletrônicos são exigidos pela já citada LBI, que inclusive estabelece os formatos acessíveis, incluindo a permissão de diferentes tipos de contrastes (BRASIL, 2015, art. 68).

i) Nome de subseção que não condiz com a função que seu nome sugere. A subseção com o nome “Disque-Denúncia (Obras)”, deveria possibilitar a abertura de uma denúncia relativa as obras. Porém, ao acessá-la, o usuário é direcionado para uma página com outra função. Esta outra página exhibe na verdade, manchetes, últimas notícias, calendário e agenda de eventos, função bem diferente da proposta pelo nome da subseção em questão.

j) O Portal não possui um campo de busca rápida para pesquisas com palavras-chaves. A LAI exige que os portais de transparência tenham “ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, 2011b, art. 8, § 3º, I). A ausência desta ferramenta dificulta a pesquisa do usuário, que precisa procurar por todo o Portal a informação desejada.

k) Informação desatualizada no item “Contas correntes bancárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”. A LAI exige que se mantenham “atualizadas as informações disponíveis para acesso” (BRASIL, 2011b, art. 8, § 3º, VI). As contas correntes bancárias das entidades foram divulgadas pela última vez, conforme listado no Quadro 17.

**Quadro 17 – Entidades com informação desatualizada sobre movimentação de contas correntes bancárias**

Entidade	Última divulgação da movimentação de contas correntes bancárias
Autorquia de Melhoramentos da Capital (COMCAP)	Setembro de 2019
Fundo Municipal de Cinema (FUNCINE)	Março de 2019
Fundação Cultural Florianópolis Franklin Cascaes	Setembro de 2019
Fundação Meio Ambiente Florianópolis	Setembro de 2019
Fundação Municipal Esportes Florianópolis	Setembro de 2019
Fundo Financeiro Previdência Social do Município de Florianópolis	Não é possível fazer pesquisa para esta entidade
Fundo Municipal Assistência Social Florianópolis	Setembro de 2019
Fundo Municipal Criança/Adolescente Florianópolis	Setembro de 2019
Fundo Municipal de Inovação Florianópolis	Setembro de 2019
Fundo Municipal de Turismo Florianópolis	Setembro de 2019
Fundo Municipal do Idoso Florianópolis	Janeiro de 2019
Fundo Municipal Emergência Defesa Civil Florianópolis	Mai de 2019
Fundo Municipal Geração Oportunidade Florianópolis (FUNGEOF)	Agosto de 2019
Fundo Municipal Integração Social Florianópolis	Agosto de 2019

*Continua...*

Continuação...

<b>Entidade</b>	<b>Última divulgação da movimentação de contas correntes bancárias</b>
Fundo Municipal Saneamento Básico Florianópolis	Agosto de 2019
Fundo Municipal Saúde Florianópolis	Setembro de 2019
Fundo Previdenciário Município de Florianópolis	Não é possível fazer pesquisa para esta entidade
Instituto Previdência Social dos Servidor Públicos do Município Florianópolis	Setembro de 2019
Instituto Geração Oportunidades Florianópolis (IGEOP)	Setembro de 2019
Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF)	Não é possível fazer pesquisa para esta entidade
Prefeitura Municipal de Florianópolis	Setembro de 2019

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

l) Impossibilidade de busca de informações referentes às movimentações de contas correntes bancárias nas entidades “Fundo Financeiro Previdência Social do Município de Florianópolis”, “Fundo Previdenciário Município de Florianópolis” e “Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF)”, conforme pode ser observado no Quadro 17, exposto anteriormente.

Ao selecionar estas entidades na lista pré-definida disponibilizada pelo item, os parâmetros de busca somem, impossibilitando a realização da pesquisa. Não é possível identificar se não existem contas correntes bancárias para essas entidades ou se é um erro no Portal.

m) O item “Transferências voluntárias”, referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”, apesar de possuir um parâmetro de busca com data inicial e final, não permite fazer uma pesquisa com período superior a um ano. Desta forma a consulta fica limitada a um ano por vez, aumentando o tempo necessário para pesquisa e dificultando a análise das informações, visto que se for de interesse do usuário realizar uma análise comparativa de vários anos, precisará pesquisar e exportar um ano por vez e depois compilar todos os dados.

n) Algumas pesquisas não retornam informações. O Portal não deixa claro em algumas ocasiões se as informações são inexistentes, pela não ocorrência ou se as informações ainda não foram disponibilizadas no Portal. Os locais em que esta situação ocorreu seguem listado no Quadro 18.

**Quadro 18 – Locais do Portal que não retornam informações da pesquisa**

Localização no Portal
Subseção “Transferências voluntárias” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”.
Item “MANCHETES” referente à subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO”
Item “CALENDÁRIO” referente à subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO”
Item “AGENDA DE EVENTOS” referente à subseção “Disque-Denúncia (Obras)” da seção “FALE CONOSCO”
Item “Empenhos a pagar por ordem cronológica” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”
<i>Link</i> “Telefones das Ouvidorias” do item “FALE COM O OUVIDOR” referente à subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO”
<i>Link</i> “786/2014” da pesquisa realizada no item “Relação das Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

o) Foram encontrados alguns erros de escrita e desatualização ortográfica no Portal, que representam limitação formal. Por exemplo, a subseção “Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias” da seção “RECEITAS E DESPESAS” está com termos desatualizados conforme o atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras (ABL), pois a palavra extraorçamentário(a) deixou de ter hífen e passou a ser unida, pois não se utiliza hífen em palavras que iniciam com vogal diferente da do prefixo (NOVO, 2009).

Outros erros de escrita se encontram na acentuação de palavras ou erros de digitação. Os locais em que estas situações ocorreram seguem listados no Quadro 19.

**Quadro 19 – Locais do Portal que possuem erros de escrita**

Localização no Portal	Situação	Descrição
Item “CALENDÁRIO” referentes a seção “FALE CONOSCO” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)”	Falta de acentuação	Na lista pré-definida para buscas, consta a opção “Página principal (Home)”, com a palavra página sem acento.
Item “ÚLTIMAS NOTÍCIAS” referentes a seção “FALE CONOSCO” da subseção “Disque-Denúncia (Obras)”		
Subseção “Consulta de Receitas” da seção “COVID19”	Falta de acentuação	Na tabela exibida nas pesquisas realizadas na subseção consta a coluna “Órgão concedente”, com a palavra órgão sem acento
Subseção “Dispensas de Licitação na Íntegra”	Erro de digitação	Na tabela exibida nas pesquisas realizadas na subseção constam as colunas “Data de Assinatura Instrumento Contratual” e “Instrumento Contratual”, com a palavra instrumento faltando a letra “r”.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PTPMF (2020c).

p) Texto inicial de apresentação da subseção “Tabela de Vencimentos Básicos”, da seção “GESTÃO DE PESSOAS”, não condiz com as informações divulgadas. O texto indica que é possível obter informações sobre a ocupação das vagas dos cargos em comissão, funções gratificadas, comissões e de estágio. Todavia, os arquivos apresentados não tratam de

ocupações de vagas, mas de referências salariais. As informações de ocupação de vagas constam na subseção anterior, denominada “Quadro funcional”.

q) Página inexistente. O Item “CONSULTE REIVINDICAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA” na subseção “Ouvidoria” da seção “FALE CONOSCO” direciona o usuário para uma página inexistente.

r) Restrição na busca. A área de busca da subseção “Transferências entre entidades governamentais” da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)” e do item “Contas correntes bancárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” não permite pesquisar dados e informações de todas as entidades de forma conjunta.

As áreas de busca citadas permitem ao usuário pesquisar apenas as informações relativas a uma entidade por vez. Caso o usuário pretenda utilizar as informações relativas as 21 entidades, precisará pesquisar e exportar uma entidade por vez e depois compilar todos os dados. Desta forma, a situação considera-se uma limitação, pois a forma de coleta de dados e informações disponibilizada dificulta a análise, visto que demanda mais tempo do usuário.

#### 4.4 PROPOSTAS PARA APRIMORAMENTO DO PTPMF

Nesta seção, são apresentadas propostas de aprimoramento do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), visando contribuir com o seu futuro aperfeiçoamento por parte da Prefeitura. As propostas são apresentadas na forma de sugestões, que abrangem tanto aspectos de conteúdo quanto de forma de apresentação de dados e informações no Portal. As sugestões apontam ações objetivas para eliminar limitações e incorporar novas funcionalidades ao Portal.

Como parte da Abordagem Sistemática para Avaliação dos Portais de Transparência (ASAPoT), exposta no Capítulo 3, as sugestões tem como base: a correção de limitações apontadas na seção anterior; o cumprimento das normas aplicáveis; a incorporação de boas práticas já empregadas por outros portais de entes públicos; e a percepção subjetiva de navegação desta autora, visando melhorar a experiência dos usuários.

Seguem as propostas para aprimoramento do Portal:

a) Utilizar recursos gráficos para tornar as informações mais interativas, atrativas e autoexplicativas. Apesar de não serem recursos obrigatórios (exigidos em normas), tornariam o Portal mais interessante para os usuários. Exemplos de recursos a serem criados: gráficos interativos para comparar a execução de receitas e de despesas ao longo dos anos; e índices

diversos, como nível de satisfação dos usuários, tempo de espera dos atendimentos às solicitações de informações, e da apuração das denúncias realizadas no Portal.

b) Fornecer ferramentas de auxílio para pessoas com deficiência. Pode-se citar como exemplo a disponibilização de alto contraste para toda a página e não somente para algumas áreas de pesquisa, ferramenta que traduza as informações da página para língua brasileira de sinais e recursos que executem leitura em voz alta e que façam impressões em Braille para deficientes visuais, em atendimento à Lei n.º 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

c) Disponibilizar séries históricas para que o usuário consiga fazer análise e comparações dos dados e informações ao longo do tempo. Deve-se fornecer períodos maiores para pesquisa ao invés de possibilitar a consulta apenas por mês ou somente por ano. O mais apropriado seria um parâmetro de busca com data inicial e data final para a pesquisa nas subseções e itens descritos nos Quadros 12 e 13, dando mais flexibilidade para a consulta do usuário.

d) Permitir a exportação de todos os dados e informações em formatos abertos para análise em programas específicos nas subseções listadas no Quadro 11. Isto daria melhor cumprimento à LAI, que prevê que os sítios eletrônicos devem “possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações” (BRASIL, 2011b, art. 8º, § 3º, II). Além da expansão de permissão do recurso de exportação para outras áreas, seria necessário que os dados e informações exportados incluíssem todos os desdobramentos, e não somente as informações que aparecem na tela de resultado da pesquisa, conforme ocorre nas áreas do Portal que já possuem recurso de exportação atualmente.

e) Desenvolver um campo de busca rápida que facilite a pesquisa de assuntos específicos, tornando a busca mais ágil e objetiva. Isto daria cumprimento à LAI, que prevê que os sítios eletrônicos devem conter este tipo de ferramenta de pesquisa de conteúdo (BRASIL, 2011b, art. 8º, § 3º, I).

f) Disponibilizar a subseção de denúncia de obras, visto que a subseção que contém este nome na verdade não se destina a este assunto, conforme explicado no item “i” da seção 4.3, de identificação das limitações do PTPMF. A disponibilização desta subseção é importante, visto que seria um canal por meio do qual o cidadão poderia denunciar obras irregulares que afetem seu imóvel ou causem algum dano ambiental, como construções em áreas de preservação, por exemplo.



g) Inclusão de legendas, lista de siglas e textos informativos nas seções descritas no Quadro 14, visando complementar ou possibilitar a compreensão dos dados divulgados em tabelas e quadros.

h) Disponibilizar um vídeo explicativo, com orientações sobre o PTPMF, elucidando as formas de acesso, recursos facilitadores e tipos de dados e informações disponíveis. Isto instruiria os usuários sobre como consultar as informações disponíveis, além de estimular as buscas. Esta é apenas uma sugestão, que visa auxiliar o usuário a realizar pesquisas no Portal. Esta ideia também foi proposta para os portais estudados por Manoel (2010), Lopes e Platt Neto (2015) e Santos (2018).

i) Exibir mensagem clara quando a pesquisa não retorna nenhuma informação, indicando o motivo da ausência. Isto visa não deixar o usuário em dúvidas se não existem dados ou se ainda não foram disponibilizados. Por exemplo, se o saldo de transferências voluntárias é zero, a pesquisa deve retornar que não houve transferências voluntárias no período consultado, ao invés de mostrar “Esta consulta específica não retornou informações”. Entende-se importante deixar claro para não permanecer qualquer dúvida desta natureza.

j) Manter atualizadas as informações do item “Contas correntes bancárias”, referente à subseção “Receitas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”. Isto daria cumprimento à LAI, que estabelece o dever de manter atualizadas todas as informações disponíveis para acesso (BRASIL, 2011b, art. 8º, § 3º, VI).

k) Necessidade de correção ortográfica no Portal, devido a erros de digitação e desatualizações. Como exemplo, indica-se as palavras e títulos listados no item “o” da seção 4.3, que precisam de acentuação, correção ou atualização conforme o novo acordo ortográfico.

l) Uma sugestão para a subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”, é disponibilizar os comprovantes e notas fiscais por meio de *links* que direcionem o usuário para o documento digitalizado ou para a nota fiscal eletrônica. Desta forma, além de demonstrar a despesa, a seção comprovaria a sua existência. Esta sugestão foi proposta por Silva (2010) para implementação no portal do Senado Federal, em 2010.

m) Correção do texto inicial de apresentação da subseção “Tabela de Vencimentos Básicos”, da seção “GESTÃO DE PESSOAS”, pois não condiz com as informações divulgadas. Entende-se ser necessário introduzir, mesmo que de maneira breve, quais informações são disponibilizadas na subseção.

n) Permitir a observação ampla dos dados e informações na subseção “Remuneração dos Servidores”, da seção “GESTÃO DE PESSOAS”, e não somente de forma individualizada

(por servidor). Esta mudança permitiria observar os valores de maneira geral e tornar as pesquisas e coletas de dados mais ágeis.

o) Modificar a forma de pesquisa no item “Suprimentos de fundos”, na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”. Permitir que a pesquisa referente a adiantamento de despesas, gastos com cartão corporativo e outros suprimentos de fundos sejam feitas de forma separada, ao invés de demonstrar apenas o total englobando todas elas. Esta mudança permitiria observar os valores de maneira individual, de modo a saber o valor gasto com cada item.

p) Modificar a forma de pesquisa no item “Receitas”, na subseção “RECEITAS” da seção “RECEITAS E DESPESAS”. Esta modificação permitiria que ao usuário escolher os tipos de receitas que deseja consultar. Para isso, poderia ser criada uma lista pré-definida com os tipos de receitas.

q) Disponibilizar um glossário com termos utilizados no Portal, como recurso (seção) para que o usuário consiga entender as informações de forma completa. Pode-se citar como exemplo o Portal da Transparência do Município de Sapucaia do Sul – RS (PTMSS), estudado por Santos (2018), que possui este recurso à disposição dos usuários, permitindo a navegação por meio da seleção das letras do alfabeto. Além dos termos dispostos em ordem alfabética, o PTPMF poderia permitir que a pesquisa de termos seja efetuada por um campo de busca, para agilizar a consulta. Outra possibilidade para esta seção, é permitir que o usuário envie sugestões de termos encontrados no Portal e que ainda não constem no glossário.

r) Disponibilizar informações sobre o orçamento público diretamente no PTPMF. Essas informações estão contidas apenas no Portal Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, mas não é fácil localizá-las, pois o acesso não é intuitivo. A sugestão é criar uma seção de orçamento no PTPMF para disponibilizar, de forma facilitada, o orçamento e as leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e o Plano Plurianual (PPA).

s) Permitir que sejam pesquisadas no Portal informações sobre os restos a pagar. Poderia, por exemplo, ser criado um item na subseção “Despesas”, da seção “RECEITAS E DESPESAS”, para implementar a consulta de restos a pagar. As informações poderiam ser disponibilizadas com a opção de pesquisar valores por entidade, órgãos, credores, projetos e atividades. Outra opção de filtro, que pode ser disponibilizada, é sobre a fase dos restos a pagar, tais como: processados, não processados; anulados; liquidados; e pagos.

t) Disponibilizar um recurso que realize ajuste monetário, no que se refere aos dados dispostos em séries históricas, visando diminuir distorções causadas pela inflação nas análises

de evoluções. A sugestão é que seja incorporada nova funcionalidade para disponibilizar aos usuários alguns índices de preços, para que optem pelo que desejarem. Este tipo de aprimoramento também foi sugerido por Silva (2010), para o Portal da Transparência do Senado Federal (PTSF), e por Manoel (2010), para o Portal da Transparência do Governo Federal (PTGF).

u) Desenvolver informativos sobre atualizações e alterações promovidas no Portal. A sugestão é que o usuário possa realizar o cadastro voluntariamente no Portal, fornecendo um endereço de e-mail caso opte por receber informativos. Esta proposta foi apresentada por Lopes e Platt Neto (2015) para o Portal da Transparência do Município de Balneário Camboriú (PTMBC).

v) Desenvolver uma seção para que o usuário possa consultar informações sobre o consumo de itens de almoxarifado. A ideia é que sejam divulgados os valores e quantidades por órgãos e entidades, de maneira que fique evidenciado o saldo inicial, o consumo mensal, o saldo final e média de consumo. Estas informações já constam como funcionalidade no Portal da Transparência do Senado Federal, analisado por Silva (2010) e por Moraes (2015). A implementação de recurso similar no PTPMF é apenas uma proposta para aprimoramento, pois sua ausência não representa uma limitação no Portal.

x) Desenvolver uma seção para consulta de bens patrimoniais. A ideia é que sejam divulgados a quantidade e o valor de cada bem, por órgãos e entidades. Estas informações já constam como funcionalidade no Portal da Transparência do Senado Federal, analisado por Silva (2010) e por Moraes (2015). O desenvolvimento deste espaço no PTPMF é apenas uma proposta de aprimoramento, pois a ausência do mesmo não é considerada uma limitação no Portal.

w) Corrigir o Item “CONSULTE REIVINDICAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA” na subseção “Ouvidoria”, da seção “FALE CONOSCO” que direciona o usuário para uma página inexistente.

y) Permitir busca por todas as entidades de forma conjunta na área de busca da subseção “Transferências entre entidades governamentais”, da seção “CONVÊNIOS (REPASSES E TRANSFERÊNCIAS)”, e do item “Contas correntes bancárias” referente à subseção “Receitas” da seção “RECEITAS E DESPESAS”.

## 4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção visa comparar os resultados da análise de dados deste Trabalho com estudos anteriores apresentados na seção 2.3, do capítulo de Fundamentação Teórica, abrangendo pesquisas similares em abordagem e em relação ao tema central.

O Quadro 1 apresentou algumas pesquisas consideradas similares em abordagem:

- 1) Allegretti e Platt Neto (2010), sobre o Portal da Transparência do Rio Grande do Sul;
- 2) Silva (2010), sobre o Portal da Transparência do Senado Federal;
- 3) Manoel (2010), sobre o Portal da Transparência do Governo Federal;
- 4) Santana (2014), sobre o Portal da Transparência da Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- 5) Sebastião (2014), sobre o Portal da Transparência do Estado de São Paulo;
- 6) Lopes e Platt Neto (2015), sobre o Portal da Transparência do Município de Balneário Camboriú – SC;
- 7) Moraes (2015), sobre o Portal da Transparência do Senado Federal; e
- 8) Santos (2018), sobre o Portal da Transparência do Município de Sapucaia do Sul – RS.

Diante dos resultados apurados com a análise de dados deste capítulo, é possível voltar a mencionar algumas daquelas pesquisas, com vistas a apontar as possíveis relações e contribuições deste estudo.

As comparações realizadas entre as funcionalidades identificadas no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF) e as encontradas nos trabalhos similares em abordagem revelam as seguintes similaridades:

a) Áreas de pesquisa que permitem realizar consultas sobre as receitas. Esta funcionalidade foi uma das mais comuns, pois foram encontradas na maioria das pesquisas: Allegretti e Platt Neto (2010); Manoel (2010); Sebastião (2014); Lopes e Platt Neto (2015); e Santos (2018).

b) Áreas de pesquisa que permitem realizar consultas sobre as despesas. Esta funcionalidade também ficou entre as mais comuns, pois foram encontradas na maioria das pesquisas: Allegretti e Platt Neto (2010); Manoel (2010); Sebastião (2014); Lopes e Platt Neto (2015); e Santos (2018).

c) Área que possibilite ao usuário pesquisar num único local informações sobre telefones, *e-mails*, horários de funcionamento e endereços de unidades administrativas, como

secretarias e órgãos. Esta funcionalidade foi encontrada apenas na pesquisa realizada por Santos (2018).

d) Área que disponibilize informações sobre o portal e sua finalidade. Esta funcionalidade foi encontrada nas pesquisas de Allegretti e Platt Neto (2010), Silva (2010), Sebastião (2014), Santana (2014), Moraes (2015) e Santos (2018).

e) Área que disponibilize as dúvidas mais frequentes dos usuários, com perguntas e respostas, para que usuário elucide questionamentos mais comuns. Esta funcionalidade foi encontrada nas pesquisas de Allegretti e Platt Neto (2010), Manoel (2010), Santana (2014), Sebastião (2014), Moraes (2015) e Santos (2018).

f) Área relacionada a gestão de pessoas, também conhecida como recursos humanos (RH), que permita pesquisar informações a respeito de cargos ocupados e verbas recebidas. Esta funcionalidade foi a uma das mais comuns entre as pesquisas, pois foi encontrada em todos os portais com exceção do estudado por Santana (2014).

g) Área que permita que o usuário realize buscas de informações relacionadas à suprimimento de fundos. Esta funcionalidade foi encontrada apenas nas pesquisas de Silva (2010) e Moraes (2015).

h) Área de pesquisa que disponibilize informações relativo as licitações realizadas e aos contratos firmados. Esta funcionalidade foi uma das mais comuns entre as pesquisas, pois foi encontrada em todos os portais com exceção do estudado por Santana (2014).

i) Área que disponibilize os balanços, demonstrativos e relatórios, como por exemplo, os referentes aos anexos da Lei n.º 4.320/1964, Relatórios de Gestão Fiscal, balancetes mensais e anexos orçamentários. Esta funcionalidade foi encontrada nas pesquisas de Allegretti e Platt Neto (2010), Silva (2010), Sebastião (2014), Lopes e Platt Neto (2015), Moraes (2015) e Santos (2018).

j) Área que permita que o usuário pesquise informações relacionadas aos convênios recebidos ou repassados. Esta funcionalidade só foi encontrada nas pesquisas de Allegretti e Platt Neto (2010), Manoel (2010) e Sebastião (2014).

k) Área que permita a pesquisa de informações sobre transferências financeiras realizadas. Esta funcionalidade foi encontrada nas pesquisas de Allegretti e Platt Neto (2010), Manoel (2010) e Sebastião (2014).

l) Área que possibilite ao cidadão fazer solicitações, reclamações, elogios, sugestões e denúncias. Estas áreas, muitas vezes, são conhecidas como “Fale Conosco” ou estão associadas à “Ouvidoria”. Esta funcionalidade foi encontrada nas pesquisas de Allegretti e Platt Neto (2010), Manoel (2010), Sebastião (2014), Moraes (2015) e Santos (2018).

m) Área que possibilite pesquisar informações sobre obras públicas e/ou ações e empreendimentos públicos, que estejam em andamento ou finalizados. Esta funcionalidade foi encontrada apenas na pesquisa de Santana (2014).

n) Área que permita ao usuário acessar as edições do Diário Oficial do ente em meio eletrônico. Esta funcionalidade foi encontrada apenas na pesquisa realizada por Lopes e Platt Neto (2015).

No Quadro 20, é possível observar de maneira sintetizada a análise comparativa das funcionalidades encontradas no PTPMF e dos portais das pesquisas anteriores similares em abordagem.

**Quadro 20 – Síntese das funcionalidades encontradas na análise comparativa entre o PTPMF e as pesquisas similares em abordagem**

Funcionalidades do PTPMF	Allegretti e Platt Neto (2010)	Silva (2010)	Manoel (2010)	Santana (2014)	Sebastião (2014)	Lopes e Platt Neto (2015)	Moraes (2015)	Santos (2018)
Telefones e endereços								X
Informações sobre o Portal e sua finalidade	X	X		X	X		X	X
Perguntas e respostas	X		X	X	X		X	X
Gestão de pessoas /RH	X	X	X		X	X	X	X
Receita	X		X		X	X		X
Despesa	X		X		X	X		X
Suprimento de fundos		X					X	
Licitações e contratos	X	X	X		X	X	X	X
Balanco e contas públicas (Relatórios de Gestão Fiscal e outros)	X	X			X	X	X	X
Convênios	X		X		X			
Transferências financeiras	X		X		X			
Fale conosco/ Ouvidoria	X		X		X		X	X
Obras públicas/Ações e empreendimentos				X				
Diário Oficial						X		

Legenda: “X” refere-se a possuir funcionalidade similar à disponível no PTPMF.

Obs.: Estas informações são resultado de observações do passado. Os portais não ficam limitados a esta análise, visto que passam por mudanças ao longo do tempo, incorporam, perdem e alteram suas funcionalidades. Neste sentido, cabe ressaltar que esta análise foi realizada com base nas identificações relatadas pelos autores citados, sem que fosse realizada uma checagem direta dos portais estudados por eles.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise comparativa das pesquisas semelhantes em abordagem.

O Quadro 20 torna mais fácil a visualização das similaridades entre as funcionalidades encontradas no PTPMF e nos portais estudados anteriormente por outros autores.

As comparações realizadas entre as limitações encontradas no PTPMF e as descritas nos trabalhos anteriores, similares em abordagem, revelam as seguintes similaridades entre os portais:

a) Inexistência de recursos para auxiliar o acesso de pessoas com deficiência aos dados e informações disponíveis. Esta limitação também foi apontada nas pesquisas de Santana (2014), Sebastião (2014) e Moraes (2015).

b) Ausência de recurso de conversão dos dados e informações em formatos abertos para auxiliar o usuário na análise em programas específicos. Esta limitação aparece nas pesquisas de Manoel (2010), Santana (2014), Lopes e Platt Neto (2015) e Santos (2018), que retratam a impossibilidade de conversão dos dados para planilhas eletrônicas.

c) Ausência de séries históricas que possibilitem a análise do comportamento dos dados e informações ao longo do tempo. Esta limitação também ocorreu nos portais estudados por Allegretti e Platt Neto (2010), Manoel (2010), Sebastião (2014) e Lopes e Platt Neto (2015).

d) Ausência de campo de busca rápida para que o usuário faça pesquisa por palavras-chaves. Esta limitação também foi identificada pela pesquisa de Sebastião (2014), Santana (2014), Moraes (2015) e Lopes e Platt Neto (2015).

e) Ausência de legendas, listas de siglas e/ou textos informativos complementares para auxiliar no entendimento de informações divulgadas no Portal. Esta limitação também foi encontrada na pesquisa realizada por Allegretti e Platt Neto (2010), Sebastião (2014), Moraes (2015).

f) *Links* e páginas indisponíveis. Esta limitação também foi encontrada na pesquisa realizada por Allegretti e Platt Neto (2010), Santana (2014), Lopes e Platt Neto (2015) e Santos (2018).

No Quadro 21, é possível observar de maneira sintetizada a análise comparativa das limitações que foram encontradas no PTPMF e nas pesquisas anteriores similares em abordagem.

**Quadro 21 Síntese das limitações encontradas na análise comparativa entre o PTPMF e as pesquisas similares em abordagem**

Limitações do PTPMF	Allegretti e Platt Neto (2010)	Silva (2010)	Manoel (2010)	Santana (2014)	Sebastião (2014)	Lopes e Platt Neto (2015)	Moraes (2015)	Santos (2018)
Acessibilidade para pessoas com deficiência				X	X		X	
Conversão para formatos abertos			X	X		X		X
Consulta por séries históricas	X		X		X	X		
Legendas, listas de siglas e/ou textos informativos complementares	X				X		X	
Links e páginas indisponíveis	X			X		X		X
Busca rápida				X	X	X	X	
Legenda: "X" refere-se a possuir limitação similar à encontrada no PTPMF.								
Obs.: Estas informações são resultado de observações do passado. Os portais não ficam limitados a esta análise, visto que passam por mudanças ao longo do tempo, incorporam, perdem e alteram suas funcionalidades. Neste sentido, cabe ressaltar que esta análise foi realizada com base nas identificações relatadas pelos autores citados, sem que fosse realizada uma checagem direta dos portais estudados por eles.								

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise comparativa das pesquisas semelhantes em abordagem.

Ao observar o Quadro 21, torna-se mais fácil a comparação das similaridades entre as limitações encontradas nos portais estudados anteriormente por outros autores e o Portal da presente pesquisa.

As comparações realizadas entre as propostas de aprimoramento apresentadas para o PTPMF e as descritas nos trabalhos anteriores similares em abordagem demonstram as seguintes similaridades:

a) Disponibilização de recursos para auxiliar o acesso de pessoas com deficiência aos dados e informações disponíveis. Esta proposta de aprimoramento também foi levantada por Santana (2014), Sebastião (2014), Moraes (2015) e Santos (2018).

b) Disponibilização de recurso de conversão dos dados e informações em formatos abertos para auxiliar o usuário na análise em programas específicos, como por exemplo planilhas eletrônicas. Esta proposta também foi realizada por Manoel (2010), Santana (2014), Lopes e Platt Neto (2015) e Santos (2018).

c) Disponibilização de séries históricas que possibilitem a análise do comportamento dos dados e informações ao longo do tempo. Esta proposta também foi levantada por Allegretti e Platt Neto (2010), Manoel (2010), Sebastião (2014), Santana (2014) e Lopes e Platt Neto (2015).



d) Criação de campo de busca rápida para que o usuário consiga realizar pesquisas por palavras-chaves. Esta proposta também foi apresentada por Sebastião (2014), Santana (2014), Moraes (2015) e Lopes e Platt Neto (2015).

e) Desenvolver orientações sobre o funcionamento do Portal, visando auxiliar o usuário na busca das informações. Esta proposta foi apresentada por Allegretti e Platt Neto (2010), Silva (2010), Manoel (2010), Lopes e Platt Neto (2015) e Santos (2018).

f) Desenvolver recurso para realizar a correção dos valores por índices de preços para diminuir a distorção nas comparações de séries históricas. Esta proposta foi também feita por Manoel (2010), Silva (2010) e Moraes (2015).

g) Desenvolver informativos sobre atualizações e alterações promovidas no Portal, para enviar por *e-mail* aos usuários. Esta proposta também foi apresentada por Lopes e Platt Neto (2015).

h) Correção de *links* e páginas indisponíveis. Esta proposta também foi apresentada por Allegretti e Platt Neto (2010), Santana (2014), Lopes e Platt Neto (2015) e Santos (2018).

i) Disponibilizar legendas, listas de siglas e/ou textos informativos complementares para auxiliar na compreensão das informações disponibilizadas no Portal. Esta proposta também foi apresentada por Allegretti e Platt Neto (2010), Moraes (2015) e Santos (2018).

No Quadro 22, é possível observar de maneira sintetizada a análise comparativa das propostas de aprimoramento desenvolvidas para o PTPMF e para os portais das pesquisas anteriores similares em abordagem.

**Quadro 22 – Síntese das propostas de aprimoramento encontradas na análise comparativa entre o PTPMF e as pesquisas similares em abordagem**

Propostas de aprimoramento para o PTPMF	Allegretti e Platt Neto (2010)	Silva (2010)	Manoel (2010)	Santana (2014)	Sebastião (2014)	Lopes e Platt Neto (2015)	Moraes (2015)	Santos (2018)
Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência				X	X		X	X
Conversão para formatos abertos			X	X		X		X
Consulta por séries históricas	X		X	X	X	X		
Campo de busca rápida				X	X	X	X	
Recursos para correção monetária		X	X				X	

*Continua....*

Continuação...

<b>Propostas de aprimoramento para o PTPMF</b>	<b>Allegretti e Platt Neto (2010)</b>	<b>Silva (2010)</b>	<b>Manoel (2010)</b>	<b>Santana (2014)</b>	<b>Sebastião (2014)</b>	<b>Lopes e Platt Neto (2015)</b>	<b>Moraes (2015)</b>	<b>Santos (2018)</b>
Legendas, listas de siglas e/ou textos informativos complementares	X						X	X
Orientações de funcionamento do Portal (mapa/vídeo)	X	X	X			X		X
Correção de <i>Links</i> e páginas indisponíveis	X			X		X		X
Informativos sobre atualizações e alterações promovidas						X		
Legenda: “X” refere-se a possuir proposta de aprimoramento similar à sugerida para o PTPMF.								
Obs.: Cabe ressaltar que esta análise comparativa foi realizada com base nas propostas elaboradas pelos autores citados, sem que fosse realizada uma checagem direta dos portais estudados por eles para verificar a real necessidade de cada proposta.								

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise comparativa das pesquisas semelhantes em abordagem.

Ao observar o Quadro 22, torna-se mais fácil compreender as similaridades das propostas de aprimoramento desenvolvidas para o PTPMF e para os portais estudados anteriormente por outros autores.

Essa linha de pesquisa demonstra a importância do estudo dos diversos portais de transparência existentes no país, pois verifica se os sites eletrônicos cumprem as normas de divulgação de maneira adequada e analisa a forma como as informações estão sendo divulgadas pelos gestores públicos.

É importante salientar que os portais não são ambientes estáticos, pois mudam conforme a necessidade de divulgação de informações, aprimoramentos necessários, surgimento de inovações e criação de leis e normas. Um exemplo disto foi o caso do PTPMF, que durante o desenvolvimento desta pesquisa incluiu uma nova seção denominada de “COVID19” para publicar informações relativas às medidas adotadas durante a pandemia do Novo Coronavírus.

Além disto, cabe ressaltar que algumas das pesquisas anteriores similares em abordagem, que foram comparadas ao presente estudo, foram realizadas antes da criação da LAI, que trouxe diversas exigências para os portais, antes inexistentes. Isso abrange as pesquisas de Allegretti e Platt Neto (2010), Silva (2010) e Manoel (2010).

Apesar das comparações do atual estudo com pesquisas anteriores à LAI, a pesquisa com maior diferença, principalmente em termos de funcionalidades, foi a realizada por

Santana (2014). Esta diferença deu-se pelo fato de o referido autor ter realizado o estudo de um portal da transparência relativo a um evento esportivo e não ao de um ente, como as demais pesquisas.

A partir das comparações e análises da atual pesquisa com as realizadas anteriormente por outros autores, é possível perceber a importância de aprender com experiências e práticas de sucesso de outros portais de transparência.

O Quadro 2 apresentou 22 pesquisas anteriores similares em tema central, que também avaliaram portais da transparência, porém com objetivos e abordagens diferentes da presente pesquisa. Foram apresentadas 18 pesquisas que utilizaram uma perspectiva qualitativa, 1 pesquisa que utilizou perspectiva quantitativa e 3 pesquisas que utilizaram as duas perspectivas (quali-quantitativas).

Enquanto as pesquisas do Quadro 1 e a presente pesquisa observaram as funcionalidades, limitações e elaboraram propostas de aprimoramento para os portais estudados, sob um aspecto qualitativo, as pesquisas apresentadas no Quadro 2 examinaram os portais de maneiras distintas e sob outras perspectivas. Desta forma, as pesquisas similares em tema central não fizeram parte da análise que sintetizou as semelhanças expostas nos Quadros 20, 21 e 22, comentados anteriormente.

Em geral as pesquisas anteriores com similaridades em tema central, que utilizaram perspectivas qualitativas, visaram identificar as práticas de transparência e averiguar se os portais mantidos pelos entes estudados observavam as exigências legais vigentes. Na maioria das pesquisas, os autores evidenciaram que os portais possuíam uma transparência considerada baixa.

A constatação da baixa transparência deu-se por diversos motivos, principalmente sob a perspectiva da inobservância das leis, como a Lei de Transparência (LT), Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Acesso à Informação (LAI), que em geral não eram atendidas de forma completa pelos entes.

As pesquisas anteriores com similaridades em tema central, que avaliaram os portais de maneira quantitativa e quali-quantitativa, buscaram observar o comportamento do nível de transparência de acordo com indicadores, fatores ou modelos de avaliação. Apesar dos diferentes métodos aplicados por estas pesquisas, todas consideraram que os portais mantidos pelos entes apresentavam um nível baixo de transparência.

Por outro lado, a presente pesquisa, bem como as 8 citadas na inicial desta seção, são de natureza puramente qualitativa, baseadas numa abordagem (ASAPoT), que não é métrica e que não se foca apenas em aspectos normativos sobre os portais.

Conforme Platt Neto (2020, p. 60), a Abordagem Sistemática para Avaliação de Portais de Transparência (ASAPoT), “não oferece uma métrica de mensuração numérica do ‘grau de transparência’ (índice, percentual ou pontuação numa escala)”. Todavia, esta abordagem oferece “uma estrutura aberta e dinâmica para que o pesquisador contribua com os seus conhecimentos e indique práticas de excelência na área” (PLATT NETO, 2020, p. 60).

Assim, a presente pesquisa adotou uma abordagem que não ficou presa aos parâmetros restritos à verificação do cumprimento da legislação – embora tenha observado muitos desses aspectos. Nesta abordagem qualitativa da ASAPoT, por outro lado, há o confronto dos resultados encontrados (funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento) com os identificados em pesquisas anteriores similares. Assim, agregam-se outras percepções e práticas de sucesso existentes em outros portais, além da visão do pesquisador.

A partir dos resultados apresentados, à luz a Teoria dos Contratos, observa-se que os portais de transparência podem evidenciar se os compromissos do Estado para com a sociedade estão sendo cumpridos na prática, mais do que apenas na letra do arcabouço normativo brasileiro que dispõe sobre a publicidade e a transparência governamental.

Mesmo utilizando uma abordagem similar, considera-se que a presente pesquisa se diferencia de pesquisas anteriores, visto que analisou um portal de transparência de um ente ainda não avaliado por outros autores com esta abordagem ASAPot.

Com isto, finaliza-se o capítulo de resultados da pesquisa. No capítulo a seguir, constam as conclusões, no qual avalia-se o atingimento dos objetivos estabelecidos para o estudo, entre outros aspectos.

## 5 CONCLUSÕES

As considerações finais da pesquisa realizada encontram-se neste capítulo. Primeiramente são apresentadas as considerações referentes ao objetivo geral e aos objetivos específicos. Em seguida, são expostas as considerações relativas aos resultados. O capítulo finaliza com sugestões para trabalhos futuros.

### 5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

Quanto ao objetivo geral deste Trabalho, “identificar as funcionalidades e limitações do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF), com vistas a propor sugestões para aprimoramentos”, considera-se que foi alcançado. Todos os detalhes e processos utilizados são demonstrados no capítulo 4, de resultados. O alcance dos objetivos específicos é avaliado a seguir.

O objetivo específico “a” (apresentar a internet como recurso para favorecimento da transparência governamental no Brasil, utilizada para divulgação das contas públicas a partir das exigências legais e de iniciativas estatais) foi alcançado na seção 2.2, visto que foi apresentada a internet como forma de promoção da transparência governamental e as leis que exigem a sua utilização para tal fim.

O objetivo específico “b” (apresentar, em termos históricos e institucionais, o PTPMF), foi atingido na seção 4.1, na qual foram apresentados o Município de Florianópolis e o seu Portal da Transparência.

O objetivo específico “c” (identificar as funcionalidades do PTPMF, em termos de conteúdos e de forma), foi alcançado na seção 4.2. Por meio da observação do PTPMF, foi possível descrever as funcionalidades existentes para consulta dos dados e informações disponíveis no Portal.

O objetivo específico “d” (identificar eventuais limitações do PTPMF, em termos de conteúdo e de forma) foi atingido na seção 4.3. Conforme foi sendo feita a observação das funcionalidades, constatou-se a existência de limitações no Portal, que dificultavam o acesso, a compreensão ou a análise dos dados e informações disponíveis.

O objetivo específico “e” (propor sugestões para aprimoramentos, em termos de conteúdo e de forma, no PTPMF, a partir das potencialidades que complementaríamos as funcionalidades e reduziríamos as eventuais limitações identificadas) foi atingido na seção 4.4.

Elaborou-se propostas de melhorias e aprimoramentos à medida que foram verificadas limitações no PTPMF. As propostas, em forma de sugestões, abrangem questões de conteúdo e forma de apresentação de dados e informações no Portal. As sugestões, como parte da Abordagem Sistemática para Avaliação dos Portais de Transparência (ASAPoT), objetivaram corrigir limitações existentes; cumprir normas aplicáveis; incorporar boas práticas utilizadas por outros portais de entes públicos; e a percepção subjetiva de navegação desta autora, com vistas a melhorar a experiência dos usuários.

Desta forma, a presente pesquisa permitiu responder à pergunta (questão-problema) do Trabalho – “Quais as funcionalidades, limitações e possíveis aprimoramentos do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis?” – conforme os resultados sintetizados na seção a seguir.

## 5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS

### **a) Síntese dos resultados**

O presente estudo possibilitou visualizar e demonstrar, por meio de figuras, quadros e textos, as funcionalidades que permitem o acesso às informações referentes às origens e aplicações dos recursos públicos do Município de Florianópolis, bem como outras que são de interesse da sociedade.

Em relação a página inicial do Portal, percebe-se que as seções com os temas principais para consultas, dos quais derivam subseções e itens, se encontram de forma organizada em um menu lateral esquerdo. Deste modo, as informações ficam agrupadas por assunto, de forma que possam ser mais facilmente encontradas pelo usuário.

Dentre as funcionalidades encontradas no Portal, destacaram-se as relacionadas as receitas e despesas, pois possuem o maior número de possibilidades de busca e capacidade de exportação das informações em formatos abertos.

Entre as diversas funcionalidades encontradas, tem-se referentes: às despesas; às receitas; às receitas e despesas extraorçamentárias; ao próprio portal da transparência; às formas de comunicação; à gestão de pessoas; às licitações e contratos; às doações e apreensões realizadas pela SOMAR Floripa; aos convênios (repasses e transferências); à divulgação de informações ligadas a pandemia do Novo Coronavírus (referente à doença COVID-19); e à situações das obras públicas.

As funcionalidades foram examinadas a fim de verificar eventuais limitações, que dificultassem ou restringissem o acesso ou análise das informações pelos usuários. Após identificadas, estas serviram de base para a formulação de propostas para aprimoramento, dentro dos protocolos da ASAPoT. A seguir, são apresentadas as principais considerações quanto aos resultados obtidos.

Foram encontradas 18 limitações no PTPMF, que podem dificultar ou até mesmo impedir as consultas e o acesso às informações. Dentre as limitações, estão: ausência, em algumas áreas de consulta, de ferramenta que possibilite a conversão das informações para formatos abertos para análise em programas específicos; inexistência de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência; ausência de campo de busca rápida; ausência de ferramenta de alto contraste (existia esta função em algumas áreas de pesquisa, mas não contempla todo o Portal); seção com nome que sugere uma função, mas que na realidade executa outra; e informações desatualizadas.

Com intuito de minimizar ou extinguir as limitações encontradas no PTPMF, bem como aprimorar ou incluir novas funcionalidades, foram propostas 25 sugestões de aprimoramentos. Entre as propostas, foram sugeridas: a criação de um campo de busca rápida para otimização das pesquisas; permissão da conversão de dados para formatos abertos de todas as informações pertinentes; criação de recursos para auxiliar pessoas com deficiência; disponibilização de elementos complementares para compreensão das informações divulgadas, como lista de siglas, textos e legendas; e atualização das informações divulgadas.

De modo geral, o PTPMF mostrou-se um ambiente adequado para a divulgação das informações públicas, cabendo apenas observar de modo mais completo alguns pontos que precisam ser corrigidos ou melhorados pelos gestores, conforme a abordagem da presente pesquisa.

Cabe ressaltar que para a população em geral, sem os conhecimentos técnicos requeridos, talvez o Portal ainda seja considerado um ambiente com desafios, principalmente relacionados a linguagem utilizada na divulgação, que é predominantemente técnica e pouco acessível aos usuários leigos.

## **b) Limitações da pesquisa**

É importante destacar que os resultados alcançados nesta pesquisa apresentam algumas limitações. Estas decorrem, inicialmente, da delimitação da pesquisa, exposta na seção 1.4 do capítulo de Introdução, e da abordagem da pesquisa, detalhada no capítulo 3.

O primeiro fator limitante se refere à dimensão temporal da observação do objeto, visto que as funcionalidades do Portal foram testadas e analisadas em referência a apenas uma data. Assim, pode ter havido situações diferentes em dias anteriores ou posteriores, que não foram captados em função da metodologia do Trabalho. Por isto, os resultados e as conclusões da pesquisa referem-se à situação do PTPMF em apenas a um dia, ou seja, representa uma “foto estática”.

Tendo em vista que esta pesquisa compreendeu uma abordagem qualitativa, com limitações inerentes à sua natureza, é possível que outros pesquisadores chegassem a resultados e conclusões diferentes em algum grau. Isto acontece em função da diferença de percepção dos pesquisadores em relação as funcionalidades e limitações do Portal, bem como de seus conhecimentos e experiências para propor aprimoramentos.

Adicionalmente, a abordagem não conta com métricas objetivas ou *checklists* que contemplem a verificação de todos os requisitos normativos, típicos de observações de cunho legalista com escalas de pontuação.

Além disso, presumiu-se a veracidade ideológica dos documentos disponibilizados e das informações prestadas pela Prefeitura no Portal. A pesquisa não entra, portanto, no mérito da verificação dos dados, face à ausência de motivos evidentes para se duvidar da fidedignidade e autenticidade.

Por fim, devido a ter sido estudado apenas um Portal, não se espera que os resultados encontrados reflitam a situação geral dos portais de transparência no Brasil, ou seja, não pode haver generalização das constatações. No caso, as conclusões são aplicáveis apenas ao objeto analisado, conforme as limitações expostas.

Desta forma, considera-se que os resultados alcançados com a presente pesquisa indicam interesse acadêmico, governamental e social e denotam que houve cumprimento total dos objetivos propostos, conforme a metodologia estabelecida. Entretanto, em razão das limitações citadas, o tema pode continuar a ser estudado, conforme as sugestões a seguir.

### 5.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Considerando a potencialidade para ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o tema desta pesquisa, ainda que com as limitações apontadas na seção anterior, pode-se fazer algumas sugestões para trabalhos futuros:

a) Verificar se os entes têm realizado nos portais de transparência os aprimoramentos sugeridos pelos pesquisadores que abordaram este tema em análises anteriores. Desta forma,



sugere-se acompanhar os portais estudados, a fim de verificar se melhorias são implementadas;

b) Realizar estudos que verifiquem a autenticidade e a integridade dos dados e informações disponibilizadas para acesso nos portais de transparência, conforme a exigência da LAI, no seu artigo 8º, § 3º, inciso V. Desta forma, pode ser feito um estudo que busque identificar o grau de confiabilidade e veracidade dos dados e informações divulgados;

c) Realizar novas observações no PTPMF para coletar e analisar dados em datas futuras, pretendendo conhecer o comportamento das funcionalidades, limitações e aprimoramentos realizados ao longo do tempo; e

d) Verificar se os portais de transparência dos entes divulgaram informações específicas acerca das medidas adotadas e dos recursos aplicados no combate à pandemia do Novo Coronavírus.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; TORRES, Carlos Marcos Souza de Oliveira e. A Transparência como espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 8, n. 3, p.147-158, jul./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/apgs/article/view/4900>. Acesso em: 17 jun. 2020.

AGUNE, Roberto Meize; CARLOS, José Antônio. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. In: LEVY, Evelyn; DRAGO, Pedro Aníbal (org.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FUNDAP, 2010. p. 309-322. Disponível em: [http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Arquivos/arquivosAnexo/1450693922081LEVY\\_DRAGO\\_gestao\\_publica\\_no\\_brasil.pdf](http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Arquivos/arquivosAnexo/1450693922081LEVY_DRAGO_gestao_publica_no_brasil.pdf). Acesso em: 04 jul. 2020.

ALCHIAN, Armen A.; DEMSETZ, Harold. Production, information costs, and economic organization. **The American economic review**, v. 62, n. 5, p. 777-795, 1972.

ALLEGRETTI, Daiane dos Santos; PLATT NETO, Orion Augusto. Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 9, n. 26, p. 79-95, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1098/1031>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BITTENCOURT, Caroline Muller; RECK, Janriê Rodrigues. Interações entre direito fundamental à informação e democracia para o controle social: uma leitura crítica da LAI a partir da experiência dos portais de transparência dos municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 23, n. 3, p. 125-153, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1240>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 959, de 29 de abril de 2020**. Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm). Acesso em: 29 jul. 2020. 2020b.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 14.010, de junho de 2020**. Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14010.htm). Acesso em: 29 jul. 2020. 2020c.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Acesso à informação pública: uma introdução à Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF: CGU, 2011. Cartilha. Disponível

em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/>. Acesso em: 17 jun. 2020. 2011a.

**BRASIL. Decreto de 3 de abril de 2000.** Institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2000/Dnn8917.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn8917.htm). Acesso em: 17 jun. 2020. 2000c.

**BRASIL. Decreto n.º 10.087, de 5 de novembro de 2019.** Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2000/Dnn8917.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn8917.htm). Acesso em: 06 ago. 2020.

**BRASIL. Decretos não numerados.** Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos-nao-numerados1>. Acesso em: 17 jun. 2020. 2020d.

**BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 17 jun. 2020. 2000a.

**BRASIL. Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009** (Lei da Transparência). Apresenta dispositivos à Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da união, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em: 17 jun. 2020. 2009b.

**BRASIL. Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014** (Marco Civil da Internet). Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 28 mar. 2020.

**BRASIL. Lei n.º 9.755, de 16 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9755.htm). Acesso em: 17 jun. 2020.

**BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011** (Lei de Acesso à Informação). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 17 jun. 2020. 2011b.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015** (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 2 maio 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm). Acesso em: 28 mar. 2020. 2018b.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Comitê do Governo Eletrônico. **2 anos de governo eletrônico: balanço de realizações e desafios futuros**. Brasília, DF: Secretaria Executiva, 2002. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/2-anos-de-governo-eletronico-balanco-de-realizacoes-e-desafios-futuros.htm>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. **Estratégia de Governança Digital (EGD)**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/governo-eletronico>. Acesso em: 6 ago. 2020. 2018a.

BRASIL. Governo Federal. **Governo Digital: Estratégia de Governança Digital**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/governo-eletronico>. Acesso em: 6 ago. 2020. 2020a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/informacoes-orcamentarias/rel-de-avaliacao-fiscal-e-cumprimento-de-meta/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 8 jul. 2020. 2017a.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa n.º 3, de 9 de julho de 2017**. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo federal. Brasília, DF: CGU, 2020. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19111706/do1-2017-06-12-instrucao-normativa-n-3-de-9-de-junho-de-2017-19111304](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19111706/do1-2017-06-12-instrucao-normativa-n-3-de-9-de-junho-de-2017-19111304). Acesso em: 17 jun. 2020. 2017b.

CALEFF, Cibelly Farias; RAUPP, Fabiano Maury. Avaliação da transparência fiscal e do acesso à informação nos portais das assembleias legislativas brasileiras. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 26, p. 360-386, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1314/pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CAMPOS, Maria Neves Feitosa. A importância da ouvidoria pública para a efetividade do direito à Informação e a implementação da Rede Ouvir no estado do Ceará. *In: Ouvidorias de Justiça, transparência e Lei de Acesso à Informação: Direito de todos*. Belo Horizonte, Fórum, 2017. p. 258-263.

CAMPOS, Rosana; PAIVA, Denise; GOMES, Suely. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922013000200012&script=sciarttext&tlng=es>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CASTRO, Luiz Fernando Martins. Do governo eletrônico à ciberdemocracia. *In*: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coord.). **Manual de Direito Eletrônico e Internet**. São Paulo: Lex Editora, 2006. p. 325-337.

CEOLIN, Alessandra Carla; ALMEIDA, José Aldo Cavalcanti de; ALVES, Maria do Carmo Maracajá. Portal da Transparência e o acesso à informação: um estudo do portal da transparência e o controle social em três municípios do estado de Pernambuco. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Criciúma, v.1, n. 2, p. 42-59, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/RDSD/article/view/2396>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBCT TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016**. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Brasília, DF: CFC, [2018]. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/cfc-publica-a-norma-estrutura-conceitual-da-contabilidade-publica/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

COELHO, Taiane Ritta; SILVA, Thomaz Anderson Barbosa da; CUNHA, Maria Alexandra; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 75, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/73447>. Acesso em: 17 jun. 2020.

COLAUTO, D. R; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. *In*: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. p. 117-144.

CRUZ, Cláudia Ferreira; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2009. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/86>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CRUZ, Flávio da *et al.* **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

CYRILLO, Rose Meire; ALEGRIA, Thais Delgado de Mello e; DORNELES, Vinícius Radke. Lei de Acesso à Informação e sua implementação no âmbito do ministério público do Distrito Federal e territórios. *In*: **Ouvidorias de Justiça, transparência e Lei de Acesso à Informação: direito de todos**. Belo Horizonte, Fórum, 2017. p. 383-395.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Alvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de

Janeiro, v. 43, n.1, p. 23-48, Jan./Fev. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100003). Acesso em: 17 jun. 2020.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto n.º 9.988, de 15 de maio de 2012**. Regulamenta o acesso a informação pública pelo cidadão (Lei Federal nº 12.527/2011), no âmbito do Poder Executivo Municipal, cria normas de procedimentos e dá outras providências. Florianópolis: PMF, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2012/999/9988/decreto-n-9988-2012-regulamenta-o-acesso-a-informacao-publica-pelo-cidadao-lei-federal-n-12527-2011-no-ambito-do-poder-executivo-municipal-cria-normas-de-procedimentos-e-da-outras-providencias?q=9.988>. Acesso em: 17 jun. 2020.

FLORIANÓPOLIS. **Lei n.º 9.447, de 20 de janeiro de 2014**. Institui o Portal da Transparência de Florianópolis. Florianópolis: PMF, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2014/945/9447/lei-ordinaria-n-9447-2014-institui-o-portal-da-transparencia-de-florianopolis?q=9447>. Acesso em: 9 maio 2020.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria municipal de turismo, tecnologia e desenvolvimento econômico. **História**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=historia&menu=5>. Acesso em: 17 jun. 2020. 2020a

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Portal Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2020. 2020b.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 15 mar. 2020. 2020c.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Sistema de pregão eletrônico**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 14 abr. 2020. 2020d.

FREIRE, Isa Maria; REGO, Herbert de Oliveira. Política de informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 3, n. 3, p. 47-55, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2566>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HOSSER, Carla; CRUZ, Ana Paula Capuano da; MACHADO, Débora Gomes; QUINTANA, Alexandre Costa. Portal da transparência: um estudo comparativo entre os municípios de Porto Alegre e Pelotas. **ConTexto**, Porto Alegre, v.15, n. 30, p. 94-110, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/53383>. Acesso em: 17 jun. 2020.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>. Acesso em: 17 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**: 2015. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2016. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299054>. Acesso em: 17 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**: 2018. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020. 2020b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 13 out. 2020. 2020a.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

JAHNS, Fernando Tagliaro; RAUPP, Fabiano Maury. Transparência de informações do Executivo Estadual: proposta de ações de melhoria para o Portal de Santa Catarina. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, Franca, v. 19, n. 1, p. 18-34, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/1119/960>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; COLARES, André Felipe Vieira; ANDRADE, Izabela Cristina Fonseca. Transparência da Gestão Fiscal Pública: um Estudo a Partir dos Portais Eletrônicos dos maiores Municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 114-136, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2647>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LOPES, Renato Fogar; PLATT NETO, Orion Augusto. Funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento do Portal da Transparência do Município de Balneário Camboriú. In: CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 6., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: [http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso\\_internacional/anais/6CCF/85\\_16.pdf](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/85_16.pdf). Acesso em: 17 jun. 2020.

MANOEL, Geovane Teixeira. **Portal da Transparência do Governo Federal: funcionalidades, limitações e potencialidades**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2010. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

MATTEI, Rejane Esther Vieira; PLATT NETO, Orion Augusto. As práticas de transparência governamental sobre as contas públicas do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). *In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 4.*, 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: [http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso\\_internacional/anais/4CCF/47\\_9.pdf](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/4CCF/47_9.pdf). Acesso em: 17 jun. 2020.

MORAES, Marina Guthiá. **Portal da Transparência do Senado Federal: funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2015. 133 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MUNIZ FILHO, Júlio César; PONTES, Renata Bessa. Aderência dos municípios cearenses à lei da transparência. **Revista Controle – Doutrina e Artigos**, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 163-179, jun./dez. 2014. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/207>. Acesso em: 17 jun. 2020.

NAZÁRIO, Débora Cabral; SILVA, Paulo Fernando da; ROVER, Aires José. Avaliação da qualidade da informação disponibilizada no Portal da Transparência do Governo Federal. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 6, p. 180-199, jun./dez. 2012. Disponível em: <http://buscALEGIS.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/84>. Acesso em: 17 jun. 2020.

NOVO acordo ortográfico da língua portuguesa. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: [https://editorarideel.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/MIOLO\\_Manual\\_Nova\\_Ortografia.pdf](https://editorarideel.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/MIOLO_Manual_Nova_Ortografia.pdf). Acesso em: 18 maio 2020.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas: controladoria governamental**. 7. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

PIRES, Atrícia Menezes; SCHERER, Flavia Luciane; SANTOS, Maríndia Brachak dos; CARPES, Aletéia de Moura. Transparência da gestão pública municipal: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo/RS. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 131-160, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3439>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PINHEIRO, Cristiano Gaspareto. **Análise da Lei de Acesso à Informação: controle social da administração pública e o portal da transparência**. Orientadora: Eloisa Nair de Andrade Argerich. 2014. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2014.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**. v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320>. Acesso em: 17 jun. 2020.



PLATT NETO, Orion Augusto. **Contabilidade Pública**: atualizada e focada. 24. ed. rev. e atual. Florianópolis: Edição do autor, 2020. Livro didático da Disciplina de Contabilidade Pública II.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antônio Gomes de. A voz de presidentes de câmaras municipais sobre prestação de contas, transparência e participação em portais eletrônicos. **Revista de Administração e Contabilidade da Faculdade Anísio Teixeira**, Feira de Santana, v. 4, n. 2, p. 53-68, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.reacfat.web7003.uni5.net/index.php/reac/article/view/44/46>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a Lei da Transparência. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 81-98, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/1281>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. p. 76-97.

RESENDE, Walisson da Costa; NASSIF, Mônica Erichsen. Aplicação da Lei de Acesso à Informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 20, n.42, p.1-16, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n42p1>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RICAS, Eugênio Coutinho; ALVES, Luis Fernando Mendonça. Lei de Acesso à Informação e portal da transparência: instrumentos de controle social e prevenção à corrupção. In: **Ouidorias de justiça, transparência e Lei de Acesso à Informação**: direito de todos. Belo Horizonte, Fórum, 2017. p. 143-152.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social**: Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na Administração Pública: a Atuação dos Tribunais de Contas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPAD, 2015. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS716.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SANTA CATARINA. **Conheça SC**. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/florianopolis>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SANTANA, Denison Costa. **Transparência na internet dos gastos públicos com a Copa do Mundo de 2014**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2014. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Carla Viviana Lima dos. **Funcionalidades, limitações, e propostas para aprimoramento do Portal da Transparência do Município de Sapucaia do Sul, RS**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2018. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SALES, Tainah Simões. Acesso à informação, controle social das finanças públicas e democracia: análise dos portais da transparência dos estados brasileiros antes e após o evento da Lei n.º 12.527/2011. **Revista de Direito Público**, Fortaleza, v. 8, n. 48, p. 1-21, set./out. 2012. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2126>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SEBASTIÃO, Paola Souza. **Portal da transparência do Estado de São Paulo: funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2014. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

SILVA, Derley Júnior Miranda; SEGATTO, Juliane Andrade Costa; SILVA, Marli Auxiliadora da. Disclosure no serviço público: análise da aplicabilidade da Lei de Transparência em municípios mineiros. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 15, n. 44, p. 24-36, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2198/1879>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SILVA, Marcus Philippi. **Funcionalidades, limitações, e potencialidades do Portal da Transparência do Senado Federal**. Orientador: Orion Augusto Platt Neto. 2010. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

STAROSCKY, Enéias Alexandre; LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; LUNKS, Rogério João. Análise do nível de transparência dos portais eletrônicos das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville (SC) com base em um modelo multicritério de apoio à decisão. *In*: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 5., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/10congresso/anais/5CCF/20140422184612.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SUZART, J. ROCHA, D. G. da; ZUCCOLOTTO, R. **O novo padrão de Contabilidade Aplicado ao Setor Público: Estrutura Conceitual**. Curitiba: Appris, 2019.

WIEDEMANN NETO, Ney. Lei de Acesso à Informação na visão do poder judiciário do RS. *In*: **Ouvidorias de justiça, transparência e Lei de Acesso à Informação: direito de todos**. Belo Horizonte, Fórum, 2017. p. 297-311.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Demais itens da subseção “Despesas”

Foram transportados para este apêndice 13 dos 15 itens constantes na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PTPMF).

#### a) Item “Empenhos a pagar por ordem cronológica”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa de empenhos a pagar por ordem cronológica do ano de 2010 ao ano de 2020 (referente às 21 entidades listadas anteriormente no Quadro 5), conforme pode ser observado na Figura 101.

**Figura 101 – Item “Empenhos a pagar por ordem cronológica” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Ordem cronológica de empenhos

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados:

Entidade: \*  
COMPANHIA MELHORAMENTOS CAPITAL - COMCAP

Tipo de consulta: \*  
- Selecione -

Data da consulta:  
[Campo de texto]

Categoria de contratos: \*  
- Selecione -

Fonte de recurso:  
[Campo de texto]

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível filtrar a pesquisa por empenhos pagos ou a pagar. A opção de filtro por categoria de contratos exibe apenas a opção “Sem categoria”. Outro recurso disponível para pesquisa é o campo de busca rápida, por meio do qual se pode pesquisar pela “Fonte de recurso”.

**Figura 102 – Pesquisa no item “Empenhos a pagar por ordem cronológica” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Conforme pode ser observado na Figura 102, ao realizar uma pesquisa de empenhos a pagar da COMCAP, utilizando como parâmetro a data 1º de janeiro de 2020, o Portal retorna uma mensagem informando que não existem dados para a entidade selecionada. Foi realizada uma nova pesquisa mudando apenas o tipo de consulta para “Empenhos pagos”, mas a página retornou a mesma mensagem.

Outras pesquisas foram realizadas utilizando cada uma das entidades disponíveis para consulta. O Portal não retornou informações relativas a nenhuma das entidades pesquisadas.

#### **b) Item “Execução de Despesa”**

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar por mês a execução de despesas das 21 entidades (listadas no Quadro 5), do ano de 1996 até o ano de 2020. É possível observar a área de pesquisa na Figura 103.

**Figura 103 – Item “Execução de Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa referente a janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal lista uma tabela contendo as seguintes informações por órgão: “Orçado”; “Orçado atualizado

(R\$)”; “Empenhado (R\$)”; “Empenhado (%)”; “Liquidado (R\$)”; “Liquidado (%)”; “Pago (R\$)”; e “Pago (%)” – conforme pode ser observado na Figura 104.

**Figura 104 – Pesquisa no item “Execução de Despesa” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Execução de despesa

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020

Execução de despesas até Janeiro de 2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas R\$ 45.943.

Órgão	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Empenhado (%)	Liquidado (R\$)	Liquidado (%)	Pago (R\$)	P.
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	4.733.330,00	4.733.330,00	304.355,00	6,43	62.090,43	1,31	43.517,82	
14 - SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO	81.590.908,00	81.590.908,00	3.759.807,02	4,61	888.160,52	1,09	10.287,72	
15 - SECRETARIA MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO	33.154.942,00	33.154.942,00	2.748.103,47	8,29	523.325,25	1,58	222.332,29	

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

As informações de execução de despesa também podem ser detalhadas por: “Unidade”; “Programas”; e “Grupo” e “Elemento” – conforme pode ser observado na Figura 105.

**Figura 105 – Último nível de acesso no item “Execução de Despesa” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Execução de despesa

Fazer nova consulta

Execução de despesas até Janeiro de 2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas

Total SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL :  
Total SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL :

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Empent
INVESTIMENTOS	Despesa sem movimentação neste período	11.000,00	11.000,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30 - Material de Consumo	30.000,00	30.000,00	432,57	

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível observar na Figura 105, após acesso de cada *link*, o último nível disponível de desdobramento das informações exibidas pela pesquisa de execução de despesa.

### c) Item “Execução de Programas”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita pesquisar por mês a execução de programas referentes às 21 entidades (listadas no Quadro 5), desde o ano de 1996 até o ano de 2020, conforme exposto na Figura 106.

**Figura 106 – Item “Execução de Programas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Execução de programas**

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

**Entidade: \***  
Todas

**Ano: \*** 2020    **Mês: \*** Janeiro

**Consultar**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma consulta referente a janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal lista uma tabela contendo as seguintes informações por órgão: “Orçado”; “Orçado atualizado (R\$)”; “Liquidado (R\$)”; “Liquidado (%)”; “Pago (R\$)”; e “Pago (%)” – conforme pode ser observado na Figura 107.

**Figura 107 – Pesquisa no item “Execução de Programas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Execução de programas**

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

**Execução de programas até Janeiro de 2020**    Imprimir    Exportar

Filtros utilizados para elaboração de consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas    R\$ 45.943.076,86

Órgão	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Liquidado (%)	Pago (R\$)	Pago (%)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	4.733.330,00	4.733.330,00	62.090,43	1,31	43.517,82	0,92

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O Portal possibilita ainda, detalhar as informações de execução de programas descritas anteriormente por: “Unidade”; “Programa”; e “Grupo” e “Elemento”. Após acessar cada *link*, chega-se ao último nível disponível de desdobramento das informações exibidas pela pesquisa de execução de programas, conforme pode ser observado na Figura 108.

**Figura 108 – Último nível de acesso no item “Execução de Programas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Execução de programas

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:46:48

Quando o valor da coluna "Orçado (R\$)" estiver zerado, representa que o orçamento foi elaborado até o terceiro nível do elemento.

Execução de programas até Janeiro de 2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas R\$ 45.943.076,86

Total SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL : R\$ 43.517,82

Total SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL : R\$ 43.517,82

Total 111 - "DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO" : R\$ 0,00

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Liquidado (%)	Pago (R\$)	Pago (%)
INVESTIMENTOS	Despesa sem movimentação neste período	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	Despesa sem movimentação neste período	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

#### d) Item “Gastos diretos por Despesas”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita pesquisar por mês os gastos diretos por despesas de 21 entidades (listadas no Quadro 5), desde o ano de 1996 até o ano de 2020, conforme mostra a Figura 109.

**Figura 109 – Item “Gastos diretos por Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Gastos diretos por despesa**

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

**Entidade: \***  
 Todas

**Ano: \*** 2020    **Mês: \*** Janeiro

**Consultar**

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma consulta de gastos diretos por despesa de todas as entidades, referente a janeiro de 2020, o Portal lista os valores pagos por grupo e elemento, conforme pode ser visto na Figura 110.

**Figura 110 – Pesquisa no item “Gastos diretos por Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Gastos diretos por despesa**

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:46:48

Gastos diretos por despesa até Janeiro de 2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
 Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas **R\$ 45.943.076,86**

Grupo	Elemento	Pago (R\$)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	<a href="#">01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS</a>	21.861,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	<a href="#">04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO</a>	658.391,39

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



Os valores pagos também podem ser detalhados por: “órgão”; “Unidades”; “Credor”; e “Programa”. O “Programa” possui as seguintes informações adicionais: “Projeto Atividade”; “Documento”; e “Data de pagamento” – conforme mostra a Figura 111.

**Figura 111 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Gastos diretos por despesa

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Gastos diretos por despesa até Janeiro de 2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade:	Todas	R\$ 45.943.076,86
Total <a href="#">01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS</a> :		R\$ 21.861,95
Total <a href="#">INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES P.</a> :		R\$ 21.861,95
Total <a href="#">INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES P.</a> :		R\$ 9.108,67
Total <a href="#">Instituto Nacional da Seguridade Social</a> :		R\$ 9.108,67

Programa	Projeto Atividade	Documento	Data pagamento	Pago (R\$)
112 - 112- "QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO"	4941 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO IPREF	2020010000003	06/01/2020	9.108,67

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A Figura 111 demonstra o último nível disponível de desdobramento das informações exibidas pela pesquisa de gastos diretos por despesas, após o acesso de cada *link*.

#### e) Item “Gastos diretos por favorecido”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar os gastos diretos por favorecido. É possível efetuar uma busca por mês, referente às 21 entidades (listadas no Quadro 5), do ano de 1996 ao ano de 2020, conforme pode ser observado na Figura 112.

**Figura 112 – Item “Gastos diretos por favorecido referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows a web interface titled "Gastos diretos por favorecido". It includes a search instruction: "Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados." Below this are several input fields: "Entidade:" with a dropdown menu set to "Todas"; "Ano:" with a dropdown set to "2020"; "Mês:" with a dropdown set to "Janeiro"; "Natureza jurídica:" with a dropdown set to "Todas"; "Inscrição:" with an empty text input field; and "Nome do favorecido:" with an empty text input field. A "Consultar" button is located at the bottom left of the form area.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Existe a opção de filtrar a busca selecionando a natureza: jurídica; física; ou todas. Também são disponibilizados campos para digitar o nome do favorecido e a inscrição, com intuito complementar a pesquisa, conforme apresentado na Figura 112.

**Figura 113 – Pesquisa no item “Gastos diretos por favorecido” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows the search results for "Gastos diretos por favorecido até Janeiro de 2020". It includes a "Fazer nova consulta" button, a "Última atualização: 17/03/2020 20:45:50" timestamp, and "Imprimir" and "Exportar" buttons. Below this, it shows the filters used: "Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro | Natureza jurídica: Todas". A summary row indicates "Total pago destinado pela entidade: Todas" with a value of "R\$ 45.942.694,99". A table lists the creditors with their respective registration numbers and payment amounts.

Credor	Inscrição	Pago (R\$)
<a href="#">ACAO SOCIAL MISSAO</a>	72.291.198/0001-10	14.421,05
<a href="#">ADÃO DA SILVA E OUTROS</a>	537.***.***-00	88.315,00
<a href="#">ADBX - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME</a>	20.191.734/0001-02	10.308,12
<a href="#">AEBAS - ASSOC. EVANG. BENEFICIENTE ASSIST. SOCIAL</a>	83.932.608/0001-81	3.000,00

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma consulta de gastos diretos por favorecido referente a janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal lista os valores pagos por grupo e elemento, conforme pode ser visto na Figura 113.

**Figura 114 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por favorecido” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows a web interface for 'Gastos diretos por favorecido'. It includes a search bar, a filter section, and a table of payments. The filter section shows 'Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro | Natureza jurídica: Todas'. The table below lists payments with columns for Programa, Projeto Atividade, Documento, Data pagamento, and Pago (R\$).

Programa	Projeto Atividade	Documento	Data pagamento	Pago (R\$)
109 - 109 - "ASSISTÊNCIA SOCIAL"	2326 - FINANCIAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	2020010000014	08/01/2020	14.421,05

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Os valores pagos também podem ser detalhados por: “Grupo” e “Elemento”; “Órgão”; e “Programa”. O detalhamento por programa exibe as seguintes informações adicionais: “Projeto Atividade”; “Documento”; e “Data de pagamento” – conforme é possível observar na Figura 114.

#### g) Item “Gastos diretos de Governo”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita pesquisar os gastos diretos de governo por mês, referente às 21 entidades listadas anteriormente no Quadro 5, do ano de 1996 ao ano de 2020. Pode-se observar a área de pesquisa na Figura 115.

**Figura 115 – Item “Gastos diretos de Governo” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows a search interface for 'Gastos diretos de governo'. It includes a message: 'Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.' Below this are dropdown menus for 'Entidade: \*' (set to 'Todas'), 'Ano: \*' (set to '2020'), and 'Mês: \*' (set to 'Janeiro'). A 'Consultar' button is at the bottom.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma consulta de gastos diretos de governo referente a janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal exibe uma tabela contendo as informações: “Código”; “Órgão”; “Orçado (R\$)”; “Suplementado (R\$)”; “Anulado (R\$)”; “Total (R\$)”; “Valor empenhado no mês (R\$)”; “Valor empenhado até o mês (R\$)”; e “Saldo orçamentário (R\$)”. É possível observar na Figura 116 a forma que ficam dispostas as informações.

**Figura 116 – Pesquisa no item “Gastos diretos de Governo” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Gastos diretos de governo

Fazer nova consulta

Última atualização: 1

Despesas referentes a Janeiro de 2020

Imprimir

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total de despesas da Entidade : Todas

Código	Órgão	Orçado (R\$)	Suplementado (R\$)	Anulado (R\$)	Total (R\$)	Valor empenhado no mês (R\$)	Valor empenhado até o mês (R\$)
11	<a href="#">SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL</a>	4.733.330,00	0,00	0,00	4.733.330,00	304.355,00	304.355,00
14	<a href="#">SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO</a>	81.590.908,00	4.990.000,00	4.990.000,00	81.590.908,00	3.759.807,02	3.759.807,02

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

As informações também podem ser detalhadas por “Unidade”, “Função” “Programas”, “Projeto Atividade” e “Elemento”, conforme se pode observar na Figura 117.

**Figura 117 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos de Governo” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Gastos diretos de governo**

Fazer nova consulta

Última atualização: 1

Quando o valor da coluna "Orçado (R\$)" estiver zerado, representa que o orçamento foi elaborado até o terceiro nível do elemento.

Despesas referentes a Janeiro de 2020

Imprimir

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total de despesas da Entidade : Todas  
 Total de despesas do Órgão : SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL  
 Total de despesas da Unidade : SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL  
 Total de despesas da Função : Administração  
 Total de despesas do Programa : 111 - "DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO"  
 Total de despesas do Projeto Atividade : PROGRAMA DE APOIO ADM.DIRETORIA DE GOV.ELETRÔNICO

Código	Elemento	Orçado (R\$)	Suplementado (R\$)	Anulado (R\$)	Total (R\$)	Valor empenhado no mês (R\$)	Valor empenhado até o mês (R\$)
33901400000000	Diarias - Civil	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33903000000000	Material de Consumo	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
33903300000000	Passagens e Despesas com Locomocao	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A Figura 117 demonstra, após o acesso de cada um dos *links*, o último nível disponível de desdobramento das informações exibidas pela pesquisa de gastos diretos de governo.

#### h) Item “Gastos diretos por órgão”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar por mês os gastos diretos por órgão das 21 entidades (listadas no Quadro 5), do ano de 1996 ao ano de 2020, conforme pode ser visualizado na Figura 118.

**Figura 118 – Item “Gastos diretos por órgão” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Gastos diretos por órgão**

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Ano: \* 2020 Mês: \* Janeiro

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa de gastos diretos por órgão referente ao mês de janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal exibe uma tabela contendo a lista de valores pagos discriminados por órgão, conforme pode-se observar na Figura 119.

**Figura 119 – Pesquisa no item “Gastos diretos por órgão” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Gastos diretos por órgão

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Gastos diretos por órgão até Janeiro de 2020

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas R\$ 45.943.076,86

Órgão	Pago (R\$)
<a href="#">11 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL</a>	43.517,82
<a href="#">14 - SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO</a>	10.287,72
<a href="#">15 - SECRETARIA MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO</a>	222.332,29
<a href="#">17 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO</a>	274.933,01
<a href="#">18 - SECRETARIA MUN. DO MEIO AMBIENTE E DESEN. URBANO</a>	37.860,84
<a href="#">19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</a>	7.730.120,44
<a href="#">20 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</a>	3.200.646,22
<a href="#">23 - SEC. MUNIC. DE TURISMO, TEC. E DESENV. ECONÔMICO</a>	3.489,49
<a href="#">25 - SEC. MUNIC. CONT. E ASSUNTOS METROPOLITANOS</a>	128.548,74
<a href="#">26 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS</a>	108.524,17

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O Portal também detalha o valor de gastos diretos em mais segmentos: “Unidade”; “Grupo” e “Elemento”; “Credor”, com informação adicional de “CNPJ/CPF”; e “Programa” e “Projeto Atividade”, que exibe as seguintes informações adicionais: “Documento”, “Data de pagamento”; e “Pago(R\$)”.

**Figura 120 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por órgão” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Gastos diretos por órgão

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Gastos diretos por órgão até Janeiro de 2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade:	Todas	R\$ 45.943.076,86
Total SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL :		R\$ 43.517,82
Total SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL :		R\$ 43.517,82
Total 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil :		R\$ 5.118,26
Total SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL - FOLHA PAGTO :		R\$ 5.118,26

Programa	Projeto Atividade	Documento	Data pagamento	Pago (R\$)
112 - 112- "QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO"	2239 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2020010000977	02/01/2020	5.118,26

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível observar na Figura 120 o último nível disponível de desdobramento das informações exibidas pela pesquisa de gastos diretos por órgão após o acesso de cada *link*.

#### i) Item “Gastos diretos por projeto/atividade”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite efetuar uma busca por mês dos gastos diretos por projeto/atividade referentes às 21 entidades (listadas no Quadro 5), do ano de 1996 ao ano de 2020, conforme pode ser observado na Figura 121.

**Figura 121 – Item “Gastos diretos por projeto/atividade” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Gastos diretos por projeto/atividade

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Ano: \* 2020 Mês: \* Janeiro

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



Ao realizar uma pesquisa referente ao mês de janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal exibe uma tabela contendo a lista de valores pagos por projeto/atividade, conforme pode-se observar na Figura 122.

**Figura 122 – Pesquisa no item “Gastos diretos por projeto/atividade” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Gastos diretos por projeto/atividade

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Gastos diretos por projeto/atividade até Janeiro de 2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas R\$ 45.943.076,86

Função	Projeto Atividade	Pago (R\$)
Administração	<a href="#">2004 - VALE TRANSPORTE CIVIL</a>	99.459,18
Administração	<a href="#">2005 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO</a>	83.871,19
Administração	<a href="#">2006 - PROGRAMA AUXILIO FUNERAL</a>	39.001,92

[...]

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O Portal também detalha o valor de gastos diretos em mais segmentos: “Credor”, com informação adicional de “CNPJ/CPF”; “Grupo” e “Elemento”; “Órgão”; e “Programa” e “Projeto Atividade”, que exibe as seguintes informações adicionais: “Documento”; “Data de pagamento”; e “Pago(R\$)” – conforme exibido na Figura 123.

**Figura 123 – Último nível de acesso no item “Gastos diretos por projeto/atividade” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Gastos diretos por projeto/atividade

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Gastos diretos por projeto/atividade até Janeiro de 2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Ano: 2020 | Mês: Janeiro

Total pago destinado pela entidade: Todas R\$ 45.943.076,86

Total [VALE TRANSPORTE CIVIL](#) : R\$ 99.459,18

Total [RODOVIARIA STA TEREZ. AG. DE VIAG. E TUR. LTDA](#) : R\$ 2.868,75

Total [49 - Auxilio-Transporte](#) : R\$ 2.868,75

Total [SECRETARIA MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO](#) : R\$ 2.868,75

Programa	Projeto Atividade	Documento	Data pagamento	Pago (R\$)
112- "QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO"	2004 - VALE TRANSPORTE CIVIL	2020010000012	10/01/2020	2.868,75

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).



É possível observar na Figura 123 o último nível disponível de desdobramento das informações exibidas pela pesquisa de gastos diretos por projeto/atividade após o acesso de cada *link*.

#### j) Item “Relação das Despesas”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar a relação das despesas de 21 entidades (listadas no Quadro 5), do período de 2010 a 2020. A busca pode ser limitada por despesas liquidadas, empenhadas ou pagas. A seguir, pode ser observado na Figura 124 a página de pesquisa.

**Figura 124 – Item “Relação das Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Relação de despesas empenhadas, liquidadas e pagas

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

**Entidade: \***  
Todas

**Despesas:**  
Todas

**Data inicial: \*** 01/01/2020 **Data final: \*** 31/01/2020

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa referente ao mês de janeiro de todas as entidades, o Portal exibe uma tabela contendo as informações: “Empenho/Processo”; “Data do empenho”; “Data da liquidação”; “Data do pagamento”; “Credor”; “Inscrição do credor”; “Nº licitação”; “Modalidade da licitação”; “Recurso”; “Unidade”; “Função”; “Subfunção”; “Natureza”; “Histórico”; “Empenhado no período (R\$)”; “Liquidado no período (R\$)”; e “Pago no período (R\$)”. Pode-se observar na Figura 125.

**Figura 125 – Pesquisa no item “Relação das Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Relação de despesas empenhadas, liquidadas e pagas

Fazer nova consulta

Relação de despesas empenhadas, liquidadas e pagas

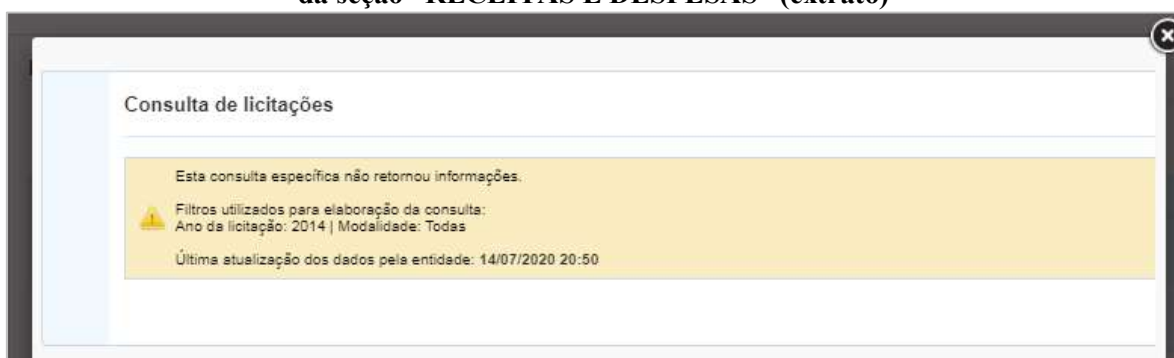
Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Despesas: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 31/01/2020

Empenho/Processo	Data do empenho	Data da liquidação	Data do pagamento	Credor	Inscrição do credor	N° licitação	Modalidade da licitação	Recurso	Unidade
2020010000001	02/01/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>	<a href="#">Exibir pagamentos</a>	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	79.283.066/0001-41	<a href="#">786/2014</a>	Concorrência p/ Compras e Serv.	80 - RECURSO ORDINARIO	1-SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
2020010000001	02/01/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>		SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	66.034.868/0001-56	<a href="#">49/2014</a>	Pregão Presencial	80 - RECURSO ORDINARIO	1-AUTARQUIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL
2020010000001	02/01/2020	<a href="#">Exibir liquidações</a>	<a href="#">Exibir pagamentos</a>	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	00.394.460/0058-87		Outras Modalidades/Não Aplicável	475 - Taxa de Administração RPPS	1-INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES P.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Os *links* “Exibir liquidações” e “Exibir pagamentos” da tabela detalham as informações em “Empenho/processo”, “Credor”, “Documento”, “Nota Fiscal”, “Data” e “Valor (R\$)”.

**Figura 126 – Acesso ao *link* “786/2014” do número de licitação da Pesquisa no item “Relação das Despesas” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao acessar o *link* “786/2014” o Portal exibe uma mensagem informando que a consulta realizada não retornou informações, conforme pode ser visualizado na Figura 126.

### k) Item “Suprimento de fundos”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa de adiantamento de despesas, gastos com cartão corporativo e outros suprimentos de fundos referente às 21 entidades (listadas no Quadro 5). A pesquisa pode ser feita do ano de 2010 ao ano de 2020. É disponibilizada a opção de filtrar busca por órgão/unidade ou credor. Pode-se observar a área de pesquisa na Figura 127.

**Figura 127 – Item “Suprimento de fundos” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Adiantamento de despesas, gastos com cartão corporativo e outros suprimentos de fundos

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Data inicial: \* 01/01/2020 Data final: \* 31/01/2020

Tipo de visão:  
Órgão/Unidade

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa por órgão/unidade, referente ao mês de janeiro de 2020 de todas as entidades o Portal exibe uma tabela contendo a lista de valores pagos, conforme pode-se observar na Figura 128.

**Figura 128 – Pesquisa no item “Suprimento de fundos” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

Adiantamento de despesas, gastos com cartão corporativo e outros suprimentos de fundos

Fazer nova consulta

Última atualização: 14/07/2020 20:45:48

Despesas de 01/01/2020 até 31/01/2020

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 31/01/2020 | Tipo de visão: Órgão/Unidade

Total pago pela entidade: Todas	R\$ 2.000,00
Órgão :	Pago (R\$) :
14 - SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO	2.000,00

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O Portal detalha as informações em mais segmentos: unidade e valor pago; credor, CNPJ/CPF e valor pago; e pagamento, data de pagamento e valor pago. É possível observar na Figura 129 a forma que ficam dispostas as informações ao final da pesquisa.

**Figura 129 – Último nível de acesso no item “Suprimento de fundos” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot displays a web interface for viewing expense reports. At the top, it says 'Adiantamento de despesas, gastos com cartão corporativo e outros suprimentos de fundos'. Below this, there's a search bar 'Fazer nova consulta' and a date range 'Despesas de 01/01/2020 até 31/01/2020'. The interface includes filters for 'Entidade: Todas', 'Data inicial: 01/01/2020', 'Data final: 31/01/2020', and 'Tipo de visão: Órgão/Unidade'. A summary table shows a total payment of R\$ 2.000,00, broken down by 'Órgão: SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO', 'Unidade: SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO', and 'Credor: LEO PASSOS NUNES'. A detailed table below shows a payment of 233 on 31/01/2020 for R\$ 2.000,00. A description at the bottom explains the advance payment for a server named SMTMU.

Adiantamento de despesas, gastos com cartão corporativo e outros suprimentos de fundos		
Fazer nova consulta		
Última atualização: 14/07/2020 20:45:48		
Despesas de 01/01/2020 até 31/01/2020		Expandir todos   Imprimir   Exportar
Filtros utilizados para elaboração da consulta:		
Entidade: Todas   Data inicial: 01/01/2020   Data final: 31/01/2020   Tipo de visão: Órgão/Unidade		
Total pago pela entidade: Todas		R\$ 2.000,00
Órgão:	SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO	R\$ 2.000,00
Unidade:	SEC. MUNIC. DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO	R\$ 2.000,00
Credor:	LEO PASSOS NUNES	R\$ 2.000,00
Pagamento	Data do Pagamento	Pago (R\$)
233	31/01/2020	2.000,00
<p>Descrição: PELO ADIANTAMENTO EM NOME DO SERVIDOR DA SMTMU COM O OBJETIVO EXCLUSIVO DE MOVIMENTAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO E POSTERIOR PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DE OFÍCIO ANEXO ADIANTAMENTO PARA PEQUENAS DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO RESPONSÁVEL: LEO PASSOS NUNES ASSESSOR TÉCNICO MATRICULA 399969-3 VALOR R\$ 2.000,00(DOIS MIL REAIS)</p> <p><a href="#">Detalhar documentos fiscais</a></p> <p><a href="#">Detalhar prestações de contas</a></p>		

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

É possível detalhar os documentos fiscais em: “Documento”; “Emitente”; “Inscrição Emitente (CPF/CNPJ)”; e “Pago (R\$)”. E as prestações de contas em: “Data do Documento”; “Data da Prestação”; “Data da Aprovação”; e “Valor (R\$)”.

#### D) Item “Transferências financeiras”

Este item apresenta uma funcionalidade que permite pesquisar as transferências financeiras referente às 21 entidades listadas no Quadro 5, do período de 2010 a 2020, conforme pode ser observado na Figura 130.

**Figura 130 – Item “Transferências financeiras” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Transferências financeiras a terceiros**

Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados.

Entidade: \*  
Todas

Data inicial: \* 01/01/2020 Data final: \* 31/01/2020

Consultar

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao realizar uma pesquisa de transferências financeiras referentes ao mês de janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal exibe uma tabela, conforme pode ser observado na Figura 131.

**Figura 131 – Pesquisa no item “Transferências financeiras” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

**Transferências financeiras a terceiros**

Fazer nova consulta

**Transferências financeiras**

Filtros utilizados para elaboração da consulta:  
Entidade: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 31/01/2020

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Projeto / atividade	Natureza	Recurso	Rubrica	Objeto	Beneficiário	Da venc
26- SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS	1- SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS	8- Assistência Social	244- Assistência Comunitária	109-109 - "ASSISTÊNCIA SOCIAL"	2 - Atividade	3.3.60.43.00.00.00.00 - Subvencoes Sociais	80 - RECURSO ORDINARIO		TERMO ADITIVO COM ACRÉSCIMO DE VALORES P...	ASSOCIAÇÃO BRACOS ABERTOS - ABA	31/1

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

A tabela da Figura 131 exibe as seguintes informações por órgão: “Unidade”; “Função”; “Subfunção”; “Programa”; “Projeto/atividade”; “Natureza”; “Recurso”; “Rubrica”; “Objeto”; “Beneficiário”; “Data de vencimento”; “Lei”; “Data da lei”; “Valor do convênio (R\$)”; “Valor do empenho (R\$)”; e “Saldo (R\$)”.

### m) Item “Transferências voluntárias”

Este item apresenta uma funcionalidade que possibilita a pesquisa das transferências voluntárias referente as 21 entidades listadas anteriormente no Quadro 5, do período de 2010 a 2020, conforme pode ser observado na Figura 132.

**Figura 132 – Item “Transferências voluntárias” referente à subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows a web interface titled "Relação de transferências voluntárias". At the top right, there are navigation buttons: a left arrow, "A+", and "AC". Below the title, a message reads: "Olá! Selecione as informações abaixo e clique em consultar para exibir os dados." The form contains three main fields: "Entidade: \*" with a dropdown menu showing "Todas"; "Data inicial: \*" with a date picker set to "01/01/2020"; and "Data final: \*" with a date picker set to "31/01/2020". At the bottom left of the form is a blue button labeled "Consultar" with a magnifying glass icon.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Ao tentar realizar uma pesquisa de transferências voluntárias, referente ao mês de janeiro de 2020 de todas as entidades, o Portal exibe uma mensagem informando que a consulta não retornou informações, conforme pode ser observado na Figura 133.

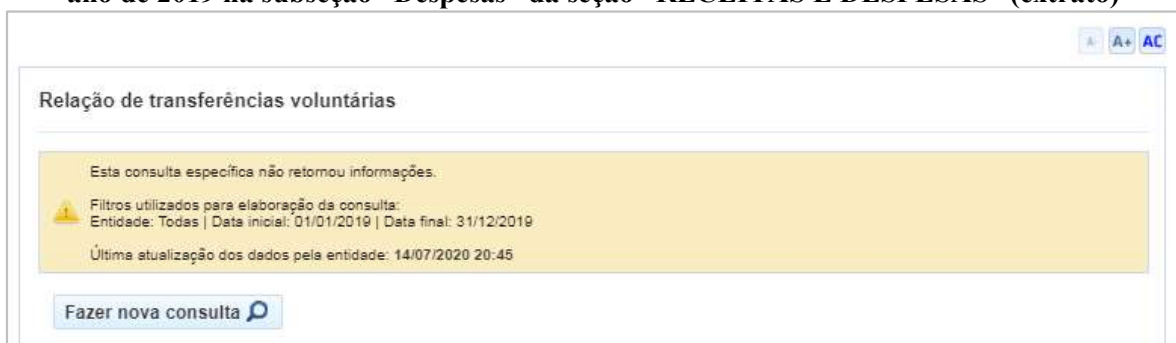
**Figura 133 – Pesquisa no item “Transferências voluntárias” referente a janeiro 2020 na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**

The screenshot shows the same web interface as Figure 132, but with a yellow message box in the center. The message reads: "Esta consulta específica não retornou informações." Below this, it lists the filters used: "Filtros utilizados para elaboração da consulta: Entidade: Todas | Data inicial: 01/01/2020 | Data final: 31/01/2020". It also shows the last update date: "Última atualização dos dados pela entidade: 14/07/2020 20:45". At the bottom left, there is a blue button labeled "Fazer nova consulta" with a magnifying glass icon.

Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

Outra pesquisa foi realizada alterando o período da pesquisa para o ano de 2019. A nova consulta também não retornou informações, conforme pode ser observado na Figura 134.

**Figura 134 – Pesquisa de todas as entidades no item “Transferências voluntárias” referente ao ano de 2019 na subseção “Despesas” da seção “RECEITAS E DESPESAS” (extrato)**



Fonte: PTPMF (FLORIANÓPOLIS, 2020c).

O Portal não deixa claro se não existem informações a serem divulgadas devido a não ocorrência de transferência voluntárias no período pesquisado. Portanto, tem-se a impressão de que as informações estão desatualizadas.